

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Blumenau
2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Blumenau
2014

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – IFC

Presidente da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação
Aloízio Mercadante

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marco Antônio de Oliveira

Reitor
Francisco José Montório Sobral

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Fernando Dilmar Bitencourt

Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social
Neri Golynski

Pró-Reitor de Ensino
Josete Mara Stahelin Pereira

Pró-Reitor de Extensão
José Carlos Brancher

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
João Célio de Araújo

Diretor-geral do Câmpus de Araquari
Jonas Cunha Espíndola

Diretor-geral *pro tempore* do Câmpus de Blumenau
Carlos Renato Victória de Oliveira

Diretor-geral *pro tempore* do Câmpus de Brusque
Antônio Alir Dias Raitani Júnior

Diretor-geral do Câmpus de Camboriú
Rogério Luis Kerber

Diretor-geral do Câmpus de Concórdia
Jolcemar Ferro

Diretor-geral *pro tempore* do Câmpus de Fraiburgo
Jonatan Rafael Rakoski Zientarski

Diretor-geral *pro tempore* do Câmpus de Ibirama

Fernando José Taques

Diretor-geral *pro tempore* do Câmpus de Luzerna
Eduardo Butzen

Diretor-geral do Câmpus de Rio do Sul
Oscar Emilio Ludtke Harthmann

Diretor-geral do Câmpus de Sombrio
Carlos Antônio Krause

Diretor-geral *pro tempore* do Câmpus de São Francisco do Sul
Amir Tauille

Diretora-geral *pro tempore* do Câmpus de Videira
Rosângela Aguiar Adam

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), instituído pela Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, apresenta aos órgãos fiscalizadores e a sociedade o relatório de suas atividades de gestão correspondentes ao ano de 2013, estruturado com base na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 127 de 2013 e Portaria TCU nº 175/2013.

O presente relatório apresenta os resultados alcançados no que diz respeito as ações de natureza estruturante, desenvolvidas a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, por meio das ferramentas de gestão e demonstra a técnica administrativa aplicada para bem gerir os recursos e bens públicos. Ao mesmo tempo, este Relatório se constitui como instrumento com a finalidade de preservar a memória da Instituição e prestar contas em cumprimento aos dispositivos legais evidenciados, à luz do desenvolvimento das ações norteadas pelos princípios que regem a administração pública.

Os Institutos Federais de Educação, instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, vem se consolidando desde sua criação em 2008. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, mais os colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. O IFC encerrou o ano de 2013 com 12 Câmpus distribuídos no Estado (Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), além da Reitoria instalada em Blumenau.

O ano de 2013 foi um ano de grandes desafios para o IFC, no que tange à consolidação da instituição, dos procedimentos e ações desenvolvidas pelos servidores que vem se dedicando para obter resultados significativos, na perspectiva da conquista cada vez maior, da confiabilidade e da credibilidade do Instituto junto a comunidade onde está inserido.

É evidente o esforço institucional em dar continuidade à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Santa Catarina, destacando a autorização de funcionamento do Câmpus Brusque e as tratativas para implantação do Câmpus São Bento do Sul. Ainda, está em fase de tramitação para transformação em Câmpus Avançado duas das unidades do IFC: a Sede do Câmpus Sombrio e o Polo de Abelardo Luz.

O Polo Abelardo Luz, ligado administrativamente ao Câmpus Concórdia, está localizado em uma região que conta com a maior concentração de assentamentos da reforma agrária do Estado de Santa Catarina. O IFC atuou em 2013 de forma significativa ofertando, além das turmas de curso Técnico e de Formação Inicial e Continuada (FIC), o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo. As aulas iniciaram em dezembro do ano passado para 42 alunos.

Ao longo do ano de 2013, a consolidação institucional foi construída através de ações conjuntas. Este esforço institucional foi notado com a oferta de novos cursos e a ampliação de novas vagas para alunos e servidores. Vale destacar que em 2013, os câmpus avançados de Blumenau, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama e São Francisco do Sul receberam a denominação de câmpus com a publicação da Portaria nº 330 de 23/04/2013, DOU de 24/04/2013. Este direcionamento para consolidação foi se desenhando a medida que iniciaram, também, as ações do Planejamento Estratégico.

Em 2013, o IFC iniciou e avançou consideravelmente no processo de construção do Planejamento Estratégico, uma ferramenta sólida de gestão construída através de um processo de debate e envolvimento coletivo. No decorrer do planejamento foi percebido que este refletia, sobretudo, os anseios da comunidade do IFC. Foram realizados em 2013, quatro encontros em diferentes cidades

catarinenses, nestes encontros foram analisados os fatores críticos de sucesso, pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. A partir desta análise definiu-se a missão, visão, valores e ainda, foram delineados 38 objetivos estratégicos distribuídos entre ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Diante do exposto, as ações descritas neste relatório, entre tantas outras operações que foram desenvolvidas no conjunto dos Câmpus do Instituto, envolvendo os programas de Governo sob nossa responsabilidade e ainda, procurando responder os desafios existentes na área de ensino, pesquisa e extensão, buscou-se sempre o cumprimento da missão institucional, a fim de que pudessem agora ser detalhados os resultados avaliados em consonância com os objetivos e metas estabelecidas, que visam a melhoria contínua nos indicadores de desempenho.

Por fim, este relatório se constitui num importante documento para conhecimento da Instituição e, conseqüentemente, para a avaliação propositiva desse trabalho, onde todos poderão contribuir efetivamente para o fortalecimento do Instituto Federal Catarinense.

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	12
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	12
1.2 Finalidades Institucionais da Unidade	13
1.3 Organograma Funcional	14
1.4 Macroprocessos finalísticos	24
1.4.1 Macroprocessos de ensino	24
1.4.2 Macroprocessos de extensão	24
1.4.3 Macroprocessos de pesquisa	25
1.5 Macroprocessos de Apoio	25
1.6 Principais Parceiros	29
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	29
2.1 Planejamento institucional	29
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	32
2.2.1 Ações do Orçamento Fiscal de Seguridade Social (OFSS).....	32
2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS	54
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	57
3.1 Estrutura de Governança	57
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	57
3.4 Sistema de Correição.....	60
3.4.1 COOPAD	60
3.4.2 Comissão de Ética.....	60
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	60
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	60
4.1 Execução das despesas	60
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	66
4.3 Suprimento de Fundos	66
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	69
5.1 Estrutura de pessoal instituição	69
5.2 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
5.2.1 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
5.3 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	78
5.4 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	82
5.4.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão 82	
5.4.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	84
5.4.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	93
5.4.4 Análise Crítica dos itens 5.4.2 e 5.4.3	100
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	101
6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	101
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	122
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	125
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	127
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	127
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	127
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	127

9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	127
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	127
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	131
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	132
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	144
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	162
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	168
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	169
9.6	Alimentação SIASG E SICONV.....	170
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	170
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	170
11.1	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis ...	170
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	171
13	Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005	179
13.1	Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET.....	180
13.1.1	Relação candidato/vaga	180
13.1.2	Relação de Ingressos/Alunos	181
13.1.3	Relação de concluintes/alunos	182
13.1.4	Índice de Eficiência Acadêmica.....	183
13.1.5	Índice de Retenção do Fluxo Escolar.....	184
13.1.6	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	185
13.1.7	Índice de Titulação do Corpo Docente	186
13.1.8	Gastos correntes por aluno.....	187
13.1.9	Percentual de gastos com pessoal	187
13.1.10	Percentual de gastos com outros custeios (exclusive benefícios).....	188
13.1.11	Percentual de gastos com investimentos.....	189
13.1.12	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	189
ANEXO I	192
ANEXO II	198
ANEXO III	202
ANEXO IV	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Identificação da instituição.....	12
Quadro 02 – Ação 2994.....	32
Quadro 03 – Ação 20RL.....	34
Quadro 04- Ação 20RG.....	36
Quadro 05 – Ação 20RJ.....	37
Quadro 06 – Ação 6358.....	39
Quadro 07 – Ação 4572.....	40
Quadro 08 – Ação 6380.....	41
Quadro 09 – Ação 2010.....	43
Quadro 10 – Ação 2004.....	44
Quadro 11 – Ação 2011.....	45
Quadro 12 – Ação 2012.....	47
Quadro 13 – Ação 0005.....	48
Quadro 14 – Ação 00G5.....	49
Quadro 15 – Ação 0181.....	50
Quadro 16 – Ação 20 TP.....	51
Quadro 17 – Ação 00M0.....	52
Quadro 18 – Ação 09HB.....	53
Quadro 19 – Ação 1H10.....	54
Quadro 20 – Ação 2992.....	54
Quadro 21 – Ação 6301.....	55
Quadro 22 – Ação 8429.....	56
Quadro 23 – Ação 8650.....	56
Quadro 24 – Avaliação do sistema de controles internos.....	58
Quadro 25 – Programação de despesas.....	60
Quadro 26 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	61
Quadro 27 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	63
Quadro 28 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	64
Quadro 29 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	65
Quadro 30 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	66
Quadro 31 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	66
Quadro 32 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo institucional e por Portador.....	67
Quadro 33 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	68
Quadro 34 – Força de trabalho da instituição – situação em 31/12/13.....	69
Quadro 35 - Situações que reduzem a força de trabalho da instituição.....	70
Quadro 36 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas em 31/12/13.....	71
Quadro 37 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – em 31/12/13.....	71
Quadro 38 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade em 31/12/13.....	72
Quadro 39 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	73
Quadro 40 – Composição do Quadro de Servidores Inativos em 31/12/13.....	74
Quadro 41 – Demonstração das Origens das pensões Pagas pela instituição situação em 31/12/13.....	75
Quadro 42 - Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	75
Quadro 43 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU.....	76
Quadro 44 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	76
Quadro 45 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU.....	77
Quadro 46 – Índices de Doenças Ocupacionais e Acidentes do Trabalho.....	78
Quadro 47 - Quantitativo de servidores capacitados em 2013.....	79
Quadro 48 – Carga horária e investimentos em capacitação.....	79
Quadro 49 - Educação Formal por Tipo de Instituição.....	80
Quadro 50 - Número de servidores que Concluíram ação de Educação Formal.....	80

Quadro 51 - Número de servidores que ainda estavam cursando ação de Educação Formal.....	80
Quadro 52 - Ações de Aperfeiçoamento por Tipo de Instituição.....	81
Quadro 53 - Ações de Aperfeiçoamento por Forma de Capacitação.....	81
Quadro 54 - Aperfeiçoamento por Abrangência.....	81
Quadro 55 - Ações de Aperfeiçoamento por Modalidade.....	82
Quadro 56 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Araquari.....	82
Quadro 57 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Luzerna.....	83
Quadro 58 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Rio do Sul.....	83
Quadro 59 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Sombrio.....	83
Quadro 60 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Araquari.....	84
Quadro 61 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Camboriú.....	85
Quadro 62 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Concórdia.....	86
Quadro 63 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Fraiburgo.....	87
Quadro 64 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Luzerna.....	88
Quadro 65 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Rio do Sul.....	89
Quadro 66 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Sombrio.....	90
Quadro 67 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Videira.....	91
Quadro 68 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria.....	92
Quadro 69 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Araquari.....	93
Quadro 70 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Camboriú.....	94
Quadro 71 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Concórdia.....	95
Quadro 72 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Fraiburgo.....	96
Quadro 73 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Rio do Sul.....	97
Quadro 74- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Sombrio.....	98
Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - Câmpus Videira.....	99
Quadro 76 - Composição do Quadro de Estagiários.....	101
Quadro 77 - Veículos existentes no Câmpus Araquari.....	102
Quadro 78 – Quilometragem anual veículos/Câmpus Araquari.....	102
Quadro 79 – Idade média da frota/Câmpus Araquari.....	103
Quadro 80 - Custos associados à manutenção da frota/Câmpus Araquari.....	104
Quadro 81 - Quantidade de veículos do Câmpus Camboriú.....	105
Quadro 82 – Quilometragem anual/Câmpus Camboriú.....	105
Quadro 83 - Idade média da frota/Câmpus Camboriú.....	106
Quadro 84 - Valores gastos com manutenção da frota em 2013.....	106
Quadro 85 – Valores gastos com combustíveis e lubrificantes com a frota em 2013.....	106
Quadro 86 – Valores gasto com seguro de 2 veículos em 2013.....	106
Quadro 87 – Quantidade de veículos/Câmpus Fraiburgo.....	109
Quadro 88 – Quilometragem anual/Câmpus Fraiburgo.....	109
Quadro 89 – Idade média da frota/Câmpus Fraiburgo.....	109
Quadro 90 - Custos associados à manutenção da frota/Câmpus Fraiburgo.....	109
Quadro 91 - Custos associados à manutenção da frota/Câmpus Sombrio.....	116

Quadro 92 – Quantitativo de veículos – Câmpus Videira.....	119
Quadro 93 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	122
Quadro 94 - Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	123
Quadro 95 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	124
Quadro 96 - Gestão da Tecnologia da Informação.....	125
Quadro 97 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – 01.....	128
Quadro 98 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – 02.....	129
Quadro 99 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – 03.....	129
Quadro 100 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – 04.....	130
Quadro 101 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício...	131
Quadro 102 - Índices de atendimento das recomendações.....	167
Quadro 103 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	168
Quadro 104 – Relação Candidato/Vaga – especificações de cálculo.....	180
Quadro 105 – Comparativo da Relação de Candidato/Vaga com anos anteriores.....	180
Quadro 106 – Relação Candidato/Vaga – especificações por câmpus.....	180
Quadro 107 – Relação de ingressos/alunos – especificações de cálculo.....	181
Quadro 108 – Comparativo da Relação de ingressos/alunos com anos anteriores.....	181
Quadro 109 – Relação de ingressos/alunos – especificações por câmpus.....	181
Quadro 110 – Relação de concluintes/alunos – especificações de cálculo.....	182
Quadro 111 – Comparativo da Relação de concluintes/alunos com anos anteriores.....	182
Quadro 112 – Relação de concluintes/alunos – especificações por câmpus.....	182
Quadro 113 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes – especificações de cálculo.....	183
Quadro 114 – Comparativo do Índice de eficiência acadêmica com anos anteriores.....	183
Quando 115 – Índice de Eficiência Acadêmica.....	184
Quadro 116 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações de cálculo.....	184
Quadro 117 – Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores.....	184
Quadro 118 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações por câmpus.....	185
Quadro 119 – Relação de alunos/docente em tempo integral – especificações de cálculo.....	185
Quadro 120 – Distribuição dos docentes situação e regime de trabalho.....	185
Quadro 121 – Relação de Alunos por Docente em Tempo Integral.....	186
Quadro 122 – Índice de Titulação do Corpo Docente – especificações de cálculo.....	186
Quadro 123 – Índice de Titulação do Corpo Docente.....	186
Quadro 124 – Gastos correntes por aluno – especificações de cálculo.....	187
Quadro 125 – Comparativo dos gastos correntes por aluno para os anos de 2012, 2011 e 2010.....	187
Quadro 126 – Percentual de gastos com pessoal – especificações de cálculo.....	187
Quadro 127 – Comparativo do percentual de gastos com pessoal em anos anteriores.....	188
Quadro 128 – Percentual de gastos com outros custeios – especificações de cálculo.....	188
Quadro 129 – Comparativo do percentual de gastos com outros custeios com anos anteriores.....	188
Quadro 130 – Percentual de gastos com investimentos – especificações de cálculo.....	189
Quadro 131 – Comparativo do percentual de gastos com investimentos e inversões financeiras com anos anteriores.....	189
Quadro 132 - Número de Alunos por Renda per Capita Familiar.....	189
Quadro 133 - Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per capita</i> Familiar.....	190
Quadro 134 - Resultados dos indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPÉRDIA – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia
DAP – Diretoria de Administração e Planejamento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FURB – Universidade Regional de Blumenau
IFC – Instituto Federal Catarinense
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IN – Instrução Normativa
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
OFSS – Orçamento Fiscal de Seguridade Social
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PPA – Plano Pluri Anual
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TOP – The Ohio Program
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFBA – Universidade Federal de Bahia
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UO – Unidade Orçamentária

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 01 – Identificação da instituição

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação	Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense		
Denominação Abreviada: IFC		
Código SIORG: 100919	Código LOA: 26422	Código SIAFI: 158125
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 10.635.424/0001-86	
Principal Atividade: Educação Profissional de nível técnico e tecnológico	Código CNAE: 8542-2/00	
Telefones/Fax de contato: 47 3331 7800		
Endereço Eletrônico: ifc@ifc.edu.br		
Página na Internet: www.ifc.edu.br		
Endereço Postal: Rua das Missões, 100 CEP 89.051-000 Blumenau/Santa Catarina		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Resolução Ad Referendum nº19/Conselho Superior/27/08/2009, publicada no DOU 165 de 28/08/2009: aprova o Estatuto do IFC		
Resolução Ad Referendum nº 012/Conselho Superior/22/06/2010 publicada no DOU 125 de 02/07/2010: dispõe sobre o Regimento Geral de IFC		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2009		
Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI/2009		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
158125	Instituto Federal Catarinense - Reitoria	
158459	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Araquari	
152254	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Blumenau	
154706	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Brusque	
158460	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Camboriú	
158461	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Concórdia	
152662	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Fraiburgo	
152253	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Ibirama	
152663	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Luzerna	
158458	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Rio do Sul	
152290	Instituto Federal Catarinense – Câmpus São Francisco do Sul	
158462	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio	
158379	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Videira	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		

Código SIAFI	Nome
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158125	26422
158459	26422
152254	26422
154706	26422
158460	26422
158461	26422
152662	26422
152253	26422
152663	26422
158458	26422
158631	26422
152290	26422
158462	26422
158379	26422

1.2 Finalidades Institucionais da Unidade

O Instituto Federal Catarinense, criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicâmpus*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com o artigo 6º da referida lei, as finalidades do IFC são:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições

públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.3 Organograma Funcional

O Instituto Federal Catarinense, com a Reitoria localizada em Blumenau-SC, encerrou o ano de 2013 composto por 12 (doze) câmpus instalados em Santa Catarina: Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio, Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau, São Francisco do Sul e Brusque. De acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais, o IFC é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Considerando que a Reitoria abarca a administração central do IFC, o organograma apresentado a seguir trata da a estrutura funcional da Reitoria, expandida por similaridade de função com os Câmpus:

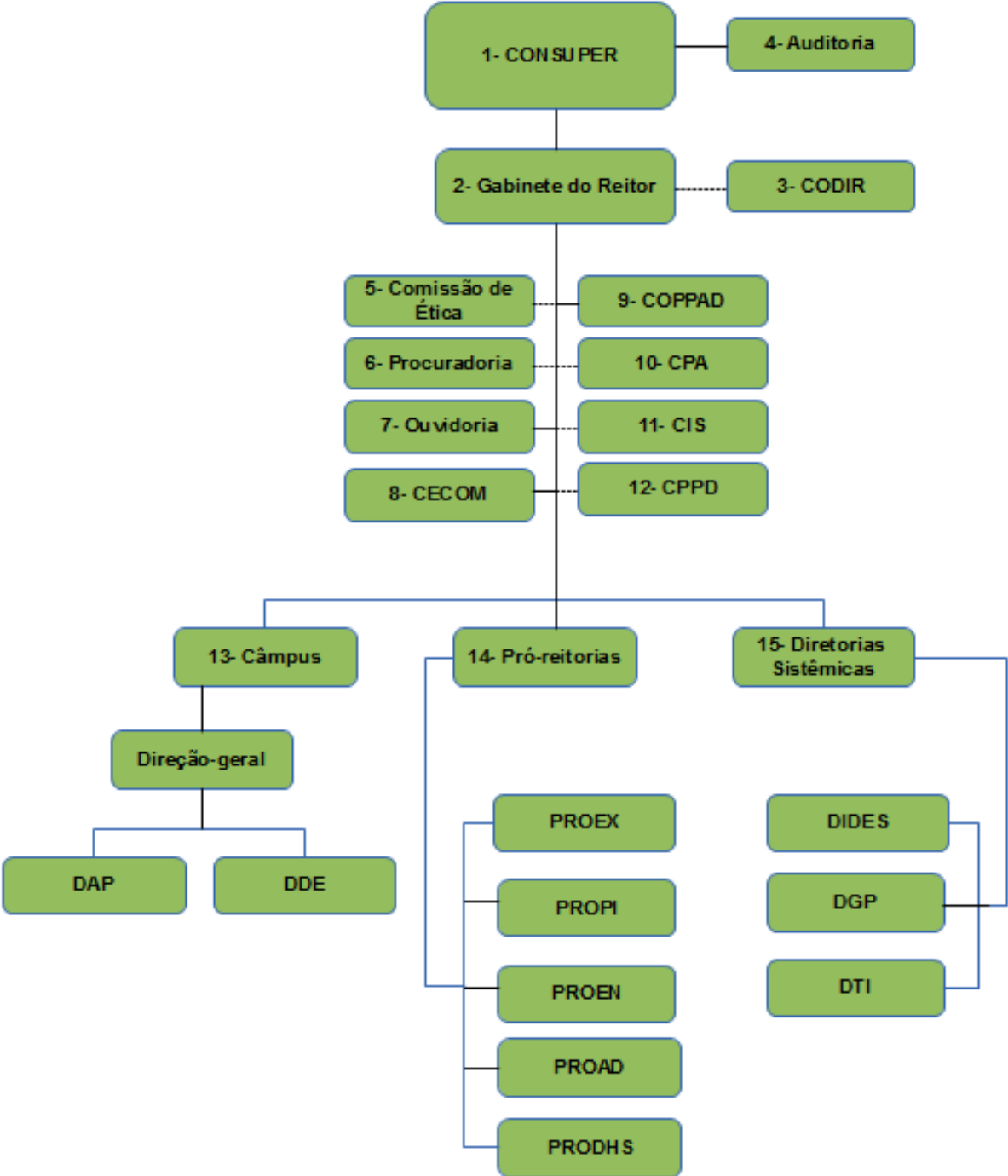
Vale destacar que em 2013, os câmpus avançados de Blumenau, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama e São Francisco do Sul receberam a denominação de câmpus com a publicação da Portaria nº 330 de 23/04/2013, DOU de 24/04/2013.

No que diz respeito ao organograma, a DDHS (Diretoria de Desenvolvimento Humano e Social) recebeu a denominação de PRODHS (Pró-reitoria de Desenvolvimento Humano e Social), o que ocasionou a mudança da PRODIN (Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional) em DIDES (Diretoria de Desenvolvimento Institucional), através da Resolução/CONSUPER/ Nº 55 de 18/09/2012. Esta diretoria, possui caráter sistêmico, assim como a DGP e DTI.

Conforme orientação contida na portaria TCU nº175 DE 9 DE JULHO DE 2013, O organograma apresentado explicita a estrutura funcional formal da instituição do final do exercício de 2013, acompanhado da descrição sucinta (em foram de legenda) das competências e atribuições de responsabilidade de cada área. Desta forma, optou-se por apresentar as principais atribuições de cada área, a despeito da lista completa de atribuições que está disponível no Regimento Geral da instituição.

Além disto, houve a reestruturação interna na Pró-reitoria de Ensino, o que alterou as atribuições da mesma. Por isto, a legenda do Organograma a seguir apresenta as novas atribuições da Pró-reitoria.

Figura 01 – Organograma Instituto Federal Catarinense, dezembro de 2013.



A seguir são apresentadas as atribuições de cada área do organograma.

1- CONSUPER – Conselho Superior:

Conforme Art. 9º. do Estatuto do IFC, compete ao Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor e dos Diretores Gerais de cada *câmpus*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e apreciar a proposta orçamentária anual do Instituto e de cada *câmpus*, após a discussão da matéria junto à respectiva comunidade acadêmica;
- IV. aprovar o Projeto Político Institucional (PPI), bem como os regulamentos internos, cuja abrangência inclui todos os *câmpus*;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense;
- IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, bem como o registro de diplomas;
- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica e;
- XI. deliberar sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de unidades e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a sua criação, transformação de regime jurídico ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação. (verificar a legalidade deste item, preferencialmente consultando a Procuradoria);
- XII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

2- GABINETE DO REITOR:

Conforme Art. 32. do Regimento Geral do IFC, compete ao Reitor:

- I. Admitir, demitir, aposentar, redistribuir, remover, autorizar a realização de concursos e atos de progressão/alteração relacionados à vida funcional dos servidores;
- II. Articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas;
- III. Conferir graus, títulos e condecorações, bem como assinar os diplomas;
- IV. Coordenar, controlar e superintender as Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direções Gerais dos *Câmpus*;
- V. Definir políticas, coordenar e fiscalizar as atividades da Instituição;
- VI. Representar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense em juízo ou fora dele;
- VII. Delegar poderes, competências e atribuições;
- VIII. Expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o

poder de disciplina, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
IX. Fazer a gestão do Conselho Superior, do Colégio de Dirigentes, incluindo a posse e convocação dos seus membros, bem como a presidência das sessões, com direito a voto de qualidade;
X. Nomear e demitir os dirigentes para o exercício de cargos de direção, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense, bem como designar e exonerar as funções gratificadas, integrantes da Reitoria.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, o Reitor deverá contar com o apoio de uma equipe de assessoramento, cuja estrutura e atribuições estão definidas neste Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Superior.

Compete à Equipe de Assessoramento:

- I. Manter o Reitor informado sobre o andamento dos trabalhos, assessorando-o nos assuntos de sua competência;
- II. Supervisionar os trabalhos da assessoria do Gabinete;
- III. Participar de comissões designadas pelo Reitor;
- IV. Receber documentação submetida à Reitoria, preparando-a para assinatura do Reitor, ou diligenciando os encaminhamentos necessários;
- V. Organizar a agenda do Reitor;
- VI. Efetuar a triagem quanto ao atendimento para o Reitor;
- VII. Acompanhar e analisar os indicadores de desempenho da unidade, definindo planos, em conjunto com as pessoas envolvidas, para promover a melhoria contínua dos serviços;
- VIII. Manter-se atualizado em relação à legislação, normas, métodos, sistemas e inovações para melhoria do desempenho de suas funções;
- IX. Orientar as pessoas da unidade para a qualidade do atendimento ao público interno e externo;
- X. Orientar e observar o cumprimento de metas e prioridades, em conformidade com orientação superior.

3- CODIR – Colégio de Dirigentes

Conforme Art. 11. do Estatuto e Art. 15 do Regimento Geral do IFC, compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica, de cada *câmpus*.
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. propor ao Conselho Superior a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense;
- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão e;
- VI. acompanhar a execução e recomendar alterações no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e;
- VII. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense a ele submetido.

4- Auditoria

Conforme Art. 51 do Regimento Geral do IFC, a Auditoria Interna, dirigida por um Chefe nomeado

pelo Reitor, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Unidade de Auditoria Interna tem como principais competências e atribuições assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito do IFC e apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional, com o objetivo de contribuir, dentre outros, para:

I. A regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da Instituição, objetivando a eficiência, eficácia, economicidade e efetividade;

II. A regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados, dentre outros, os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, legitimidade e economicidade;

III. Os ordenadores de despesas, a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada de recursos e bens disponíveis;

IV. Os órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira, informações oportunas que permitam aperfeiçoar essas atividades;

V. O fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição.

5- Comissão de Ética

A CE é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

A CE é composta por três membros titulares e respectivos suplentes.

A CE conta com uma Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente ao gabinete do Reitor.

A Secretaria-Executiva tem como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão da ética e prover apoio técnico e material necessário ao cumprimento das atribuições.

A CE contará, também, com um representante local em cada câmpus.

Compete ao presidente da CE:

- a. convocar e presidir as reuniões;
- b. determinar a instauração de processos para a apuração de prática contrária ao Código de Ética ou de conduta do órgão ou entidade, bem como as diligências e convocações;
- c. designar relator para os processos;
- d. orientar os trabalhos da Comissão de Ética, ordenar os debates e concluir as deliberações;
- e. tomar os votos, proferindo voto de qualidade, e proclamar os resultados; e
- f. delegar competências para tarefas específicas aos demais integrantes da Comissão de Ética.

Compete aos membros da CE:

- a. examinar matérias, emitindo parecer e voto;
- b. pedir vista de matéria em deliberação;
- c. fazer relatórios; e
- d. solicitar informações a respeito de matérias sob exame da Comissão de Ética.

Compete ao Secretário-Executivo:

- e. organizar a agenda e a pauta das reuniões;
- f. proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;
- g. instruir as matérias submetidas à deliberação da Comissão de Ética;
- h. desenvolver ou supervisionar a elaboração de estudos e subsídios ao processo de tomada de decisão da Comissão de Ética;
- i. coordenar o trabalho da Secretaria-Executiva, bem como dos representantes locais;

- j. fornecer apoio técnico e administrativo à Comissão de Ética;
- k. executar e dar publicidade aos atos de competência da Secretaria-Executiva;
- l. coordenar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre ética no órgão ou entidade; e
- m. executar outras atividades determinadas pela Comissão de Ética.

Compete aos Representantes Locais

- a. Ao Representante Local compete contribuir com as atividades de educação e de comunicação no câmpus.

6- Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal Catarinense integra a estrutura da Procuradoria-geral Federal como órgão de execução, previsto no art. 10º da Lei nº 10.480/2002 e art. 1º da Portaria PGF nº 530/2007.

Cabe às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações (PFE/PFs) prestar o assessoramento e consultoria jurídica às respectivas entidades, fornecer os subsídios de fato e de direito necessários à defesa judicial da entidade, indicar prepostos e exercer a coordenação e a orientação técnica da representação judicial das entidades.

Estão compreendidas na coordenação e orientação técnica da Procuradoria Federal junto à entidade a definição das teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas quando o contencioso judicial envolver matéria específica de atividade-fim da entidade, a decisão acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade-fim da entidade, a capacitação e o treinamento dos Procuradores Federais que atuam na representação judicial da respectiva entidade e demais tarefas previstas na Portaria PGF nº 530/2007 e na Portaria PGF nº 953/2009.

A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal Catarinense é atendida por uma Procuradora Federal, um servidor administrativo e um estagiário, não estando dividida em subsetores.

A análise prévia de todos os processos administrativos é realizada pelo servidor administrativo, salvo casos reputados sigilosos ou de alta relevância e o estagiário realizada apenas a entrada e saída de todos os feitos nos Sistemas Administrativos do ente assessorado, da AGU e da própria Procuradoria Federal.

7- Ouvidoria

Descrição das competências, atribuições e benefícios gerados pela ouvidoria:

I. Acolher, registrar, encaminhar, controlar e dar retorno aos interessados, de todas as manifestações de pessoas que como indivíduos ou representantes de entidades, de uma forma ou de outra se relacionam com nossa instituição.

II. Manter a comunicação cordial e aberta com todos os outros setores e instâncias a fim de permitir o livre fluxo de informações pertinentes com o objetivo de contribuir para a solução dos problemas que originalmente geraram demandas para a ouvidoria.

III. Criação e manutenção de mecanismos, processos, sistemas, rotinas e procedimentos para o registro e controle das informações que a ela chegam, bem como a classificação das demandas por tema e assunto como; sugestão, reclamação, consulta ou denúncia dentre outras.

IV. Emissão de relatórios periódicos com análises dos dados e informações por ela processados, com o intuito de fornecer aos outros níveis da administração, os elementos que direcionem a solução dos problemas nas suas origens.

V. Gestão do SIC- Serviço de Informação ao Cidadão com todos os seus desdobramentos.

VI. Levantamento e identificação de elementos para a formulação de estratégias e mecanismos para a solução de problemas que geram insatisfação do público tanto interno como externo da instituição.

8- CECOM – Coordenação Especial de Comunicação

- I. Propor, coordenar e orientar as atividades de comunicação social, apoiando e assessorando os setores da Instituição, bem como criar canais de comunicação com a comunidades;
- II. Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do plano de comunicação institucional articulado com o planejamento estratégico;
- III. Avaliar, orientar e acompanhar as ações dos representantes das CECOMs nos Câmpus bem como a divulgação dos processos de acesso e ingresso discente;
- IV. Propor, elaborar e supervisionar os manuais de procedimentos das atividades de comunicação social, buscando a padronização de procedimentos e serviços de comunicação da Instituição;
- V. Supervisionar, coordenar e orientar as ações de publicação e divulgação de ações institucionais, na página eletrônica da Instituição, em materiais editados e impressos e demais formas e veículos de comunicação sobre os temas internos do IFC.

9- COOPAD – Coordenação de Procedimentos Administrativos Disciplinares

- I. Assessoramento, acompanhamento e execução de processos administrativos disciplinares oriundos dos Câmpus e Unidades Administrativas;
- II. realização de Sindicâncias no âmbito da Reitoria.

10- CPA – Comissão Própria de Avaliação

Conforme Resolução nº 50 Conselho Superior 17/12/2010

Art. 13 – Compete à Comissão Própria de Avaliação – CPA:

- I. Organizar os procedimentos e instrumentos a serem usados na autoavaliação da instituição, incluindo grupos de trabalho para agilizar o fluxo da autoavaliação,
- II. Coordenar e participar da produção de informações sobre a realidade do IFC,
- III. Articular a participação de toda a comunidade interna e externa no processo de autoavaliação institucional,
- IV. Promover seminários e debates avaliativos,
- V. Garantir o rigor na coleta de dados e outras informações, bem como em todas as atividades avaliativas,
- VI. Promover a ampla divulgação dos resultados da autoavaliação institucional através de relatórios, informativos e boletins, incluindo os processos e métodos utilizados nas etapas de avaliação,
- VII. Empenhar-se para que a auto – avaliação seja ponto de partida para a reflexão e proposições de melhorias institucionais,
- VIII. Elaborar o relatório final da autoavaliação institucional.

11- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação.

Conforme Resolução Nº 015 – CONSUPER/2012:

Art. 8º – A Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação terá as seguintes atribuições:

- I. Acompanhar a implantação do plano de carreira em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;
- II. Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativo em educação;

- III. Fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira no âmbito do Instituto Federal Catarinense.
- IV. Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano;
- V. Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do Instituto Federal Catarinense e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- VI. Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do Instituto Federal Catarinense, conforme o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- VII. Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do Instituto Federal Catarinense proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram;
- VIII. Examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional.

12- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

Conforme Resolução nº 05 de 19 de março de 2014:

Art. 3º À CPPD caberá prestar assessoramento ao Conselho Superior ou ao Reitor, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a:

- I. dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;
- II. contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- III. alteração do regime de trabalho docente;
- IV. avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- V. solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e
- VI. liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

Nota: Novas atribuições da CPPD, que não contrariem a legislação, podem ser definidas mediante ato do Conselho Superior ou do Reitor, através de Regulação específica.

13 – CÂMPUS

Com base em 2013, o Instituto Federal Catarinense é composto por 12 (doze) unidades de ensino instaladas em Santa Catarina, a saber: Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio, Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau, São Francisco do Sul e Brusque.

Os Câmpus do IFC possuem organograma próprio instituído a partir da Direção-geral, abaixo desta, na estrutura hierárquica, ficam os Departamentos de Administração e Planejamento e o Departamento de Ensino.

14 – PRÓ-REITORIAS

Pró-reitoria de Administração e Planejamento

- I. Atuar no planejamento das políticas institucionais, com vistas a garantir a execução dos planos estratégicos e operacionais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- II. Elaborar anualmente o plano de trabalho, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição;
- III. Elaborar e consolidar, junto ao Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- IV. Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito da Reitoria e dos *Câmpus*;
- V. Garantir a manutenção das instalações da Reitoria;

- VI. Supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações;
- VII. Supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados aos *Câmpus*, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- VIII. Representar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- IX. Zelar pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas; e
- X. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

- I. Discutir, propor, planejar, articular, implementar, avaliar e gerenciar programas e projetos voltados para desenvolvimento e a capacitação das pessoas/servidores do IFC;
- II. Discutir, propor, elaborar, orientar, acompanhar e avaliar a aplicação da legislação interna e externa e as instruções de procedimento relativas aos direitos e deveres dos estudantes;
- III. Discutir, propor, formular, executar e avaliar programas e políticas de qualidade de vida aos estudantes;
- IV. Discutir, formular, propor, executar políticas de assistência aos estudantes.
- V. Planejar, organizar e executar os eventos e solenidades oficiais da Reitoria.

Pró-reitoria de Ensino

- I. Contribuir com a elaboração do Planejamento Institucional, definindo as prioridades na área de Ensino.
- II. Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos educacionais da Instituição, propondo, se necessária, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos.
- III. Participar da organização dos processos seletivos de ingresso dos discentes do IFC.
- IV. Promover ações que contribuam para integração Ensino, Pesquisa e Extensão.
- V. Definir estratégias para a criação e implementação de novos cursos no IFC.
- VI. Supervisionar a avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo IFC no âmbito de sua competência e estabelecer ações para constante atualização/adequação destes.
- VII. Supervisionar as atividades que visem à capacitação do corpo docente.
- VIII. Sistematizar dados, informações e experiências relacionados às atividades de ensino, objetivando ações para a melhoria do ensino.
- IX. Propor normas relativas à gestão do Ensino, seguindo as diretrizes e legislação do MEC/SETEC.

Pró-reitoria de Extensão

- I. Apoiar, promover e acompanhar o desenvolvimento de ações, projetos e programas de integração escola-empresa-comunidade do Instituto;
- II. fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais e internacionais;
- III. promover políticas de aproximação dos servidores e discentes com a realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional;
- IV. viabilizar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição.

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

- I. Promover o desenvolvimento científico e tecnológico estendendo seus benefícios à comunidade e ao ambiente.
- II. Propor e buscar a criação de estruturas institucionalizadas em todos os *câmpus*, que possibilite maior integração entre os *câmpus* do IFC visando o desenvolvimento das atividades de pesquisa, inovação e Pós-Graduação do IFC.

- III. Incentivar a articulação com instituições e empresas, em cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento da pesquisa e inovação.
- IV. Propor, divulgar e implantar a política de pesquisa empregando nesta ação estratégias que visem promover a reflexão, o debate, o reconhecimento, a reformulação e/ou o redimensionamento.
- V. Criar condições para promover o desenvolvimento científico por meio da disponibilização de recursos e bolsas com recursos próprios ou fomento externo.
- VI. Promover seminários, mostras, congressos e outros eventos de forma a divulgar para a sociedade os resultados de pesquisas desenvolvidas no IFC;

15- DIRETORIAS SISTÊMICAS

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

- I. Acompanhar os processos de progressão, afastamentos e licenças de servidores;
- II. Coordenar a execução do plano de capacitação dos servidores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- III. Coordenar a realização de concursos públicos;
- IV. Elaborar projetos e relatórios necessários ao bom funcionamento da área de gestão de pessoas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- V. Presidir os processos de provimento de cargos, bem como gerenciar os de remoção e redistribuição de servidores no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- VI. Organizar e manter atualizadas a legislação e jurisprudência referentes a assuntos de recursos humanos;
- VII. Propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria da área de gestão de pessoas na Instituição, inclusive no tocante à saúde, à segurança no trabalho, ao lazer e à cultura para a comunidade;
- VIII. Realizar estudos de dimensionamento da força de trabalho e adequação de lotação dos câmpus e reitoria;
- IX. Representar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- X. Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas da reitoria e dos câmpus;
- XI. Supervisionar a execução dos recursos alocados no orçamento de pessoal do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- XII. Supervisionar os serviços de cadastro e pagamento no âmbito do instituto federal.

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

- I. Controlar e orientar a aplicação e uso de softwares na Instituição;
- II. Elaborar, desenvolver e orientar a operação dos sistemas de informação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- III. Elaborar projetos e relatórios necessários ao bom funcionamento das tecnologias da informação no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- IV. Propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria de infraestrutura e sistemas relativos à área de informatização da Instituição;
- V. Representar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- VI. Supervisionar a execução da política de informatização da Reitoria e dos Câmpus;
- VII. Realizar outras atividades afins e correlatas.

DIDES – Diretoria de Desenvolvimento Institucional

- I. Atuar na articulação interinstitucional e intra-institucional da Instituição;

- II. Atuar no planejamento estratégico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos *Câmpus*;
- III. Atuar como agente facilitador dos processos institucionais, colaborando com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os *Câmpus*, quanto aos planos de investimentos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- IV. Propor alternativas organizacionais, visando o constante aperfeiçoamento da gestão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;
- V. Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;
- VI. Representar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- VII. Zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense; e
- VIII. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

1.4 Macroprocessos finalísticos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem como função principal a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e programas de extensão visando ao desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, os macroprocessos finalísticos da instituição, ou seja, as ações globais realizadas para atender principal função institucional estão concentradas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, como apresentado nos quadros a seguir.

As informações a seguir foram formatadas para permitir uma leitura sucinta, em que seja possível visualizar ações, recursos empregados e o número de usuários atendidos em cada. Em alguns casos, não é possível mensurar todas estas variáveis, por isto, os quadros podem não apresentá-las e/ou ter sido adaptados.

1.4.1 Macroprocessos de ensino

Ação
<p>Implementação e orientação de processos pedagógicos na perspectiva da interdisciplinaridade e formação integral dos educandos (Estudo e levantamento da carga horária efetiva dos docentes do IFC para distribuição das vagas do Concurso Público; implantação e atuação dos Núcleos Pedagógicos e dos Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas nos câmpus; Projeto Evasão: investigação e estratégias preventivas para a formação acadêmica dos nossos educandos, de maneira permanente e continuada; auditoria pedagógica com o objetivo de diagnosticar a questão da reprovação; implantação e credenciamento de polos de EaD e implantação do curso de Especialização em PROEJA; capacitação de 250 servidores; curso de Capacitação em Educação Inclusiva – parceria IFB e IFC; apoio ao Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e ao PET – Programa de Educação Tutorial; implantação CERTIFIC câmpus Luzerna; assessoramento pedagógico aos câmpus; assessoramento na realização do Processo de Ingresso Discente 2014; reformulação do Censo Interno do IFC.)</p>

Fonte: PROEN

1.4.2 Macroprocessos de extensão

Ação	Número de ações e projetos	Nº de usuários atendidos
------	----------------------------	--------------------------

Ação	Número de ações e projetos	Nº de usuários atendidos
Atendimento aos Programas Governamentais: Mulheres Mil e PROEXT	16	623
Apoio a programas de extensão institucionais	209	300 (aprox.)
Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional	9	214
Fortalecimento do trabalho conjunto ensino/pesquisa/extensão (Destinação de recursos para projetos conjuntos via editais, promoção de eventos de extensão e iniciação científica regionais e)	9	447
Promoção da integração escola-comunidade-empresa (Estágio e iniciação ao trabalho)	362	417
Prestação de Serviços (programas de intercâmbio, aplicação prova TOEFL/ITP, edital de eventos e mostras)	32	92
Regulamentação das atividades de Extensão RESOLUÇÃO nº 014 – CONSUPER/2013 (regulamentação dos estágios dos alunos do IFC) RESOLUÇÃO nº 062 CONSUPER/2013 (regulamentação de Programa de Extensão e Projeto de Extensão) RESOLUÇÃO nº 063 – CONSUPER/2013 (regulamentação de Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional)		Toda comunidade acadêmica

Fonte: PROEX

1.4.3 Macroprocessos de pesquisa

Ação	Nº de projetos em andamento em 2013
Estímulo à pesquisa-inovação (Destinação de recursos aos câmpus via editais para infraestrutura de pesquisa, apoio a publicações, bolsas de pesquisa, eventos científicos e aquisição de estandes pra realização de mostras internas)	274
Fortalecimento do trabalho conjunto ensino/pesquisa/extensão (Destinação de recursos para projetos conjuntos via editais)	14 (28 bolsistas)
Regulamentação das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação RESOLUÇÃO Nº 070 – CONSUPER/2013 (regulamentação das atividades de pesquisa e inovação) RESOLUÇÃO Nº 101 – CONSUPER/2013 (normas de funcionamento de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>) RESOLUÇÃO Nº 073 – CONSUPER/2013 (regulamento das atividades do Comitê Central de Pesquisa do IFC) RESOLUÇÃO Nº 097 – CONSUPER/2013 (orientações norteadoras para a criação e a certificação de Grupos de Pesquisa institucionais)	Toda a comunidade acadêmica

Fonte: PROPI

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio às atividades da instituição abrangem as áreas de Administração e Planejamento, Auditoria, Desenvolvimento Humano e Social (voltado ao servidor), Desenvolvimento Institucional, Comunicação Institucional, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação.

As informações a seguir foram formatadas para permitir uma leitura sucinta, em que seja possível visualizar ações, recursos empregados e o número de usuários atendidos em cada. Em alguns casos, não é possível mensurar todas estas variáveis, por isto, os quadros podem não apresentá-las e/ou ter sido adaptados.

Administração e Planejamento

Ação	Nº de usuários atendidos (servidores/comunidade)
Capacitação de servidores na área de Administração e Planejamento capacitação para pregoeiros, participação semana orçamentária, compras sustentáveis	86
Fonte: PROAD	

Auditoria

Ação	Nº de usuários atendidos
Ordem de Serviço nº 001/2013 – Auditoria Pedagógica. Verificar o alto índice de reprovação de alunos em disciplinas.	Câmpus Videira
Ordem de Serviço nº 002/2013 – Acompanhamento do Plano de Providências Permanente da UNAI, CGU e TCU. Verificar o cumprimento das recomendações contidas nos Planos de Providências referentes às Ordens de Serviços 001 a 012, emitidas em 2012 pela UNAI/Reitoria.	IFC
Ordem de Serviço nº 003/2013 – Avaliar a integridade, confiabilidade e o gerenciamento do sistema de controle patrimonial.	IFC
Ordem de Serviço nº 004/2013 – Verificar a existência de manuais ou outros instrumentos com normas e procedimentos para execução e controle de suas atividades, principalmente naquelas que envolvam recursos públicos.	Reitoria: Pró-Reitorias, Diretorias e Coordenadorias Sistêmicas
Ordem de Serviço nº 005/2013 – Avaliar os aspectos da legalidade e legitimidade no gerenciamento dos recursos humanos, verificando o procedimento e organização de concessão do Auxílio-Transporte.	IFC
Ordem de Serviço nº 006/2013 – Verificar os editais de descentralização de créditos realizados pela PROPI e PROEX, no tocante a execução fiel do objeto.	IFC
Ordem de Serviço nº 007/2013 – Analisar os processos para aquisição/contratação de materiais, equipamentos e serviços de informática no âmbito do IFC, identificando se os critérios utilizados para aquisição aderem às normativas vigentes.	IFC
Ordem de Serviço nº 008/2013 – Verificar os aspectos da legalidade e confiabilidade no gerenciamento dos processos relativos a área de gestão de pessoas e se o controle de frequência utilizado no IFC é eficiente.	IFC
Ordem de Serviço nº 009/2013 – Verificar os aspectos da legalidade e confiabilidade dos controles no gerenciamento dos processos relativos ao programa, em especial o cumprimento das horas atividades dos servidores que prestam serviço ao PRONATEC.	IFC
Ordem de Serviço nº 010/2013 – Analisar os processos licitatórios realizados no IFC, no tocante a formalização processual e utilização correta da modalidade licitatória, avaliando quanto aos aspectos da motivação e razões da realização.	IFC

Fonte: UNAI

Desenvolvimento Humano e Social

Ação	Nº de usuários atendidos
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	2.520
Assistência Estudantil (destinação mensal de recursos a estudantes para moradia e auxílios permanência I, II e III - de acordo com a vulnerabilidade social do estudante).	1.674
Assistência Estudantil (destinação de recursos para custear viagens e eventos regionais, nacionais e internacionais).	841
Promoção do desenvolvimento e capacitação dos servidores (Oferta de cursos de capacitação ex.: curso gestão estratégica e empreendedora; curso de formação de mestres de cerimônias; cursos de qualificação nível de doutor: DINTER em Agronomia IFC/UFPR/CAPES; instituição do Programa de Incentivo a Qualificação Profissional dos Servidores do IFC (PIQP))	115 servidores
Melhoria da qualidade de vida dos estudantes (Encontro de Grêmios Estudantis e Centros Acadêmicos, Discussões e Revisão do Regimento Interno Disciplinar dos Estudantes, Projeto Cinema no IFC: valorizando a produção nacional).	Alunos do IFC

Fonte: PRODHS

O Programa de Assistência Estudantil tem realizado diversas ações que contribuem para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes oriundos da rede pública de educação básica e com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio.

Em 2013 foram realizados cinco editais de seleção socioeconômica nº058/2013; nº146/2013; nº147/2013; nº196/2013; nº210/2013. Foi perceptível o avanço no Programa de Assistência Estudantil em 2013, a mudança das categorias dos auxílios (Moradia, Alimentação, Transporte e Material Didático) para Moradia, Permanência I, Permanência II e Permanência III possibilitou aumento nos valores dos auxílios e maior número de alunos atendidos, tivemos um acréscimo de 522 alunos atendidos referentes ao ano anterior.

Desenvolvimento Institucional

Ação
Atividades de engenharia (dentro dos 14 câmpus Confecção de projetos 76.017m2 Fiscalização 35.010m2)
Coordenação de processos seletivos (concurso público docente para 95 vagas com 3083 candidatos inscritos. Processo seletivo discente: Vestibular e ensino técnico.)
Integração interinstitucional (Visitas a empresas da região com agendamento de visitas com diretores e estabelecimento de relações.)

Fonte: DIDES

Comunicação Institucional

Ação	Abrangência
Construção da identidade da marca (Unificação do Processo de Ingresso 2014, Licitação Conjunta de materiais para CECOMs, Elaboração e publicação do Informativo IFC, padronização dos sites institucionais)	Interna e Externa a Instituição

Comunicação Institucional (Divulgação de mídia espontânea estadual e regional, cobertura de eventos e seminários institucionais, atendimento às demandas dos veículos de comunicação, monitoramento e abastecimento da rede social)	Interna e Externa a Instituição
Gestão estratégica de comunicação (Planejamento Estratégico Anual de Comunicação; atendimento aos Câmpus de Blumenau, Brusque e Ibirama; publicidade de utilidade pública – estudo e parecer de orientação)	Público Interno a Instituição

Fonte: CECOM

Gestão de Pessoas

Ação	Abrangência
Normativas e Regulamentação relacionadas à área de Gestão de Pessoas	Servidores do IFC
Contratação de servidores (Realização de Concurso público para Docentes e Técnico-administrativos em Educação, Processos Seletivos Simplificados para contratação de professores substitutos e temporários, realização de Processos Seletivos para Remoção Interna.)	Servidores do IFC
Acompanhamento funcional dos servidores (Atos de Admissão e desligamento de servidores. Cadastro e pagamento de servidores; Detecção, verificação e regularização de situações de acumulações ilícitas de cargos públicos e/ou pertencimento de servidores ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio-administrador; e/ou Tesoureiro; Promoção, em conjunto com a PRODHS, do Seminário sobre Previdência complementar)	Servidores do IFC

Fonte: DGP

Tecnologia da Informação

Ação	Nº de usuários atendidos (servidores/comunidade)
Apoio à infraestrutura de TI (Implementação de plataforma de gerência da rede sem fio; Padronização da plataforma dos servidores, utilizando software livre, que influencia na economia e facilidade da gerência do servidor; Gerenciamento de suporte; Implantação de nova infraestrutura de rede da Reitoria para suportar a demanda de usuários crescentes; Utilização de uma plataforma de virtualização robusta para a gestão de serviços oferecidos pela Reitoria, acompanhado de armazenamento confiável para os servidores).	70000 ¹
Gestão de sistemas (Desenvolvimento, manutenção e suporte: de sistemas para processos seletivos vestibular, exame de classificação e concurso público docente; aos sistemas SIGA-ADM e SIGA-EPCT).	25000 ¹

Fonte: DTI

(¹) Foram considerados como usuários atendidos a comunidade acadêmica da instituição, discentes, docentes e técnicos administrativos, todos os candidatos a concursos públicos e demais processos seletivos e comunidade em geral que busque informações nos sites institucionais.

1.6 Principais Parceiros

O IFC tem buscado fortalecer sua relação com a sociedade, empresas e instituições públicas e privadas, buscando articulá-las ao ensino, pesquisa-inovação e extensão. Essa articulação começa com os seus principais parceiros que recebem os nossos estudantes para realização de estágios, em que podemos citar: CIDASC, várias Cooperativas como a COOPÉRDIA, EMBRAPA, EPAGRI, FEAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, IFSC, as Prefeituras de SC: Blumenau, Joinville, a Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As Cooperações técnicas estabelecidas pelo IFC caracterizam-se pela troca de conhecimentos entre os parceiros, pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades, necessidades ou problemas locais dessa forma transferindo à sociedade a pesquisa que é realizada nos laboratórios ou outros espaços. Nossos principais parceiros em cooperação técnica são: UFBA, UEM, UFSM, UDESC, Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, CDI – Comitê para Democratização da Informática em Santa Catarina (Cursos de capacitação e reciclagem de material de informática), FURB – Feiras de Matemáticas, INOVAPARQ, UFPel, UFSC, IFSC, UDESC, UNIVALI.

Os principais acordos internacionais firmados pelo IFC por meio da Pró-Reitoria de Extensão são: a) TOP, programa de estágio na área de agricultura com a Universidade de Ohio; b) Programa Ciência sem Fronteiras, fomentado pelo CNPQ/CAPES, que procura promover a consolidação, expansão e internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento institucional

O Planejamento Estratégico do IFC iniciou-se em dezembro de 2012 com um processo de debate e envolvimento coletivo que refletiu os anseios da comunidade. Esta etapa contou com a participação de toda comunidade interna.

Tendo como objetivo a elaboração do Plano Estratégico foram realizados em 2013 quatro encontros em diferentes cidades catarinenses, nestes encontros foram analisados os fatores críticos de sucesso, pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. A partir desta análise definiu-se a missão, visão, valores e ainda, foram delineados 38 objetivos estratégicos distribuídos entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. Nesta etapa do processo participaram em torno de 60 servidores integrantes a alta gestão da instituição e representantes dos demais servidores. Para subsidiar as discussões e análises foram abordados os seguintes temas:

- Política, Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira;
- Princípios da Gestão para Educação;
- Políticas e Gestão de Pessoas;
- Gestão da Inovação e da Cooperação com a Sociedade
- Gestão Financeira e de infraestrutura;
- Gestão da Comunicação
- Gestão da Educação Básica e Técnica;
- Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Político Pedagógico Institucional;
- Avaliação Institucional

O próximo passo será a elaboração e publicação do Plano Estratégico, para que a comunidade do IFC possa conhecer o trabalho realizado e as intenções futuras da gestão.

Como o Planejamento Estratégico da instituição ainda não estava vigente em 2013, as ações deste período foram baseadas no atendimento às condições do Acordo de Metas entre o IFC e a SETEC/MEC. As metas compreendidas nos itens: 10. *Forma de acesso ao ensino técnico*; 11. *Forma de acesso ao ensino superior*; 12. *Forma de acesso às Licenciaturas*; 16. *Núcleo de Inovação Tecnológica*, 18. *SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC*, e 19. *SIGA-EPT*, já foram atendidas, e por isto, não serão detalhadas na apresentação deste relatório.

A seguir são apresentadas as metas em andamento na instituição.

1. Índice de eficiência da Instituição

Alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas;

Execução:

A instituição apresentou em 2013 o índice de 64,1% de eficiência o que representou um aumento de 7,24% em relação ao ano de 2012 que era de 57,96%. Este índice sofreu impacto de crescimento negativo devido à greve de docentes e técnicos administrativos em vários Câmpus em 2012, pois alguns ciclos não encerraram em 2013. Contudo, percebe-se uma crescente na série histórica.

2. Índice de eficácia da Instituição

Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.

Execução:

Para o ano de 2013 a instituição alcançou o índice de 43,8%.

3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição. Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada 29 professor de 20 horas será contado como meio. O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

Execução:

A instituição apresentou em 2013 uma relação de 10,58 alunos por docente. Este índice apresentou uma redução de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior que era de 15,54 alunos por docente. A redução ocorreu, pois foram efetivados docentes em virtude da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2013 e os alunos ingressantes serão considerados a partir de 2014.

4. Vagas para os cursos técnicos

Manutenção de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme disposto o disposto na lei de no 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;

Execução:

Os ciclos de matrículas até 2013 corresponderam a quantia de 11.385 vagas ofertadas em cursos técnicos, o que corresponde a **58,6%** das vagas ofertadas no período, demonstrando uma neutralidade do índice em relação a 2012.

5. Vagas para a formação de professores e Licenciaturas

Manutenção de pelo menos 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de no 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;

Execução:

Os ciclos de matrículas até 2013 corresponderam à quantia de 1.554 vagas ofertadas em cursos de licenciaturas, o que corresponde a **8%** das vagas ofertadas no período, demonstrando uma neutralidade do índice em relação a 2012, que era de **7,9%**.

6. Vagas PROEJA

Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Decreto de no 5.840, de 13 de julho de 2006;

Execução:

Os ciclos de matrículas até 2013 corresponderam a quantia de 200 vagas ofertadas em cursos de PROEJA, o que corresponde a **1%** das vagas ofertadas no período, demonstrando uma leve queda do índice em relação a 2012, que era de **1,2%**.

7. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Apresentação de em média pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por Câmpus, especialmente em apoio ao ensino médio inovador, direcionado às escolas, professores e alunos das redes públicas, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com os sistemas públicos de ensino;

Execução: Programas em andamento aprovados pela CAPES: PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas), PET (Programa de Educação Tutorial) e PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência)

8. Programa de Formação Inicial e Continuada

Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico.

Execução: O IFC teve em 2013 4 cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) atendendo a 100 alunos, além de ministrar uma turma de curso PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), atendendo 24 alunos.

9. Oferta de Cursos a Distância

Implantação da modalidade Educação à Distância como atividade regular, no Instituto Federal;

Execução: Em 2013 a instituição iniciou as atividades de educação à distância, ofertando 2 cursos de especialização em PROEJA, com polos nos câmpus de Camboriú e Concórdia.

13. Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho

Implantação, até 2011, de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC;

14. Pesquisa e Inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por Câmpus, que reúna, preferencialmente professores e alunos de

diferentes níveis de formação, em todos os câmpus, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social;

Execução: O IFC, no ano de 2011 possuía 59 cotas de bolsas de fomento externo via CNPq nas modalidades PIBITI, PIBIC, PIBIC-Af e PIBIC-EM. Para o ano de 2012, houve um acréscimo no número de bolsas, passando a instituição a ter um total de 95 cotas oriundas de fomento externo, sendo 63 do CNPq e 32 da FAPESC. Em 2013, este número passou para um total de 107 bolsas, das quais 75 foram do CNPq e 32 da FAPESC. Cada bolsa está ligada a um projeto de pesquisa desenvolvido nos Câmpus do IFC, no qual os alunos bolsistas (de graduação ou do ensino médio) desenvolvem as atividades de pesquisa, sendo estes orientados por servidores da Instituição. Além das bolsas de fomento externo, também tem se incentivado a disponibilização de bolsas com recursos financeiros dos próprios Câmpus. Quanto aos grupos de pesquisa, até o final de 2013, o IFC havia certificado, junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, 50 grupos de pesquisa.

15. Projetos de Ação Social

Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada Câmpus, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão;

Execução:

- Projetos e ações realizadas durante o ano de 2013 no IFC:
- Oferta de Programas voltados à inclusão social: PROEJA, Cursos FIC, CERTIFIC e MULHERES MIL;
- Ações de Inclusão desenvolvidas pelos NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) nos Câmpus;
- Curso de Capacitação em Educação Inclusiva – parceria IFB e IFC: palestras e encontros presenciais no câmpus Camboriú
- Oficina de Libras (curso FIC);
- Dia da Inclusão: oficinas e atividades de sensibilização envolvendo alunos, servidores e comunidade;
- Palestras informativas;
- Informativos mensais (impresso e digital).

17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão *intercâmpus* e *interinstitucionais*

Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Câmpus do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais;

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Ações do Orçamento Fiscal de Seguridade Social (OFSS)

Quadro 02 – Ação 2994

Identificação da Ação		
Código	2994	Tipo:
Descrição	Assistência ao educando da educação profissional e tecnológica	
Iniciativa	02A5 – Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas,	

	afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			Código: 0582	Tipo:		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 7.218.612,00	R\$ 7.218.612,00	R\$ 6.860.764,58	R\$ 5.781.260,53	R\$ 5.546.924,44	R\$ 234.336,09	R\$ 1.079.504,05
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0042	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.	Aluno assistido	2000	2453	2453		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 437.453,67	R\$ 379.608,98	R\$ 47.100,09	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e	Aluno assistido	2453	

				transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando		
--	--	--	--	---	--	--

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Foi perceptível o avanço no Programa de Assistência Estudantil em 2013. A mudança das categorias dos auxílios (Moradia, Alimentação, Transporte e Material Didático) para Moradia, Permanência I, Permanência II e Permanência III possibilitou aumento nos valores dos auxílios e maior número de alunos atendidos. Com isto, conseguimos superar a estimativa de alunos atendidos em 453 alunos.

Além disso, realizamos uma pesquisa com os estudantes beneficiários dos auxílios e as informações coletadas foram de que neste ano a divulgação do edital bem como os prazos para inscrição foram melhores, 97% dos estudantes responderam como ótimo e bom. Com relação as modalidades dos auxílios 90% dos estudantes ficaram satisfeitos e avaliaram de forma positiva. Por fim, evidenciamos que o recurso têm atendido de forma muito satisfatória nossos estudantes. Quanto ao recurso do RIP o mesmo atendeu satisfatoriamente as demandas existentes no IFC. Em relação aos valores, fora executado quase a integralidade dos valores, sendo que a porcentagem de execução não fora maior pois não tivemos a liberação total da cota limite a empenhar. Outro fator que dificultou a execução da ação fora a liberação parcial do orçamento (1/12 avos por mês) até o mês de abril o que dificultou o planejamento e a execução da ação. Recurso inscrito em restos a pagar pois ate o fechamento do ano as despesas com serviços, entrega de materiais, entre outros não foram executadas integralmente.

Quadro 03 – Ação 20RL

Identificação da Ação						
Código	20RL			Tipo:		
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	Código: 0582		Tipo:		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso		<input type="checkbox"/> Brasil	

			positivo: ()PAC		sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 42.406.097,00	R\$ 46.170.581,00	R\$ 42.767.677,54	R\$ 28.930.600,56	R\$ 25.345.946,10	R\$ 3.584.654,46	R\$ 13.837.076,98
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0042	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Garantir a gestão e o funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.	Aluno matriculado	11000	9420	9420		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 15.906.026,39	R\$ 13.998.106,79	R\$ 498.585,66	Gestão administrativa...	Aluno matriculado	9420	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

A meta prevista não foi alcançada pois fora superestimada, mas percebe-se um aumento significativo em relação ao número de alunos matriculados (7.600 alunos matriculados em 2012 para 9.420 alunos matriculados em 2013). Um aumento de quase 24%. O orçamento não fora executado na sua integralidade pois não houve a liberação total da cota limite a empenhar e a arrecadação de recursos próprios da Reitoria e dos Câmpus foi abaixo da estimada ocasionando a sobra de recursos orçamentários. O contingenciamento do orçamento ficou todo na Reitoria pois os Câmpus receberam o orçamento na sua totalidade, até porque o objetivo fim desta Instituição é o ensino/pesquisa/extensão que são desenvolvidos nos câmpus. Outro fator que dificultou a execução da ação fora a liberação parcial do orçamento (1/12 avos por mês) até o mês de abril o que dificultou o planejamento e a execução da ação. Houve recurso inscrito em restos a pagar pois até o fechamento do ano as despesas com serviços, entrega de materiais e obras não foram executadas integralmente.

Quadro 04- Ação 20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG					Tipo:	
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			Código: 0582		Tipo:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0002/0042	R\$ 14.155.688,0	R\$ 14.155.688,0	R\$ 13.550.456,19	R\$ 3.833.684,52	R\$ 2.510.611,05	R\$ 1.323.073,47	R\$ 9.716.771,67

	0	0					
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0002/0042	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.			vaga disponibilizada	2500	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0002/0042	R\$ 3.600.000,00	R\$ 2.839.980,14	R\$ 0,00	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis;	vaga disponibilizada	0	

Fonte: SIAFI Gencial/SIMEC

O recurso orçamentário não fora empenhado na sua totalidade pois não recebemos cota limite para empenhar a totalidade destes recursos ocasionando sobra de orçamento.

A meta somente será atendida plenamente no termino das obras da expansão que se encontram hoje em andamento que tem previsão de término para o ano de 2014 e 2015, conforme andamento da obra de cada Câmpus. Com isto, as vagas disponibilizadas serão atendidas somente ao termino destas obras e com a criação dos cursos e contratação de profissionais para executar as atividades (professores e técnicos administrativos).

Em relação ao RAP não processados de exercícios anteriores, estes valores foram utilizados nestas obras da expansão, e as vagas disponibilizadas serão atendidas somente ao termino das obras da expansão. Os recursos inscrito em restos a pagar devem-se ao fato das obras não terem sido concluídas até o fechamento do ano.

Quadro 05 – Ação 20RJ

Identificação da Ação	
Código	20RJ Tipo:
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica

Iniciativa		02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.			Código: 0597		Tipo:	
Programa	Educação Básica			Código: 2030		Tipo:	
Unidade Orçamentária		26422 - Instituto Federal Catarinense					
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/004 2	R\$ 516.000,00	R\$ 629.100,00	R\$ 193.795,47	R\$ 4.008,30	R\$ 708,00	R\$ 0,00	R\$ 189.787,17
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001/004 2	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de	pessoa beneficiada	400	100	100		

	jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

A meta não fora atingida, pois não fora liberado pagamento de bolsa de professor conteudista. Outra questão foi a demora na liberação para o cadastro dos bolsistas.

O Instituto utilizou a cota limite a empenhar desta ação em outras ações para não haver contingenciamento maior nas outras ações. Houve recursos inscritos em restos a pagar pois até o fechamento do ano as despesas com serviços, entrega de materiais, entre outros não foram executadas integralmente.

Quadro 06 – Ação 6358

Identificação da Ação						
Código	6358				Tipo:	
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante					
Objetivo	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional			Código: 0588	Tipo:	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense					
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 10.080,00	R\$ 10.080,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0042	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnico-Administrativo, etc.), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.	pessoa capacitada	20	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

O recurso previa capacitação de 20 servidores na área do CERTIFIC. Como a necessidade do Instituto para a capacitação era a concessão de diárias para os servidores e esta ação não previa o pagamento de diárias, o Instituto bancou o curso com orçamento próprio. Não houve prejuízos ao Instituto pois o contingenciamento da cota limite a empenhar foi repassado para esta ação.

Quadro 07 – Ação 4572

Identificação da Ação			
Código	4572		Tipo:
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Iniciativa			
Objetivo		Código:	Tipo:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código: 2109	Tipo:
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense		

Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 310.000,00	R\$ 446.855,00	R\$ 301.305,54	R\$ 270.295,54	R\$ 237.115,54	R\$ 33.180,00	R\$ 31.010,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0042	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	Servidor Capacitado	240	289	289		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 6.883,00	R\$ 5.603,00	R\$ 500,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

A meta foi superada utilizando quase 100% do orçamento inicialmente previsto. Não fora utilizado a totalidade do orçamento final pois não houve a liberação da cota limite a empenhar referente a diferença entre o orçamento inicial e o final. Se não houvesse o contingenciamento deste orçamento poderíamos ter capacitado mais servidores melhorando a eficácia do IFC. Houve recursos inscrito em restos a pagar devido o fato que até o fechamento do ano as despesas com serviços, entre outros não foram executadas integralmente.

Quadro 08 – Ação 6380

Identificação da Ação	
Código	6380
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Iniciativa	02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão						
Objetivo		Código: 0582			Tipo:		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
00001/0042	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 719.431,99	R\$ 556.116,22	R\$ 505.054,32	R\$ 51.061,90	R\$ 163.315,77
0007/0042	R\$ 287.592,00	R\$ 287.592,00	R\$ 199.434,11	R\$ 145.830,45	R\$ 137.186,48	R\$ 8.643,97	R\$ 53.603,66
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
00001/0042	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização científica e tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros. Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.	Instituição apoiada	5	9	9		
0007/0042	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização científica e tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e	Proposta de extensão apoiada	3,00	2,00	2,00		

	mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros. Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

A meta do programa Mulheres Mil inicialmente prevista foi superada pois em uma articulação entre o Instituto e a Setec a quantidade de Câmpus que ofertaram o Programa Mulheres Mil foi aumentada de cinco para nove Câmpus. A meta do programa PROEXT não foi atendida pela desistência de um Câmpus em ofertar este programa. Os recursos não foram utilizados em sua totalidade pois durante o programa Mulheres Mil houve desistência de alunos, o que ocasionou o não pagamento das bolsas a estes, gerando sobra de orçamento. Como um projeto do programa Proext não fora realizado, houve sobra deste recurso neste programa. Houve recursos inscrito em restos a pagar devido o fato que até o fechamento do ano as despesas com serviços, entre outros não foram executadas integralmente.

Quadro 09 – Ação 2010

Identificação da Ação						
Código	2010				Tipo:	
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo				Código:	Tipo:	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense					
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 144.000,00	R\$ 215.700,00	R\$ 200.293,59	R\$ 200.293,59	R\$ 200.293,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0042	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Criança atendida	148	217	217		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

As metas foram superadas com a inclusão de novos servidores técnicos administrativos e docentes para a integralização de cursos pré-existent e para o funcionamento de novas unidades previstas no plano de expansão do Governo Federal.

Quadro 10 – Ação 2004

Identificação da Ação			
Código	2004		Tipo:
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		
Iniciativa			
Objetivo		Código:	Tipo:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código: 2109	Tipo:
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense		

Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
0001/0042	1.392.000,00	1.937.900,00	1.904.617,13	1.904.617,13	1.904.617,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0002/0042	145.895,00	145.895,00	74.893,00	74.893,00	74893		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001/0042	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	pessoa beneficiada	1221	1838	1838		
0002/0042	Exames periódicos – civis	servidor beneficiado	811,00	1.042,00	1.042,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

As metas foram superadas com a inclusão de novos servidores técnicos administrativos e docentes para a integralização de cursos preexistentes e para o funcionamento de novas unidades previstas no plano de expansão do Governo Federal.

Quadro 11 – Ação 2011

Identificação da Ação		
Código	2011	Tipo:
Descrição	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	

Iniciativa							
Objetivo			Código:			Tipo:	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109			Tipo:	
Unidade Orçamentária		26422 - Instituto Federal Catarinense					
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/0042	R\$ 432.888,00	R\$ 563.433,00	R\$ 546.403,72	R\$ 546.403,72	R\$ 546.403,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/0042	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.		servidor beneficiado	200	224	224	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: PROAD

Considerando a obrigatoriedade de cadastramento de servidores para fins da concessão do auxílio transporte e observados os rigores de orientações normativas e notas técnicas da SRH do Ministério do Planejamento, houve um pequeno acréscimo de servidores beneficiados com o auxílio perante a meta prevista e uma mínima diminuição perante os auxílios concedidos no ano anterior.

Quadro 12 – Ação 2012

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo:	
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa							
Objetivo				Código:	Tipo:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/0042	R\$ 3.696.000,00	R\$ 5.182.338,00	R\$ 5.150.329,00	R\$ 5.150.329,00	R\$ 5.150.329,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001/0042	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.			servidor beneficiado	1013	1200	1200
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quanto ao auxílio-alimentação observa-se que houve um aumento no número de benefícios

previstos em virtude do aumento do quadro de servidores.

Quadro 13 – Ação 0005

Identificação da Ação							
Código	0005					Tipo:	
Descrição	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) - no estado de Santa Catarina.						
Iniciativa							
Objetivo				Código:	Tipo:		
Programa	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais			Código: 0901	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 610.901,00	R\$ 565.120,00	R\$ 565.119,91	R\$ 565.119,91	R\$ 565.119,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Este programa de governo independe da ação da unidade gestora, bastando apenas o servidor contemplar todas as condições legais, para que os benefícios a que tem direito sejam concedidos.

Quadro 14 – Ação 00G5

Identificação da Ação							
Código	00G5					Tipo:	
Descrição	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrentes do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.						
Iniciativa							
Objetivo			Código:		Tipo:		
Programa	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais		Código: 0901		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	R\$ 67.199,00	R\$ 107.199,00	R\$ 2.978,12	R\$ 2.978,12	R\$ 2.978,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Este programa de governo independe da ação da unidade gestora, bastando apenas o servidor contemplar todas as condições legais, para que os benefícios a que tem direito sejam concedidos.

Quadro 15 – Ação 0181

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo:	
Descrição	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis						
Iniciativa							
Objetivo				Código:	Tipo:		
Programa	Previdência de inativos e pensionistas da união			Código: 0089	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 4.264.000,00	R\$ 6.942.658,00	R\$ 6.730.467,92	R\$ 6.730.467,92	R\$ 6.730.467,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Este programa de governo independe da ação da unidade gestora, bastando apenas o servidor contemplar todas as condições legais, para que os benefícios a que tem direito sejam concedidos.

Quadro 16 – Ação 20 TP

Identificação da Ação							
Código		20TP				Tipo:	
Descrição		Pagamento de pessoal ativo da união					
Iniciativa							
Objetivo						Código:	
Objetivo						Tipo:	
Progr ma		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109		Tipo:
Unidade Orçamentária		26422 - Instituto Federal Catarinense					
Ação Prioritária		() Sim	(x) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítul o/ Localiza dor	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 60.577.799, 00	R\$ 87.215.055,00	R\$ 87.214.600,74	R\$ 87.214.600, 74	R\$ 87.214.600, 74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítul o/ Localiza dor	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram ado (*)	Realizad o
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítul o/ Localiza dor	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizad a

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Este programa de governo independe da ação da unidade gestora, bastando apenas o servidor contemplar todas as condições legais, para que os benefícios a que tem direito sejam concedidos.

Quadro 17 – Ação 00M0

Identificação da Ação							
Código	00M0					Tipo:	
Descrição	Contribuição a entidades nacionais representativas de educação de ensino						
Iniciativa							
Objetivo			Código:			Tipo:	
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código: 2109			Tipo:	
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 59.684,00	R\$ 59.684,00	R\$ 59.684,00	R\$ 59.684,00	R\$ 59.684,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Contribuição a entidades nacionais representativas de educação de ensino.

Quadro 18 – Ação 09HB

Identificação da Ação							
Código	09HB					Tipo:	
Descrição	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais						
Iniciativa							
Objetivo			Código:		Tipo:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109		Tipo:		
Unidade Orçamentária	26422 - Instituto Federal Catarinense						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	R\$ 11.999.970,00	R\$ 16.029.882,00	R\$ 15.804.259,21	R\$ 15.804.259,21	R\$ 15.804.259,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 19 – Ação 1H10

Identificação da Ação					
Código	1H10			Tipo:	
Título	Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica				
Iniciativa	Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.				
Objetivo		Código:			
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	IFC - 26422				
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
89.861,11	85.657,48	-			

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Recurso destinado a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. O recurso reinscrito em restos a pagar foi executada em mais de 95%.

Quadro 20 – Ação 2992

Identificação da Ação					
Código	2992			Tipo:	
Título	Funcionamento da educação profissional				
Iniciativa	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.				
Objetivo		Código:			
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	IFC - 26422				

Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
650.743,93	502.535,42	101.354,48			

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Recurso destinado a garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional. O recurso reinscrito em restos a pagar foi executada em mais de 77%.

Quadro 21 – Ação 6301

Identificação da Ação					
Código	6301			Tipo:	
Título	Acervo Bibliográfico para as instituições da rede federal de educação profissional				
Iniciativa	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.				
Objetivo			Código:		
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo:	
Unidade Orçamentária	IFC - 26422				
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
34.598,10	9.311,86	25.268,24			

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Recurso destinado a ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da rede federal de educação profissional. O recurso reinscrito em restos a pagar foi executado 27%, tendo em vista a grande dificuldade na aquisição deste bem.

Quadro 22 – Ação 8429

Identificação da Ação						
Código	8429				Tipo:	
Título	Formação inicial e continuada a distancia					
Iniciativa	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.					
Objetivo		Código:				
Programa	Brasil Escolarizado	Código: 1061		Tipo:		
Unidade Orçamentária	IFC - 26422					
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
3.749,95	-	3.749,95				

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Recurso destinado a realizar capacitação e formação inicial e continuada. O recurso reinscrito em restos a pagar foi cancelado em sua totalidade.

Quadro 23 – Ação 8650

Identificação da Ação						
Código	8650				Tipo:	
Título	Reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica					
Iniciativa	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.					
Objetivo		Código:				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código: 1062		Tipo:		
Unidade Orçamentária	IFC - 26422					
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
153.172,58	109.052,63	43.000,00			

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Recurso destinado a Reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica O recurso reinscrito em restos a pagar foi executado em mais de 71%.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Em relação à estrutura orgânica de controle do IFC, como órgão máximo da Instituição temos o Conselho Superior que possui caráter consultivo e deliberativo. O Colégio de Dirigentes é um órgão de caráter consultivo e atua como apoio ao processo decisório da instituição. Ambos são ligados ao Gabinete do Reitor que possui ainda as Pró-reitorias a ele vinculadas. Estas, por sua vez, desenvolvem políticas institucionais nas suas respectivas áreas. Ainda que a Reitoria atue de maneira centralizada, os câmpus possuem autonomia administrativa e orçamentária, o que vem a facilitar no sentido de dar maior celeridade às decisões e ações administrativas, em busca da elevação dos níveis de efetividade, eficiência, eficácia além de economicidade. Ainda na estrutura orgânica de controle do IFC, estão contempladas a UNAI – Unidade de Auditoria Interna e a COOPAD – Coordenação de Procedimentos Administrativos Disciplinares, além da Comissão de Ética. A UNAI tem como principais atribuições assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito do IFC. A Comissão de Ética é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética do servidor público. Já a COOPAD, atua no assessoramento, acompanhamento e execução de procedimentos administrativos, incluindo sindicâncias.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O quadro de avaliação do funcionamento dos controles internos foi construído a partir da análise conjunta feita pela alta gestão da instituição.

Vale destacar que a avaliação do sistema de controles internos da UJ apresentada no relatório de gestão de 2012 foi elaborada a partir da análise individual dos dirigentes da instituição, incluindo Pró-Reitores e dirigentes dos Câmpus. Desta forma, o quadro apresentado foi o resultado da média das avaliações individuais, considerando o arredondamento padrão e em alguns casos o padrão da moda.

Além disto, na apreciação do referido quadro a maioria dos gestores entendeu que os valores de 1 a 5 seriam uma escala de notas a serem atribuídas a cada item. Neste caso, o valor três (3) foi considerado uma nota mediana.

Para este relatório de gestão (2013) a análise das afirmativas constantes do quadro foi feita em conjunto com as pessoas que representam as áreas estratégicas da unidade. Junto a isto, conforme orientações contidas na Portaria TCU nº175, de 9 de julho de 2013, que explica “no caso de

impossibilidade de pronunciamento sobre alguma afirmativa, a UJ deve utilizar o valor 3 (posição neutra em relação à afirmativa)”, o valor três (3) foi considerado apenas nos casos em que os participantes julgaram não ser passível de avaliação.

Quadro 24 – Avaliação do sistema de controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica:</p> <p>Com base nas informações do Quadro A.3.2, importa destacar que o preenchimento foi feito de maneira coletiva, com a participação de todas as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas do IFC, bem como do Gabinete do Reitor. Cada setor buscou discutir o conteúdo do Quadro com os servidores vinculados, de modo a trazer para discussão os resultados obtidos.</p> <p>De acordo com os resultados acima, é unanimidade entre os gestores que os controles internos são essenciais para nortear as ações para consecução dos objetivos da instituição. O ano de 2013 foi marcado pela normatização das atividades da instituição, em que foram elaboradas e aprovadas pelo Conselho Superior 101 Resoluções de diversas áreas. No item avaliação de risco, os gestores percebem que ainda há bastante o que melhorar no sentido de diagnosticar, avaliar e classificar os riscos. No entanto, na ocorrência de desvios, é prática da instituição instaurar procedimentos sindicantes/processantes para apurar responsabilidades, evitando sempre qualquer indício de fraude.</p> <p>No que diz respeito aos procedimentos de controle, destaca-se a existência de políticas e ações de natureza preventiva com objetivo de diminuir os riscos e alcançar os objetivos. Ainda, sobre as atividades de controle, na maioria dos casos estas são apropriadas e abrangentes, estando relacionadas diretamente com os objetivos de controle do IFC.</p> <p>Em relação ao quesito Informação e Comunicação, todos concordaram que vários aspectos melhoraram consideravelmente neste último ano e que, ainda há alguns aspectos a serem melhorados, de modo contínuo.</p> <p>Analisando o item Monitoramento, foi unânime que o sistema de controle interno do IFC é constantemente monitorado, seja pelos órgãos internos e externos, sendo que este sistema tem contribuído para a melhoria do desempenho da instituição.</p> <p>Em relação ao preenchimento deste quadro no Relatório de Gestão do ano passado, destaca-se que a pontuação atribuída foi de forma escalonada, de 1 a 5, atribuindo nota 3 como nota mediana. Para o preenchimento deste quadro, foi atribuída nota 3 somente quando não possível de avaliar (nota neutra).</p>					

3.4 Sistema de Correição

3.4.1 COOPAD

A Coordenadoria De Processos Administrativos Disciplinares (COOPAD), vinculada diretamente ao Gabinete do Reitor do IFC, é um órgão de assessoramento, acompanhamento e execução de processos administrativos disciplinares oriundos dos Câmpus e Unidades Administrativas, além de realizar Sindicâncias no âmbito da Reitoria.

A COOPAD visa à profissionalização da atividade processual administrativa disciplinares, bem como a centralização única das Comissões de Inquérito.

Justifica-se pela necessidade de evitar a dispersão de COMISSÕES sem atribuições permanentes, mais preocupadas com atividades corriqueiras em nível de Instituição, despreocupando, assim, a alta Administração em função da confiança que a instituiu, evitando que procedimentos, sejam falhos ou nulos aproveitando ao infrator, com o desvirtuamento do objetivo JUSTIÇA.

3.4.2 Comissão de Ética

O IFC mantém e forma permanente Comissão de Ética nomeada pela 2.282/2012 de 23 de novembro/2012. Esta Comissão está respaldada pela Resolução nº 056 – CONSUPER/2012, que aprovou o seu Regimento Interno.

As atribuições da Comissão de Ética estão reproduzidas no organograma funcional apresentado neste texto.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A COOPAD do IFC foi estruturada a partir de abril de 2013 com pessoal e espaço físico. Assim, o setor vem cadastrando os Procedimentos Administrativos Disciplinares no Sistema CGU/PA, entretanto não os processos estão cadastrados, objetivo este a ser atingido a partir de 2014.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

Quadro 25 – Programação de despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO:	UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		77.519.869,00		46.201.263,00
CRÉDITOS	Suplementares			
		Abertos	33.385.826,00	4.511.313,00
	Especiais	Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		

		Reabertos			
	Créditos Cancelados		(45.781,00)		(2.208.000,00)
Outras Operações					
	Dotação final 2013 (A)		110.859.914,00	-	48.504.576,00
	Dotação final 2012(B)		85.776.709,00		35.110.072,00
	Variação (A/B-1)*100		29,24	-	38,15
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL			25.473.273,00		
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos	3.945.609,00		
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos	8.491.092,00		
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		(8.491.092,00)		
Outras Operações					
	Dotação final 2013 (A)		29.418.882,00	-	-
	Dotação final 2012(B)		29.210.325,00		
	Variação (A/B-1)*100		0,71	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Verifica-se a suplementação de dotação para despesas correntes em valor relevante sobre a dotação inicial em função crescimento da instituição e atendimento a contratações desde o exercício de 2011. Para investimento, observa-se suplementação da dotação inicial em função de obras em geral, para o atendimento do crescimento a Instituição. Confrontado-se a dotação final do exercício de 2012 e exercício de 2013, verifica-se o aumento de gastos em 2013.

Quadro 26 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26422		UGO: 26422	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	26.309.055,12	13.170.232,75	23.193.384,67	12.275.230,46
a) Convite	7.262,43		628,71	
b) Tomada de Preços	975.189,59	658.250,50	899.162,09	477.127,83
c) Concorrência	2.697.245,78	476.185,98	2.474.099,14	336.440,17
d) Pregão	22.629.357,32	12.035.796,27	19.819.494,73	11.461.662,46
e) Concurso				

f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	5.957.508,13	3.723.642,74	4.027.129,93	3.312.050,42
h) Dispensa	5.015.321,50	3.150.984,80	3.219.669,64	3.027.119,87
i) Inexigibilidade	942.186,63	572.657,94	807.460,29	284.930,55
3. Regime de Execução Especial	81.195,85	65.718,58	81.195,85	
j) Suprimento de Fundos	81.195,85	65.718,58	81.195,85	65.718,58
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	120.404.581,81	91.077.875,25	120.404.581,81	91.064.604,80
k) Pagamento em Folha	119.147.363,75	90.088.431,24	119.147.363,75	90.075.742,26
l) Diárias	1.257.218,06	989.444,01	1.257.218,06	988.862,54
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	152.752.340,91	108.037.469,32	147.706.292,26	106.651.885,68

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Analisando o quadro observa-se um aumento das despesas liquidadas e pagas em 2013, devido à fase de expansão ocorrida desde exercício de 2011. Nota-se que a utilização da Modalidade Pregão foi maior em 53% em relação ao ano anterior devido à contratação de mão de obra, aquisição de material de consumo e permanente.

Quadro 27 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:			Código UO:				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<i>1. Despesas de Pessoal</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
01-APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	6.002.573,35	4.184.599,70	6.002.573,35	4.184.599,70	-	-	6.002.573,35	4.184.599,70
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	81.317.515,59	62.456.498,10	81.317.515,59	62.456.498,10	-	-	81.317.515,59	62.456.498,10
13-OBRIACOES PATRONAIS	16.615.738,88	12.898.113,14	16.615.738,88	12.898.113,14	-	-	16.615.738,88	12.898.113,14
Demais elementos do grupo	6.381.598,08	4.786.402,26	6.381.598,08	4.786.402,26	-	-	6.381.598,08	4.773.695,28
3. Outras Despesas Correntes								
37-LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	10.661.301,36	7.259.263,89	9.139.630,06	6.117.177,73	1.534.709,79	1.142.086,16	8.525.924,28	5.920.242,69
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	9.596.249,76	9.244.779,25	6.891.882,61	6.629.180,17	2.912.042,73	2.615.599,08	6.071.411,52	6.051.019,11
30-MATERIAL DE CONSUMO	8.297.321,24	6.540.038,14	5.597.692,65	4.867.657,94	2.809.226,63	1.672.380,20	5.047.818,30	4.675.648,45
Demais elementos do grupo	16.002.598,32	11.115.130,25	15.241.613,20	11.016.679,98	5.573.140,78	98.450,27	14.994.174,57	10.785.384,74
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
<i>4. Investimentos</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
51-OBRAS E INSTALACOES	17.345.250,81	6.661.094,28	3.885.294,50	792.293,88	14.778.805,55	5.868.800,40	3.586.120,36	543.459,05
52-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	8.689.784,77	12.596.691,09	4.800.712,54	4.058.909,90	4.340.076,17	8.537.781,19	3.705.916,34	3.564.507,35
61-AQUISICAO DE IMOVEIS	1.865.000,00	-	1.865.000,00	-	0,00	-	260.000,00	-
Demais elementos do grupo	48.499,60	-	36.191,00	-	0,00	-	28.401,00	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Observa-se um aumento de valor na maioria dos grupos de despesas, ocasionado pela expansão da rede iniciada em 2011 e continuada em 2013. Sendo assim, com a expansão houve um aumento de toda a carga de despesas relativas a contratações de servidores ativos como de serviços terceirizados para dar suporte a Instituição. Verifica-se, também, que houve necessidade de construções, reformas e instalações para atender a demanda crescente. Nota-se que houve uma diminuição do saldo da conta de material permanente em 2013, tendo em vista que em 2012, 68% dos valores empenhados ficaram em restos a pagar não processados. Dessa forma, deduz-se que a maioria das foram efetivadas em 2012 e liquidas somente em 2013.

Quadro 28 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	890.621,50	1.072.201,65	878.945,02	895.915,63
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	319.134,55	-	319.134,55
c) Concorrência	0,00	54.658,64	-	-
d) Pregão	890.621,50	698.408,46	878.945,02	576.781,08
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	62.945,02	90.976,85	55.340,02	88.306,85
h) Dispensa	30.716,02	87.716,85	23.111,02	85.046,85
i) Inexigibilidade	32.229,00	3.260,00	32.229,00	3.260,00
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	144.000,00	2.503,00		2.503,00
k) Pagamento em Folha	144.000,00	212,60	144.000,00	212,60
l) Diárias	-	2.290,40	-	2.290,40
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	1.097.566,52	1.165.681,50	934.285,04	986.725,48

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Verifica-se que a suplementação da folha foi liquidada e paga no próprio exercício de 2013. No ano anterior ocorreu o mesmo fato, entretanto de valor inferior. Observa-se também que a maioria das aquisições se deram através da modalidade Pregão em relação as outras modalidades. Outra evidência se dá para a modalidade de dispensa, a qual está gradativamente sendo menos utilizada em relação ao ano anterior.

Quadro 29 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	144.000,00	-	144.000,00	-	-	-	144.000,00	-
3 – Outras Despesas Correntes								
48-OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	1.778.103,16	892.183,74	1.544.008,58	872.339,10	234.094,58	19.844,64	1.534.328,58	819.592,96
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	985.748,10	291.595,76	291.595,76	96.558,88	77.882,12	195.036,88	83.948,50	83.948,50
18-auxilio financeiro a estudante	968.297,93	373.186,45	808.501,69	345.439,36	159.796,24	27.747,09	798.448,09	329.279,26
Demais elementos do grupo	1.956.271,24	1.773.846,72	1.104.500,02	1.266.320,54	991.170,50	787.681,54	1080669,94	349.890,03
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
51 – obras e instalações	8.387.076,81	6.814.324,91	-	358.215,25	8.387.076,81	6.456.109,66	-	303.556,61

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Observa-se a movimentação de créditos para os vencimentos e vantagens fixas, em função de um pedido de suplementação de folha para o ano de 2013 proveniente da SPO. Devido à expansão verifica-se um aumento no fluxo de movimentação na maioria das contas.

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 30 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013	
2012	2.189.500,47	2.182.001,75	-1.295,97	6.202,75	
2011	160.806,50	138.342,43	-783,60	21.680,47	
...					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013	
2012	27.912.116,07	20.804.167,07	-558.273,86	6.549.675,14	
2011	3.530.897,08	3.158.752,59	-153.240,68	218.903,81	
2010	142.055,77	87.989,81	-52.759,75	1.306,21	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Os valores inscritos em restos a pagar estão sendo gerenciados criteriosamente pelo IFC, ou seja, os objetos contratados devem ser entregues nas mesmas condições estipulados no contrato.

4.3 Suprimento de Fundos

Quadro 31 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

							Valores em R\$ 1,00
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Quantidade	(c) Valor	
			Quantidade	(b) Valor			
2013	0	-	12	7.334,32	12	74.497,41	81.831,73
2012	0	-			7	9.337,58	9.337,58
2011	0	-			15	13.974,57	13.974,57

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 32 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo institucional e por Portador

					Valores em R\$ 1,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
Código da UG 1	158125/Reitoria		Limite de Utilização da UG			
Leandro Padilha Ribeiro	043.433.029-97		-	7.223,14	7.223,14	
Total Utilizado pela UG			-	7.223,14	7.223,14	
Código da UG 2	158379/Câmpus Videira		Limite de Utilização da UG			
Willian Bolzan dos Santos	255.999.568-90		-	710,12	710,12	
Horaldo Antonio Brandalize	636.857.959-53		290,00	6.236,94	6.526,94	
Total Utilizado pela UG			290,00	6.947,06	7.237,06	
Código da UG 3	158458/Câmpus Rio do Sul		Limite de Utilização da UG			
Maicon Fontanive	004.304.409-36		-	7.000,00	7.000,00	
Eurico da Palma Oittaluga Neto	431.024.760/15		690,24	4.242,86	4.933,10	
Adelar Benetti	454.295.459/53		-	2.983,12	2.983,12	
Carlos Leovegildo Kjellim	575.811.939/34		1.303,81	12.359,61	13.663,42	
Total Utilizado pela UG			1.994,05	26.585,59	28.579,64	
Código da UG4	158459/Câmpus Araquari		Limite de Utilização da UG			
Eleutério Jubanski	814.147.739-00		-	3.541,89	3.541,89	
Total Utilizado pela UG			-	3.541,89	3.541,89	
Código da UG4	158460/Câmpus Camboriu		Limite de Utilização da UG			
Marcel Amaral Daoud	983.314.500-00		-	20.090,06	20.090,06	
Total Utilizado pela UG			-	20.090,06	20.090,06	
Código da UG4	158461/Câmpus Concórdia		Limite de Utilização da UG			
Dirceu Rigo	536.935.829-04		3.235,07	2.784,33	6.019,40	
Elisa Maria Ioris	621.403.459-91		153,00	5.388,05	5.541,05	
Delides Lorensetti	803.660.319-53		1.662,20	1.937,29	3.599,49	
Total Utilizado pela UG			5.050,27	10.109,67	15.159,94	
Total Utilizado pela UJ			7.334,32	74.497,41	81.831,73	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Quadro 33 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas		-						-		-		-
PC Aguardando Análise		-						-		-		-
PC em Análise		-						-		-		-
PC não Aprovadas		-						-		-		-
PC Aprovadas		-					12	81.831,73	7	9.337,58	15	13.974,57

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC

Inicialmente informamos que os Câmpus do IFC não realizam Suprimento de Fundos por meio da utilização da conta-corrente Tipo "B". Medidas de controle interno foram instituídas, objetivando assegurar a aplicabilidade desses recursos em conformidade com a legislação vigente. A apresentação de relatórios de prestação de contas, por parte dos supridos, são exigidos a cada encerramento do suprimento, não sendo liberado novo procedimento sem que a prestação de contas anterior, não esteja totalmente regularizada. Os valores gastos com o Cartão de Pagamentos do Governo Federal justificam-se na resolução de situações emergenciais e imprevistas, tendo seu notado crescimento em 2013, pelo fato da implantação das ações de manutenção de imóveis, máquinas e equipamentos através do levantamento das necessidades e a contratação/aquisição via sistema de registro de preços de materiais/serviços. Estas ações demandam tempo (processo licitatório lento e burocrático) para a sua execução e acarretaram em estoques baixos e indisponibilidade de materiais, fazendo com que medidas fossem tomadas para solucionar tais situações que comprometeriam a ordem administrativa ou a segurança de seus usuários.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal instituição

Quadro 34 – Força de trabalho da instituição – situação em 31/12/13

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1489	1093	182	50
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	não há	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1489	1093	182	50
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1481	1085	173	45
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	6	6	7	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	206	98	103	89
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1695	1191	285	139
Fonte: SIAPE/DGP-IFC				

Quadro 35 - Situações que reduzem a força de trabalho da instituição

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	45
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	3
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	42
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	51
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	7
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	40
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	4
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	3
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0
5.5. Licença Incentivada (*)	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	2
6.1. Afastamento para Exercício Provisório(**)	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	108
Fonte: SIAPE/DGP-IFC	

No item 7 (Total de Servidores Afastados em 31/12) soma-se ao montante o quantitativo de servidores que foram removidos durante o exercício 2013, mas que não estão afastados ou reduzindo a força de trabalho da UJ.

Foi incluída no quadro a linha referente à “Licença Incentivada sem remuneração” (item 5.5), prevista na Medida Provisória nº 2.174-28 de 24/08/01, ocorrência SIAPE 161, na qual consta 01 (um) servidor afastado.

Também, foi incluída a linha referente ao “Afastamento para Exercício Provisório” (item 6.1), previsto no parágrafo 2º da Art. 84 da Lei 8.112/90, na qual se encontram 02 (dois) servidores afastados.

Quadro 36 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas em 31/12/13

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	91	84	29	28
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	91	84	29	28
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	89	82	28	27
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	319	293	217	159
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	319	293	216	158
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	1	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	410	377	246	187
Fonte: SIAPE/DGP-IFC				

Quadro 37 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – em 31/12/13

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	241	468	325	143	14
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	192	436	312	141	12
1.3. Servidores com Contratos Temporários	49	32	13	2	2
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	241	468	325	143	14
Fonte: SIAPE/DGP-IFC					

Quadro 38 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade em 31/12/13

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisamento de Cargo Efetivo	0	0	9	12	117	176	283	444	150
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	9	12	117	146	264	402	143
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	30	19	42	7
2. Provisamento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	9	12	117	176	283	444	150
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.									

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

Quadro 39 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	66.716.644,43	4.134.429,81	7.029.739,49	3.030.578,55	7.447.310,79	2.180.366,22	318.928,68	255.521,32	785.765,89	91.899.285,18
	2012	51.440.888,04	3.279.785,51	5.083.839,75	2.319.350,63	5.668.297,45	1.631.932,47	715.369,35	243.693,74	791.641,87	71.174.798,81
	2011	23.904.707,87	3.176.051,76	6.554.413,26	2.857.342,97	4.770.215,89	1.517.088,47	20.033.634,31	-	800.822,81	63.614.277,34
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	3.350.784,03	-	285.589,78	94.025,20	323.908,91	-	214.780,96	-	-	4.269.088,88
	2012	2.269.450,36	-	191.425,10	38.204,22	-	-	59.703,37	-	-	2.558.783,05
	2011	1.075.965,15	-	131.816,78	46.138,64	-	-	123.441,70	-	-	1.377.362,27
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	227.586,89	-	19.181,93	8.708,19	9.090,00	2.175,12	-	3.149,22	1.490,50	271.381,85
	2012	148.608,58	-	27.502,69	10.874,73	6.688,00	3.774,13	-	-	27.760,07	225.208,20
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	-	64.619,38	7.301,62	1.956,24	30.169,00	-	-	-	-	104.046,24
	2012	-	46.092,02	5.930,96	1.694,56	2.900,00	-	-	-	-	56.617,54
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	-	1.244,31	-	-	1.350,60	-	-	-	-	2.594,91
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/SIAPE/DGP-IFC

Os valores informados referentes aos exercícios 2011 e 2012 foram extraídos, respectivamente, dos Relatórios de Gestão destes exercícios.

Para a informação dos custos de “servidores cedidos com ônus” foram consideradas as despesas dos 03 (três) servidores cedidos deste IFC para o exercício de cargos comissionados e funções de confiança em outras Instituições.

Também, para a informação dos custos de “servidores ocupantes de cargo do grupo DAS”, foram consideradas as despesas dos 02 (dois) servidores que recebem Cargo em Comissão, mas não são servidores de carreira desta Instituição. E, para a informação de “servidores ocupantes de função gratificada”, foram consideradas as despesas de 01 (um) servidor que ocupou uma FG durante alguns meses do exercício 2013(não era servidora de carreira desta Instituição).

Quadro 40 – Composição do Quadro de Servidores Inativos em 31/12/13		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	66	10
1.1 Voluntária	60	9
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	6	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	15	1
2.1 Voluntária	10	0
2.2 Compulsória	2	1
2.3 Invalidez Permanente	3	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	81	11
Fonte: SIAPE/DGP-IFC		

Do decorrer do exercício 2013 foi realizada a integralização de 01 (uma) aposentadoria, nos termos do Art. 190 da Lei 8.112/90 (01 aposentadoria proporcional voluntária transformada em aposentadoria integral voluntária).

Também, no exercício 2013 houve a exclusão de 01 (uma) aposentadoria integral voluntária, em virtude do óbito do servidor.

Quadro 41 – Demonstração das Origens das pensões Pagas pela instituição situação em 31/12/13

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	11	1
1.1. Integral	9	1
1.2. Proporcional	2	0
2. Em Atividade	5	0
3. Total (1+2)	16	1
Fonte: SIAPE/DGP-IFC		

O IFC possuía em 31/12/2013 16 beneficiários de pensão civil provenientes de 15 (quinze) instituidores.

No exercício de 2013 foi concedida apenas 01 (uma) pensão civil. Também, houve a exclusão de 01 (um) beneficiário de pensão, por orientação do TCU.

Esclarecemos que na coluna “quantidade de beneficiário de pensão”, no campo “regime de proventos do servidor instituidor”, foram consideradas duas vezes o instituidor que faleceu em atividade e gerou pensão civil para 02 (dois) beneficiários.

Quadro 42 - Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	277	150	277	147
Concessão de aposentadoria	11	10	11	10
Concessão de pensão civil	0	5	0	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	5
Totais	288	165	288	168

Fonte: DGP-IFC

Poderão ocorrer divergências nas quantidades de Atos de Admissões que aparecem neste relatório e na quantidade de admissões apresentadas no relatório emitido pelo SIAPE. Isso se explica pelo fato das admissões que ocorreram do final mês de Dezembro, serem cadastradas no SISAC somente no mês de janeiro do ano seguinte.

Também pode haver divergências nas quantidades entre esse controle e o relatório emitido no site

da CGU, pelo fato de alguns processos enviados ainda estarem sob análise dos mesmos e não aparecerem na emissão do relatório.

Quadro 43 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	100	91	100	57
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	0	1	0
Totais	101	91	101	57

Fonte: DGP-IFC

Poderão ocorrer divergências nas quantidades de Atos de Desligamentos que aparecem no neste relatório e na quantidade de desligamentos apresentadas no relatório emitido pelo SIAPE. Isso se explica pelo fato dos desligamentos do final mês de Dezembro, serem cadastradas no SISAC somente no mês de janeiro do ano seguinte.

Quadro 44 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	274	3	0	0
Concessão de aposentadoria	10	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	284	4	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	100	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	0	0	0
Total	101	0	0	0

Fonte: DGP-IFC

Quadro 45 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: DGP-IFC

Esta Instituição não teve nenhum ato sujeito à remessa física ao TCU, nos termos do Art. 14 da IN TCU 55/2007.

5.2 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Seguem as informações a respeito das providencias adotadas por esta Instituição para identificar eventual acumulação indevida de cargos, funções e empregos público:

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:

- A Diretoria de Gestão de Pessoas adotou em 2013 o recadastramento anual de todos os servidores de quadro de Pessoal do IFC, a fim de verificar a existência de outros vínculos, públicos ou privados e posteriormente, faz a compilação dos dados na planilha com o objetivo de manter o controle interno de possíveis constatações de acumulação ilícita.

b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão:

- Os servidores são chamados a declarar, por meio do Formulário de Declaração para fins de controle de acumulação de cargos/empregos/proventos e/ou pensão, se possuem ou não outro vínculo empregatício e, em caso positivo, fornecer documentação comprobatória sobre o cargo ocupado e o horário de trabalho. O recadastramento é anual.

c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência:

- Esse controle é útil, porém, não é totalmente eficiente, pois a DGP conta apenas com o acesso à declaração e documentação fornecidas pelos servidores.

d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.:

- Quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou emprego públicos, através desse controle foi detectado a existência de 1 caso de acumulação de 3 cargos de profissional de saúde. Foram apontados também pela CGU (SA nº 201313819/03) a constatação de indícios do exercício de outra atividade remunerada por professores com dedicação exclusiva; e/ou pertenceram, em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio-administrador; e/ou Tesoureiro.

5.2.1 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Seguem as informações a respeito das providencias adotadas por esta Instituição para regularizar a situação dos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos público:

- a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular:
- Foram efetuadas 16 notificações para servidores com indícios de acumulação ilícita de cargos e/ou pertencentes ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio-administrador; e/ou Tesoureiro.
- b) O resultado das notificações realizadas:
- Todas as situações foram regularizadas;
- c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.
- 2 (dois) Processos administrativos disciplinares finalizados:
- i - Processo nº 23348.000888/2012-05 – Servidores detentores de outro vínculo empregatício – 04 (quatro) investigados.
 Penalidades aplicadas - Investigado 1, 2 e 3: apenamento de suspensão por 30 dias e restituição ao erário; Investigado 4: apenamento de advertência e reposição ao erário.
- ii – Processo nº 23348.000429/2012-13 - Servidores com participação na gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercendo o comércio – 03 (três) investigados.
 Penalidades aplicadas - Investigado 1: apenamento de suspensão por 60 dias; Investigados 2 e 2: apenamento de suspensão por 30 dias. As penas forma convertidas em multa de 50% por dia de remuneração, devendo os servidores permanecer em serviço.
- 1 (um) Processo aberto e em andamento:
- i – Processo nº 23348.001136/2013-34 – Quebra de Regime de Dedicção Exclusiva.

5.3 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

O Instituto Federal Catarinense não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Embora tenha sido previsto o desenvolvimento desses indicadores para o exercício de 2013, não foi possível a sua elaboração em virtude do reduzido número de servidores alocados na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social e na Diretoria de Gestão de Pessoas, não havendo também nova previsão para o seu desenvolvimento.

Apesar de não possuir os indicadores mencionados, alguns dados merecem ser destacados:

a) Quanto aos índices de Doenças Ocupacionais e Acidentes do Trabalho, a Coordenação de Aposentadoria e Benefícios repassou as informações constantes no quadro a seguir:

Quadro 46 - Índices de Doenças Ocupacionais e Acidentes do Trabalho

Tipo de Perícia	Atestado recebido na Unidade de GP	Perícia Singular	Junta Médica	Total
Licença para Tratamento de Saúde	693	171	19	883
Licença por motivo de doença em pessoa da família ou dependente (até 60 dias)	122	47	0	169
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação	0	0	1	1
Avaliação da necessidade de horário especial para servidor portador de deficiência	0	0	0	0
Licença por acidente de serviço ou moléstia profissional	0	2	1	3
Avaliação de invalidez permanente por doença	0	0	1	1

especificada em lei para fins de aposentadoria				
Avaliação de invalidez permanente por doença não especificada em lei para fins de aposentadoria	0	0	0	0
Avaliação da capacidade laborativa de servidor por recomendação superior	0	0	5	5
Avaliação para remoção – motivo saúde	0	0	3	3
TOTAL	815	220	30	1.065

Fonte: DGP-IFC

b) O IFC possui um plano anual de capacitação por meio do qual é gerado um relatório. Os dados apresentados neste relatório refere-se ao levantamento de dados para a elaboração do Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação (Portal SIPEC), feito pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS). No que se refere aos dados, constam deste, os quantitativos e percentuais das ações de capacitação (Aperfeiçoamento e Formal), bem como o número de servidores participantes e beneficiados pelas ações de capacitação.

Durante o ano de 2013 foram realizadas 1.597 **ações de capacitação**, sendo 149 ações de Educação Formal, destas 13 concluídas no referido ano. E, 1448 ações de Aperfeiçoamento. O total de servidores capacitados foram 486.

O quadro a seguir apresenta o número de servidores capacitados em 2013.

Quadro 47 - Quantitativo de servidores capacitados em 2013

Servidores	Quantitativo de Servidores	%
Dirigentes, Gerentes ou Assessores	179	36,83
Servidores que não são Dirigentes, Gerentes ou Assessores	307	63,17
TOTAL	486	100

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

Entende-se por dirigentes, gerentes e assessores os servidores que ocupam cargo ou função comissionada, sejam eles efetivos, do quadro permanente do órgão requisitado, ou servidores sem vínculo. Como servidores que não são dirigentes, gerentes ou assessores, entende-se os servidores efetivos, do quadro permanente e requisitados, que não ocupam cargo ou função comissionada de atribuição gerencial.

O quadro a seguir apresenta dados referentes a carga horária e investimentos em capacitação.

Quadro 48 – Carga horária e investimentos em capacitação

Carga horária total de capacitação (horas)	Total de servidores capacitados	Total de ações de Capacitações realizadas	Média da carga horária por servidor	Total investido (R\$)	Média do investimento em capacitação por servidor (R\$)
76.284	486	1597	157	751.935,72	1.547,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

A seguir, estão representados os dados referentes às ações Educação Formal. Consideram-se ações de educação formal: ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO, TECNOLÓGICO, GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO ou PÓS-DOUTORADO.

O quadro a seguir apresenta dados sobre referentes as ações de **Educação Formal por Tipo de Instituição**:

Quadro 49 - Educação Formal por Tipo de Instituição

Tipo de Instituição	Quantitativo de ações	%
Instituição Pública – próprio órgão em parceria com Instituição de Ensino e/ou Escola de Governo	29	19,46
Instituição Pública – outros	90	60,40
Escola de Governo	0	0,00
Instituição Privada	30	20,13
Instituição Estrangeira Pública	0	0,00
Instituição Estrangeira Privada	0	0,00
TOTAL	149	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

O quadro a seguir apresenta dados referentes ao número de servidores que **Concluíram, em 2013, ação de Educação Formal**:

Quadro 50 - Número de servidores que Concluíram ação de Educação Formal

Ação de Educação Formal	Quantitativo de servidores	%
Ensino Fundamental	0	0,00
Ensino Médio	0	0,00
Tecnológico	0	0,00
Graduação	0	0,00
Especialização	2	15,38
Mestrado	1	7,69
Doutorado	9	69,23
Pós-doutorado	1	7,69
TOTAL	13	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

O quadro a seguir apresenta dados referentes ao número de servidores que **ainda estavam cursando**, no ano de 2013, ação de **Educação Formal**.

Quadro 51 - Número de servidores que ainda estavam cursando ação de Educação Formal

Ação de Educação Formal	Quantitativo de servidores	%
Tecnológico	0	0,00
Pós-doutorado	0	0,00
Mestrado	19	21,59
Graduação	2	2,27
Especialização	4	4,55
Ensino Médio	0	0,00
Ensino Fundamental	0	0,00
Doutorado	63	71,59
TOTAL	88	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

As **áreas temáticas** com maior número de participações em ações de **Educação Formal**, por finalidade, foram: Técnico ou Operacional e Estratégico.

Os dados referentes a Capacitações de Aperfeiçoamento, estão apresentados nos quadros abaixo. Consideram-se ações de aperfeiçoamento aquelas realizadas nas formas de: Auto-Formação, grupo formal de estudo, intercâmbio, oficina de trabalho/workshop, palestra, seminário, congresso, conferência, fórum, encontros, treinamento em serviço, visita técnica ou curso.

O quadro a seguir apresenta dados sobre referentes as ações de **Aperfeiçoamento por Tipo de Instituição:**

Quadro 52 - Ações de Aperfeiçoamento por Tipo de Instituição

Tipo de Instituição	Quantitativo de ações	%
Instituição Pública – próprio órgão	936	64,64
Instituição Pública – outros	342	23,62
Escola de Governo	33	2,28
Instituição Privada	69	4,77
Instituição Estrangeira Pública	2	0,14
Instituição Estrangeira Privada	0	0,00
Instituição não governamental, sem fins lucrativos	66	4,56
TOTAL	1448	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

O quadro a seguir apresenta dados referentes ao quantitativo de **ações de Aperfeiçoamento por Forma de Capacitação:**

Quadro 53 - Ações de Aperfeiçoamento por Forma de Capacitação

Ação de Educação Formal	Quantitativo de servidores	%
Aprendizagem em serviço	28	1,93
Auto-Formação	110	7,60
Curso	261	18,02
Grupo formal de estudo	5	0,35
Intercâmbio	1	0,07
Oficina de trabalho/Workshop	46	3,18
Palestra	228	15,75
Seminário ou Congresso ou Conferência ou Fórum ou Encontro ou outros similares	481	33,22
Treinamento em serviço	195	13,47
Visita técnica	92	6,35
Estágio	1	0,07
TOTAL	1448	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

O quadro a seguir apresenta dados referentes ao quantitativo de ações de **Aperfeiçoamento por Abrangência.**

Quadro 54 - Aperfeiçoamento por Abrangência

Abrangência da ação	Quantitativo de servidores	%
Turma só para servidores do órgão (ou junto com parceiro)	450	31,08
Inscrição de servidor(es) em evento aberto	998	68,92
TOTAL	1448	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

O quadro a seguir apresenta dados referentes ao Quantitativo de **ações de Aperfeiçoamento por Modalidade**:

Quadro 55 - Ações de Aperfeiçoamento por Modalidade

Modalidade	Quantitativo de servidores	%
A distância	46	3,18
Presencial	1402	96,82
Semi-presencial	0	0,00
TOTAL	1448	100,00

Fonte: Relatório SIPEC, preenchido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social com os dados repassados pelas CGP's dos Câmpus.

As **áreas temáticas** com maior número de participações em **Ações de Aperfeiçoamento**, por finalidade, foram: Ambientação/Introdutório/formação, Comportamental, Estratégico, Gerencial, Técnico ou Operacional.

5.4 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

De acordo com a estrutura descentralizada da instituição, cada câmpus possui autonomia para contratação de funcionários terceirizados. Desta forma, as informações dos itens 5.4.1, 5.4.2, 5.4.3 e 5.4.4 estão apresentadas por câmpus.

5.4.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Este item trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da instituição.

Quadro 56 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Araquari					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Vigilância ostensiva	20	14	08	06	-
Auxiliar Rural	03	03	03	-	-
Trabalhadores rural polivalentes	08	08	05	-	-
Auxiliar Agropecuária	02	02	-	-	-
Cozinheira	07	07	07	-	-
Limpeza e conservação	20	18	15	02	-
Telefonista	02	02	02	-	-
Eletricista	01	01	01	-	-
Encanador	01	01	01	-	-
Pedreiro	01	-	-	01	-
Pintor	01	-	-	01	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

O aumento do serviço de vigilância e limpeza e conservação ocorrem devido a aumento da área construída e a implantação do Câmpus de São Francisco do Sul. O serviço de trabalhadores rurais polivalentes foi contratado para atender as necessidades da escola fazenda em períodos de recesso escolar e feriados e também para atuarem em áreas consideradas insalubres pelo novo laudo pericial.

Fonte: DAP

Quadro 57 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Luzerna

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Telefonista	2			2013	
Operadora de máquina fotocopadora	1			2013	
Auxiliar de Limpeza e Conservação	4			2013	
Auxiliar de Serviços de Manutenção Geral	1			2013	
Vigilância Orgânica Armada	4			2013	
Recepcionista	1			2013	

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Fonte: DAP

Quadro 58 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Rio do Sul

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Auxiliar em Administração	0	2	2	0	2

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

O Câmpus Rio do Sul possuía os citados cargos de auxiliar em administração até meados de 2013. Como houve ingresso de novos servidores efetivos o contrato foi rompido, inexistindo desde então cargos que façam parte do quadro de servidores (salvo os extintos)

Fonte: DAP

Quadro 59 – Terceirização de Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos – Câmpus Sombrio

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Vigilante	8	8	8	0	0
Cozinheiro	8	8	8	0	0
Aux. cozinha	4	4	4	0	0
Aux. Em agropecuária	8	9	11	0	1

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

A manutenção desses cargos com serviços terceirizados é decorrente da extinção dos cargos de carreira, sendo que o n° de servidores efetivos ainda em atividade não é suficiente para atender a demanda nesses setores.

Fonte: DAP

5.4.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Este item compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2013.

Quadro 60 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Araquari														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – CÂMPUS ARAQUARI														
UG/Gestão: 158459/26422							CNPJ: 10.635.424/0003-48							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	008/2011	07.261.678/0001-77	01/07/2011	30/06/2011	18	18						P
2011	L	O	009/2011	03.767.254/0001-28	13/06/2011	12/06/2011	01	01						P
2013	L	O	11/2013	10.551.135/0001-07	01/10/13	30/09/18	01	01						A
2012	V	O	003/2012	83.719.963/0001-77	15/05/2012	14/05/2012	04	04						P
2012	V	O	009/2012	83.719.963/0001-77	01/01/13	31/12/18	10	10						P
2012	V	O	004/2012	10.634.152/0001-27	15/06/12	14/06/17	04	04						P
Observações: Houve expansão na área locada para o câmpus avançado de São Francisco do Sul, foi necessário a contratação de um posto de trabalho para serviços de limpeza e conservação.														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: DAP														

Quadro 61 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Camboriú														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CÂMPUS CAMBORIÚ														
UG/Gestão: 158460/26422							CNPJ: 10.635.424/0004-29							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	78/2011	07.261.678/0001-77	01/01/12	31/12/14	11	13						P
2013	V	E	13/2012	05.497.780/0001-40	01/01/13	31/03/13	12	12						E
2013	V	E	05/2013	05.497.780/0001-40	01/04/13	30/06/13	12	12						E
2013	V	O	007/2013	07.168.167/0001-05	01/07/13	30/06/14	12	12						A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: DAP														

Quadro 62 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Concórdia

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS CÂNCÓRDIA														
UG/Gestão: 158461							CNPJ: 10635424/0005-00							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	001/2013	03735663/0001-42	2013	2018	1	1						P
2013	L	O	008/2013	10551135/0001-07	2013	2018	10	11						P
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: DAP														

Quadro 63 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Fraiburgo													
Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Fraiburgo													
UG/Gestão: 152662 / 26422							CNPJ: 10.635.424/0011-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	009	03.564.949/0001-02	16/07/2012	15/07/2014	05	05	01	01			P
2012	V	O	001	07.168.167/0001-05	05/03/2012	04/03/2015	04	04					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: DAP													

Quadro 64 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Luzerna														
Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense														
UG/Gestão: 152663/26422							CNPJ:10.635.424./0008-52							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	09/2013	Ritna Serviços Ltda	01/08/2013	31/07/2014	4	-						A
2013	V	O	16/2013	Inviosat Segurança Ltda	01/10/2013	30/09/2014			4	-				A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: DAP														

Quadro 65 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Rio do Sul													
Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal Catarinense - Câmpus Rio do Sul													
UG/Gestão: 158458							CNPJ: 10.635.424/0002-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	Contrato 17/2012	81611022/0001-90	01/09/2012	01/09/2017	00	00	08	08	00	00	P
2012	L	O	01/2012	07592889/0001-92	16/01/2012	16/01/2017	08	08	00	00	0	0	A
Observações: O Câmpus Rio do Sul possui 250 hectares de área e aproximadamente 45.000 m2 de área construída. São cerca de 1.200 alunos e 400 internos, tornando-se imprescindível a contratação de vigilantes para atender a segurança patrimonial e humana do Câmpus.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: DAP													

Quadro 66 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Sombrio													
Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Sombrio													
UG/Gestão: 158462						CNPJ:		10.626.424/0001-90					
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2012	04849486/0001-98	01/01/13	31/12/13	6	5					P
2013	L	O	01/2013	130269970001-09	14/01/13	13/01/14	15	15					A
2013	L	O	09/2013	05497780/0001-40	01/04/13	31/03/14	08	10					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DAP

Quadro 67 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Câmpus Videira														
Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Videira														
UG/Gestão: 158379							CNPJ: 10.635.424/0007-71							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	070/2013	04.849.486/0001-98	01/08/2013	31/07/2014	10	11						A
2010	L	O	012/2010	04.849.486/0001-98	01/12/2010	31/07/2013	14	14						E
2012	V	O	002/2012	83.411.025/0001-05	01/04/2012	30/09/2013			4	4				E
2013	V	O	066/2013	95.832.986/0001-72	01/10/2013	30/09/2014			4	4				A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: DAP														

Quadro 68 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Reitoria													
UG/Gestão: 158125 / 26422							CNPJ: 10.635.424/0001-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	48/2011	79.283.065/0001-41	03/10/2011	31/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
2012	V	O	178/2012	05.449.286/0001-00	01/01/2013	31/12/2014	F	F	-	-	-	-	A
2012	V	O	177/2012	81.611.022/0001-90	01/01/2013	31/12/2014	F	F	-	-	-	-	A
2012	V	O	171/2012	07.168.167/0001-05	01/01/2013	31/12/2014	F	F	-	-	-	-	A
<p>Observações: Os contratos n.ºs. 171/2012 (Câmpus Ibirama), 177/2012 (Câmpus Blumenau) e 178/2012 (Reitoria), foram prorrogados por Termo Aditivo, para o exercício 2014. Quanto ao contrato n.º 48/2011 (Reitoria/Câmpus Blumenau e Câmpus Ibirama), foi prorrogado por Termo Aditivo, para o exercício de 2014.</p> <p>Referente à escolaridade exigida no Contrato 178/2012 (Reitoria), é nos informado que é necessária a alfabetização do funcionário e quanto ao Contrato 48/2011, não é exigida escolaridade mínima dos funcionários.</p>													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Leandro Padilha Ribeiro - Assistente em Administração													

5.4.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Este tópico compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2013.

Quadro 69 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Araquari													
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – CÂMPUS ARAQUARI													
UG/Gestão: 158459/26422							CNPJ: 10.635.424/0003-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	Serviços de cozinha	02.531.343/0001-08	01/06/11	31/05/14	7	7					P
2010	12	O	Serviços de auxiliar rural	79.283.065/0001-41	07/06/10	06/06/14	1	1					P
2010	12	O	Serviços de auxiliar rural	79.283.065/0001-41	20/12/10	19/12/14	2	2					P
2012	9	O	Prestação de serviços hidráulicos	04.849.486/0001-98	10/09/12	09/09/14	1	1					P
2011	7	O	Serviços de telefonista	79.283.064/0001-41	20/06/11	19/06/13	2	2					E
2013	7	O	Serviços de telefonista	05.912.569/0001-47	26/06/13	25/06/14	2	2					A
2011	12	O	Serviços de trabalhadores rurais polivalentes	79.283.065/0001-41	19/12/11	18/12/14	6	6					P
2012	9	O	Prestação de serviços elétricos	04.849.486/0001-98	02/04/12	01/04/14	1	1					P
2012	12	O	Serviços de trabalhadores rurais polivalentes	04.849.486/0001-98	10/09/12	09/09/14	2	2					P
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Fonte: DAP													

Quadro 70 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Camboriú														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CÂMPUS CAMBORIÚ														
UG/Gestão: 158460/26422							CNPJ: 10.635.424/0004-29							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	12 – ALMOXARIFE	O	35/2011	79.283.065/0001-41	02/05/11	12/05/14			1	1				P
2011	12-LAVADEIRA	O	36/2011	79.283.065/0001-41	02/05/11	12/05/14	1	1						P
2011	12-PADEIRO	O	38/2011	07.366.643/0001-00	01/08/11	31/07/14	1	1						P
2011	12-COZINHEIRA	O	64/2011	02.531.343/0001-08	01/10/11	30/09/14	8	8						P
2011	09-PEDREIRO	O	68/2011	79.283.065/0001-41	01/11/11	31/10/14	2	2						P
2011	09-AUX. SERV. GERAIS	O	73/2011	02.531.343/0001-08	01/12/11	30/11/14	2	2						P
2012	12-TRABALHADORES RURAIS POLIVALENTES	O	07/2012	04.849.486/0001-98	01/12/12	28/02/14	3	3						E
2013	12-TRABALHADORES RURAIS POLIVALENTES	O	04/2013	04.849.486/0001-98	01/04/13	31/03/14	2	2						P
2013	07-TELEFONISTA	O	03/2013	02.531.343/0001-08	01/03/13	28/02/14			2	2				P
2011	12-AÇOUGUEIRO	O	34/2011	79.283.065/0001-41	02/05/11	12/05/14	3	3						P
Observações:														
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
3. Informática;														
4. Copeiragem;														
5. Recepção;														
6. Reprografia;														
7. Telecomunicações;														
8. Manutenção de bens móveis														
9. Manutenção de bens imóveis														
10. Brigadistas														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
12. Outras														
Fonte: DAP														

Quadro 71 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Concórdia													
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CÂMPUS CONCÓRDIA													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	02/2013	05912569/0001-47	2013	2013	1	1					E
2013	12	O	03/2013	02531343/0001-08	2013	2018	1	1					P
2013	9	O	04/2013	10805776/0001-32	2013	2018	3	3					P
2013	7	O	5/2013	10805776/0001-32	2013	2018	2	2					P
2013	12	O	6/2013	03362450/0001-12	2013	2018	10	10					p
2013	9	O	7/2013	04849486/0001-98	2013	2018	1	1					P
2013	12	O	9/2013	07366643/0001-00	2013	2018	12	12					P
2013	1	O	10/2013	02531343/0001-08	2013	2018	1	1					P
2013	1	O	11/2013	07366643/0001-00	2013	2018	1	1					P
2013	1	O	12/2013	10696939/0001-96	2013	2018	1	1					P
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras													

Fonte: DAP

Quadro 72 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Fraiburgo

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Fraiburgo							CNPJ: 10.635.424/0011-58						
UG/Gestão: 152662 / 26422													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	001	04.849.486/0001-96	01/02/2013	31/01/2015	01	01					P
2013	9	O	068	04.849.486/0001-98	01/08/2013	31/07/2014	01	01					A
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Fonte: DAP													

Quadro 73 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Rio do Sul													
Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal Catarinense - Câmpus Rio do Sul													
UG/Gestão: 158458							CNPJ: 10635424/0002-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	6	O	10/2013	79283065/0001-41	01/08/2013	01/08/2018	0	0	04	03	0	0	A
2013	7	O	11/2013	05912569/0001-47	15/08/2013	15/08/2018	0	0	01	01	0	0	A
2012	8	O	01/2012	07592889/0001-92	16/01/2012	16/01/2017	03	03	00	00	0	0	A
2012	9	O	01/2012	07592889/0001-92	16/01/2012	16/01/2017	19	20	00	00	0	0	A
2012	12	O	01/2012	07592889/0001-92	16/01/2012	16/01/2017	11	11	00	00	0	0	A
Observações: O Câmpus Rio do Sul possui 250 hectares de área e aproximadamente 45.000 m2 de área construída. São cerca de 1.200 alunos e 400 internos. Além da manutenção normal dos prédios, móveis existe toda a área da fazenda que deve ser mantida e o internato que possuímos. Neste caso estão previstos na categoria "outros" 10 cozinheiros que manipulam as refeições e 01 açougueiro que manipula a carne. Os demais enquadrados são pintores, serviços gerais entre outros.													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Fonte: DAP													

Quadro 74- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Câmpus Sombrio

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Sombrio														
UG/Gestão: 158462							CNPJ: 10.635.424/0006-90							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	Recepção	O	11/2013	11.967.535/0001-52	02/04/2013	31/03/2014	8	7						A
2013	Man. Predial	O	08/2013	05.912.569/0001-47	01/04/2013	31/03/2014	8	8						A
2013	Cozinha	O	10/2013	04.849.786/0001-98	01/04/2013	31/03/2014	12	12						A
2013	Mão de obra rural	O	12/2013	04.849.786/0001-98	01/05/2013	30/04/2013	9	8						A
2012	Tratorista	O	03/2012	04.849.786/0001-98	01/04/2013	31/03/2014	01	01						P
Observações:														
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										
4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										
7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis														
9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
12. Outras														

Fonte: DAP

Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - Câmpus Videira													
Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Videira													
UG/Gestão: 158379							CNPJ: 10.635.424/0007-71						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	011/2010	04.849.486/0001-98	01.12.2010	30.11.2014	1	1					P
2010	5	O	014/2010	04.492.725/0001-03	01/12/2010	06/01/2013			1	1			E
2012	5	O	093/2012	04.849.486/0001-98	07/01/2013	06/01/2015			1	1			P
2010	7	O	010/2010	07.261.678/0001-77	01/12/2010	30/11/2014			2	2			P
2010	9	O	009/2010	04.849.486/0001-98	01/12/2010	30/11/2014	2	2					P
2010	9	O	013/2010	07.261.678/0001-77	01/12/2010	31/07/2013	2	2					E
2013	9	O	065/2013	04.849.486/0001-98	01/08/2013	31/07/2014	2	2					A
2011	6	O	021/2011	04.849.486/0001-98	05/12/2011	31/07/2013			1	1			E
2013	6	O	073/2013	04.849.486/0001-98	01/08/2013	31/07/2014			2	2			A
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Fonte: DAP													

5.4.4 Análise Crítica dos itens 5.4.2 e 5.4.3

Câmpus Araquari

No ano de 2013, houve dificuldade na execução do contrato na prestação de serviços de telefonista. A empresa que prestava serviço se manifestou contrária no interesse de renovar o contrato, levando a administração a uma nova licitação. A empresa vencedora, no decorrer de 2013, não cumpriu na íntegra as cláusulas contratuais, referente ao fornecimento de uniformes, pagamento de funcionários e reposição de funcionário faltante. Como consequência, a administração aplicou advertência, multa e no início de 2014 acabou rescindindo o contrato. Apesar das punições aplicadas à empresa, a administração teve prejuízo quanto aos serviços prestados, pois, durante os trâmites de penalidades, os prazos para defesa e parecer jurídico da procuradoria, acaba sendo extenso.

Câmpus Camboriú

O principal problema enfrentado pelo IFC Câmpus Camboriú em relação à contratação de serviços com locação de mão de obra está na qualidade e dificuldade de mão de obra ofertada pelas empresas. Como as licitações são baseadas nas convenções coletivas, os salários ofertados pelas empresas são baixos em relação aos da iniciativa privada, aonde existe uma grande procura por profissionais com mão de obra especializada como pedreiros, padeiros, eletricitistas. Em consequência, temos muitos problemas como excesso de faltas dos funcionários e enorme dificuldade na reposição por parte das empresas, bem como o número grande de abandono de emprego ou pedido de rescisão. Outro fator está na qualidade dos serviços executados que vem caindo gradativamente pois a Administração Pública não consegue reter os melhores profissionais.

Hoje temos empresas prestando serviços de péssima qualidade protegidos por uma legislação cheia de possibilidades, com processos lentos (recursos, contra recursos, mandados de segurança...) que impossibilitam uma maior agilidade na resolução de problemas e aplicação de penalidades.

Os Institutos Federais estão em plena expansão e é cada vez maior o número de alunos e a demanda por serviços. O quadro de funcionários terceirizados é cada vez maior, e a dependência do Orçamento também. Colabora para esse quadro a aposentadoria de muitos servidores do nível C, que impossibilita novos concursos, aonde a terceirização é a resposta para a reposição.

Câmpus Rio do Sul

Todos os Contratos de terceirização contratados pelo IFC - Câmpus Rio do Sul tem sido atendidos a contento. Todos os postos contratados referem-se à áreas onde o Câmpus não possui servidores no quadro e nem autorização para contratação, pois são considerados cargos extintos. A maior dificuldade encontrada é o alto índice de absenteísmo por conta, principalmente, do baixo nível salarial. Não há registro de ausência de pagamento de verbas trabalhistas nos contratos e quando há demandas trabalhistas judiciais o Câmpus se faz representar por meio de preposto indicado.

Reitoria

Todos os contratos de terceirização da Reitoria estão sendo prestados, até o momento, de forma satisfatória.

5.4.5 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 76 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	46	61	65	57	376.728,91
1.1 Área Fim	0	0	0	0	-
1.2 Área Meio	46	61	65	57	376.728,91
2. Nível Médio	10	20	29	28	72.809,44
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	10	20	29	28	72.809,44
3. Total (1+2)	56	81	94	85	449.538,35

Fonte: SIAFI/SIAPE/DGP-IFC

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

CÂMPUS ARAQUARI

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Instituição

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A Direção-geral do Câmpus instituiu através da Portaria nº 207/IFC-Câmpus Araquari/2010 publicada em 03/12/10 o Regulamento dos Procedimentos Gerais para Utilização de veículos oficiais do IFC – Câmpus Araquari.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Instituição

A frota de veículos utilizados para o transporte de servidores no exercício de suas atribuições são utilizadas nos serviços administrativos, em aulas entre os câmpus de Araquari e São Francisco do Sul, no desenvolvimento dos programas CERTIFIC, PRONATEC, PROEJA e FICs (cursos de formação inicial e continuada) que são executados fora do câmpus. Cursos já completados: Técnico em Pesca – PROEJA, realizado no Morro do Amaral, Joinville-SC; Técnico em Agropecuária – PROEJA, realizado em Jaraguá do Sul-SC; Jardinagem e Paisagismo – FIC, realizado em Corupá-SC; Processamento de Pescados – FIC, realizado em Balneário Barra do Sul-SC; Processamento de Pescados – CERTIFIC, em andamento no município Balneário Barra do Sul – SC e assistência aos alunos em casos de doenças e necessidade de atendimento no serviço de saúde.

Os veículos de trabalho (3 tratores, 1 caminhão e 1 camionete utilitária) são utilizadas nas tarefas de aulas práticas, plantio, manutenção das atividades da escola fazenda e serviços de manutenção do câmpus.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos

Quadro 77 - Veículos existentes no Câmpus Araquari

Grupo	Item	Descrição	Placa	Ano de fabricação	Chassis
Veículo de transporte institucional	1	Nissan Livina 16SL	MHM7659	2009/2010	94DTAFL10AJ356640
	2	Nissan Livina 16SL	MHM7679	2009/2010	94DTAFL10AJ356673
	3	VW GOL 1.6 POWER	MGQ9417	2009/2010	9BWAB05UAT130065
	4	VW PARATI 1.6 TRACKFIELD	MHP3782	2007/2007	9BWDB05W07T154442
	5	VW PARATI 1.6 TITAN	MOQ9407	2009/2010	9BWOB05W8AP052268
	6	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3763	2012/2012	93YLSR7UHCJ270436
	7	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3823	2012/2012	93YLSR7UHCJ269218
	8	FIAT STRADA FIRE	MBZ4184	2003/2003	9BD27801032383182
	9	FIAT UNO MILLE FIRE	MCL3609	2001/2002	9BD15822524337332
	10	FIAT IDEA ESSENCE	MKY2851	2013/2013	9BD13571AD2234696
	11	FIAT IDEA ESSENCE	MKY3031	2013/2013	9BD13571AD2234698
Veículo de carga	12	MERCEDES BENZ / LA 1113	LZY7011	1975/1975	34403312075364
Veículos de trabalho	13	Trator Massey Ferguson 275		1988	
	14	Trator Massey Ferguson 265		1984	
	15	Trator Jang		2007	
	16	Retroescavadeira		1994	
	17	Trator TL 75		2007	

Fonte: DAP/Araquari

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Quadro 78 – Quilometragem anual veículos/Câmpus Araquari

Grupo	Item	Descrição	Placa	Quilometragem percorrida anual
Veículo de transporte institucional	1	Nissan Livina 16SL	MHM7659	21.416
	2	Nissan Livina 16SL	MHM7679	20.610
	3	VW GOL 1.6 POWER	MGQ9417	10957
	4	VW PARATI 1.6 TRACKFIELD	MHP3782	7146
	5	VW PARATI 1.6 TITAN	MOQ9407	11639
	6	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3763	17434
	7	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3823	22110

Grupo	Item	Descrição	Placa	Quilometragem percorrida anual
	8	FIAT STRADA FIRE	MBZ4184	4014
	9	FIAT UNO MILLE FIRE	MCL3609	2597
	10	FIAT IDEA ESSENCE	MKY2851	10077
	11	FIAT IDEA ESSENCE	MKY3031	14483
Veículo de carga	12	MERCEDES BENZ / LA 1113	LZY7011	1996
Veículos de trabalho	13	Trator Massey Ferguson 275		1727
	14	Trator Massey Ferguson 265		1541
	15	Trator Jang		100
	16	Retroescavadeira		1200
	17	Trator TL 75		818

Fonte: DAP/Araquari

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Quadro 79 – Idade média da frota/Câmpus Araquari

Grupo	Item	Descrição	Placa	Ano de fabricação	Idade do veículo
Veículo de transporte institucional	1	Nissan Livina 16SL	MHM7659	2009/2010	03 anos
	2	Nissan Livina 16SL	MHM7679	2009/2010	03 anos
	3	VW GOL 1.6 POWER	MGQ9417	2009/2010	03 anos
	4	VW PARATI 1.6 TRACKFIELD	MHP3782	2007/2007	06 anos
	5	VW PARATI 1.6 TITAN	MOQ9407	2009/2010	03 anos
	6	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3763	2012/2012	02 anos
	7	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3823	2012/2012	02 anos
	8	FIAT STRADA FIRE	MBZ4184	2003/2003	10 anos
	9	FIAT UNO MILLE FIRE	MCL3609	2001/2002	11 anos
	10	FIAT IDEA ESSENCE	MKY2851	2013/2013	1 ano
	11	FIAT IDEA ESSENCE	MKY3031	2013/2013	1 ano
Veículo de carga	12	MERCEDES BENZ / LA 1113	LZY7011	1975/1975	38 anos
Veículos de trabalho	13	Trator Massey Ferguson 275		1988	25 anos
	14	Trator Massey Ferguson 265		1984	29 anos
	15	Trator Jang		2007	06 anos
	16	Retroescavadeira		1994	19 anos
	17	Trator TL 75		2007	06 anos

Fonte: DAP/Araquari

f) Custos associados à manutenção da frota

Quadro 80 - Custos associados à manutenção da frota/Câmpus Araquari

Grupo	Item	Descrição	Placa	CUSTOS	
				Combustíveis R\$	Manutenção R\$
Veículo de transporte institucional	1	Nissan Livina 16SL	MHM7659	4525,56	2063,00
	2	Nissan Livina 16SL	MHM7679	4.160,02	3597
	3	VW GOL 1.6 POWER	MGQ9417	2247,31	1487,00
	4	VW PARATI 1.6 TRACKFIELD	MHP3782	1900,7	1499,00
	5	VW PARATI 1.6 TITAN	MOQ9407	2851,72	2436,5
	6	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3763	3476,99	267,5
	7	RENAULT LOGAN EXP 1.6	MJO3823	4664,43	2222,5
	8	FIAT STRADA FIRE	MBZ4184	1.367,26	4125,50
	9	FIAT UNO MILLE FIRE	MCL3609	650,24	195,00
	10	FIAT IDEA ESSENCE	MKY2851	2540,52	748
	11	FIAT IDEA ESSENCE	MKY3031	2995,84	395,5
Veículo de carga	12	MERCEDES BENZ / LA 1113	LZY7011	1031,72	3299,00
Veículos de trabalho	13	Trator Massey Ferguson 275		2134,67	10.832,50
	14	Trator Massey Ferguson 265		1.150,22	3.371,00
	15	Trator Jang		237,00	2.097,15
	16	Retroescavadeira		1.846,35	18.085,64
	17	Trator TL 75		2.000,22	9.608,00

Fonte: DAP/Araquari

g) Plano de substituição da frota

Está previsto no Planejamento Plurianual do Câmpus a substituição gradativa dos veículos cuja manutenção se torna onerosa demais. O Câmpus fez aquisição de 04 veículos de transporte de servidores no último quadriênio o que torna a frota com idade nova. Fez a doação de 01 veículo de passeio, 1 ônibus de passageiros e 1 caminhão considerados obsoletos para o Câmpus Luzerna que a utiliza em aulas práticas no curso de mecânica. Para o ano de 2013 está previsto a aquisição de 1 veículo de transporte de servidores.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Ainda não temos estudo pelo setor competente da viabilidade desta opção.

i) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O Câmpus não tem em seu quadro servidor Motorista, assim os servidores são autorizados a dirigirem os veículos após a leitura da “Regulamentação dos procedimentos gerais para utilização de veículos oficiais do IFC-Câmpus Araquari” e a emissão de “Autorização para dirigir os veículos oficiais”. A requisição dos veículos se faz através do Sistema SIGA-ADM, setor requisição de veículos, que será autorizada no sistema pela sua chefia imediata com antecedência mínima de 48 h. O setor de transporte faz o controle de quilometragem e horários através de ficha mensal que é

preenchida pelos usuários. Mensalmente a Coordenação de Transporte e Controle de Veículos emite relatório de cada veículo da frota.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da Instituição, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

Considerando que o IFC – Câmpus Araquari não possui em seu quadro de servidores efetivos motorista oficial, decidiu-se pela contratação de fretamento de ônibus por quilômetro rodado para as viagens de estudo para os cursos Técnicos, Licenciaturas e Cursos Superiores. Já para atender as demandas do PRONATEC optou pelo circular municipal do tipo escolar.

CÂMPUS CAMBORIÚ

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

O IFC Câmpus Camboriú segue as normas da resolução Ad Referendum n 003/2011/Conselho Superior/14/02/2011 que regulamenta o uso de veículos oficiais do Instituto Federal Catarinense. Existem portarias de autorização emitidas para aqueles servidores que utilizam os veículos de forma frequente e para cada servidor que necessita utilizar o veículo oficial de maneira pontual é emitida uma autorização específica por parte do Diretor-geral do Câmpus.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota de veículos é extremamente essencial para a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas do câmpus. Com os ônibus são realizadas visitas técnicas com alunos, participação em congressos de iniciação científica. Se faz necessário também a utilização dos veículos para o deslocamento para a Reitoria, localizada em Blumenau, distante 80 km, para a participação de reuniões.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos

Quadro 81 - Quantidade de veículos do Câmpus Camboriú

Classificação dos veículos	Quantidade
Veículo de passageiros	9
Veículos de transporte de passageiros	2
Veículos de transporte de carga	2
Veículos de tração (trator agrícola)	4
Veículos de tração (trator pequeno)	3
Veículos de tração (micro trator)	3
Veículo de movimentação de terra (mini carregadeira)	1
TOTAL	24

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Quadro 82 – Quilometragem anual/Câmpus Camboriú

Classificação dos veículos	Média km 2013
Veículo de passageiros	9500
Veículos de transporte de passageiros	9300
Veículos de transporte de carga	1600

Veículos de tração (trator agrícola)	2000 horas
Veículos de tração (trator pequeno)	1500 horas
Veículos de tração (micro trator)	300 horas
Veículo de movimentação de terra (minicarregadeira)	1500 horas

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Quadro 83 - Idade média da frota/Câmpus Camboriú

Classificação dos veículos	Idade média
Veículo de passageiros	6 anos
Veículos de transporte de passageiros	16 anos
Veículos de transporte de carga	18 anos
Veículos de tração (trator agrícola)	22 anos
Veículos de tração (trator pequeno)	13 anos
Veículos de tração (micro trator)	25 anos
Veículo de movimentação de terra (minicarregadeira)	4 anos

f) Custos associados à manutenção da frota

Quadro 84 - Valores gastos com manutenção da frota em 2013

FONTE	EMPENHO	NATUREZA	PI	VALOR
0112000000	2013NE 800197	339039-19	F20RLP0111P	R\$ 30.619,22

Quadro 85 – Valores gastos com combustíveis e lubrificantes com a frota em 2013

FONTE	EMPENHO	NATUREZA	PI	VALOR
0112000000	2013NE000066	339030-01	F20RLP0111P	R\$ 16.551,85
0250026422	2013NE800550	339030-01	F20RLP0111P	R\$ 16.455,72

Quadro 86 – Valores gasto com seguro de 2 veículos em 2013

FONTE	EMPENHO	NATUREZA	PI	VALOR
0112000000	2013NE800302	339039-69	F20RLP0111P	R\$ 2.435,01
0250159999	2013NE800508	339039-69	F20RLP0111P	R\$ 2.759,28

g) Plano de substituição da frota

Não existe plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Como o IFC Câmpus Camboriú já possui uma frota de veículos no momento não seria correto se desfazer de muitos deles pelo fato de serem veículos relativamente novos com baixo custo de manutenção, o que não justifica uma eventual locação. A medida que a frota for envelhecendo será feito um estudo para comparar os custos com a manutenção da frota atual e uma possível locação.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Atualmente são emitidos os relatórios de manutenção dos veículos com a descrição dos serviços executados e custos e relatórios de utilização por viagens executadas e quilometragem.

CÂMPUS BLUMENAU

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Instituição

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, nº 3, de 15 de maio de 2008 e a Resolução 03/2011 do Conselho Superior;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota de veículos é extremamente necessária para a execução dos trabalhos do Câmpus (ensino e administrativo);

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos,

Veículos de Serviço: 04 veículos; Total: 04 veículos

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Veículos de Serviço: Média de 7500 mil km;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Veículos de Serviço: Média de 02 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota

Custos associados à manutenção da frota: Custos Médios: -

- Seguro: R\$3.200,00;
- Seguro Obrigatório/Licenciamento: R\$ 162,31;
- Combustíveis: R\$7.957,24;
- Revisões: R\$ 1.241,00.

g) Plano de substituição da frota

Não há Plano de substituição da frota;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Custos menores de aquisição em detrimento da locação devido a alta quilometragem rodada;

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Caderneta de controle de veículos, que fica no veículo e o servidor que utiliza anota aonde foi, a quilometragem de saída e de chegada, acompanhado dos horários, coloca seu nome, descreve os afazeres e coloca alguma observação, se necessário.

CÂMPUS CONCÓRDIA

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Instituição

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 3, de 15 de maio de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Instituição

Transporte ágil, eficiente e custos variáveis.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Todos os veículos do Câmpus estão classificados como pertencentes ao grupo IV – veículos de serviços comuns, totalizando 16 veículos, sendo:

- Transporte pessoal: 09 Veículos
- Transporte coletivo: 03 Veículos
- Transporte de carga leve: 02 Veículos
- Transporte de carga pesada: 02 Veículos
- Atividades específicas: 04 tratores

d) Média anual de quilômetros rodados

- Transporte pessoal: Km rodados: 195.466 km
- Transporte coletivo: Km rodados: 22.169 km
- Transporte de carga leves: Km rodados: 37.300 km
- Transporte de carga pesada: Km rodados: 3.514
- Atividades específicas: = Horas: 1.108 horas

e) Idade média da frota – 11,6 anos

f) Custos associados à manutenção da frota:

- Transporte pessoal: R\$: 148.693,72
- Transporte coletivo: R\$: 66.543,25
- Transporte de carga leve: R\$: 24.761,29
- Transporte de carga pesada: R\$: 5.401,30
- Atividades específicas: R\$: 24.599,00

g) Plano de substituição da frota

A substituição dos veículos é feita conforme disponibilidade de recursos e inviabilidade do mesmo devido custo de manutenção.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Menor custo e disponibilidade.

i) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Utilização com Ordem de serviço, Requisição junto a coordenação de Serviços Gerais e controle de entrada e saída na guarita do Câmpus.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da Instituição, mas contratada de terceiros

O Câmpus Concórdia não possui veículos Automotores, a serviço da Instituição, contratados de terceiros.

CÂMPUS FRAIBURGO

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A utilização dos veículos oficiais por esta instituição segue baseada no decreto nº 6403 de 17 de março de 2008 na qual regulamenta a utilização de veículos oficiais pela administração pública.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Os veículos oficiais são importantes para a estruturação e melhor trabalho do Câmpus Fraiburgo

Principalmente nas atividades:

- Administrativas;
- De ensino, pesquisa e extensão;
- Científicas, culturais e de política estudantil;

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos

Quadro 87 – Quantidade de veículos/Câmpus Fraiburgo

Tipo	Marca	Modelo	Ano/modelo	Placa	Passageiros
Veículo leve	Volkswagen	Saveiro	2012/2013	OGL-3771	2
Veículo leve	Volkswagen	Space Fox	2009/2010	MHG-1595	5

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Quadro 88 – Quilometragem anual/Câmpus Fraiburgo

Tipo	Marca	Modelo	Placa	Total Rodado 2013
Veículo leve	Volkswagen	Saveiro	OGL-3771	17520
Veículo leve	Volkswagen	SpaceFox	MHG-1595	4473

Obs: O veículo SpaceFox está sob posse deste câmpus e disponível para uso a partir de 06/2013

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Quadro 89 – Idade média da frota/Câmpus Fraiburgo

Tipo	Marca	Modelo	Ano/modelo	Idade
Veículo leve	Volkswagen	Saveiro	2012/2013	1,5 anos
Veículo leve	Volkswagen	Space Fox	2009/2010	4,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota

Quadro 90 - Custos associados à manutenção da frota/Câmpus Fraiburgo

Veículo	Manutenção	Licenciamento	Seguro	Combustível
Saveiro OGL- 3771	R\$ 416,25	R\$167,02	R\$380,00	R\$1529,30
SpaceFox MHG-1595	R\$ 0,00	R\$0,00	R\$816,22	R\$869,77

g) Plano de substituição da frota

Ainda não existe plano de substituição de frota para este Câmpus.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Ainda não foram adquiridos veículos novos através de licitação para o IFC Câmpus Fraiburgo. Entretanto vale salientar que os veículos utilizados pelo IFC Câmpus Fraiburgo são provenientes de doação vindos de outros Câmpus.

CÂMPUS IBIRAMA

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Instituição

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 3, de 15 de maio de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Instituição

A frota de veículos do Câmpus Ibirama é essencial para o desenvolvimento das atividades administrativas, no deslocamento de servidores até a Reitoria e aos Câmpus, para participação em reuniões, eventos, treinamentos e convocações, assim proporcionam transporte ágil e eficiente.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Todos os veículos do Câmpus são destinados ao transporte institucional, totalizando 03 veículos.

d) Média anual de quilômetros rodados – 26.983 km; Consumo médio – 14,49 km/l.

e) Idade média da frota – 3,66 anos;

f) Custos associados à manutenção da frota:

Custo da frota – Valor anual -R\$ 7.240,65 (Combustível somado com manutenção)

Combustível – Valor anual R\$ 5.659,16

Manutenção – Valor anual R\$ 1.581,49

g) Plano de substituição da frota – A substituição dos veículos é feita conforme disponibilidade de recursos orçamentários.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação – economicidade e eficiência.

i) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Portaria autorizando a sua utilização, com local de destino e motivo da saída, bem como “Caderneta de Controle de Utilização de Veículos” na qual o usuário (servidor) anota os quilômetros rodados, motivo da saída, data e hora de sua utilização.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da Instituição, mas contratada de terceiros

O Câmpus Ibirama não possui veículos Automotores, a serviço da Instituição, contratados de terceiros.

CÂMPUS LUZERNA

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, nº 3, de 15 de maio de 2008 e a Resolução 03/2011 do Conselho Superior;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Instituição

A frota de veículos é extremamente necessária para a execução dos trabalhos relacionados ao IFC;

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Veículos para Transporte, 05 veículos.

d) Média anual de quilômetros rodados

Veículos de Transporte: Média de 9000 mil km.

e) Idade média da frota

Veículos para Transporte: Média de 07 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota:

Custos Médios: - Seguro: R\$3.089,00;

- Combustíveis: R\$ 17.773,97;
- Revisões: R\$6.214,22;

g) Plano de substituição da frota

Não há Plano de substituição da frota;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Custos menores de aquisição em detrimento da locação devido a alta quilometragem rodada;

i) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Caderneta de controle de veículos, que fica no veículo e o servidor que utiliza anota aonde foi, a quilometragem de saída e de chegada, acompanhado dos horários, coloca seu nome, descreve os afazeres e coloca alguma observação, se necessário.

CÂMPUS RIO DO SUL

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Aderimos a RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 003/2011/CONSELHO SUPERIOR 14/02/2011 e o Decreto Nº 6.0403 de 17 de março de 2008 para normatizar a utilização.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A utilização da frota tem grande importância e o um enorme impacto no crescimento no aprendizado através das viagens técnicas e a participação em feiras como a MOSTRATEC e FEBRACE. Ainda temos a utilização de alguns veículos na manutenção e colheita dos produtos oriundos da nossa plantação de hortifrutigranjeiros seriais como milho e soja.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos

A frota de veículos oficiais é composta de: 02 ônibus, 01 micro-ônibus, 02 vans, 01 moto, 03 camionetes, 01 furgão, 01 caminhão de pequeno porte, 07 veículos de passeio.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

O total de quilômetros rodados pela frota no exercício de 2012 foi de 264.160 dando em média 13.903 km por veículo.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

A idade média da frota é de 8,84 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota

O custo anual de manutenção, combustíveis e seguro é de R\$ 198.897,63.

g) Plano de substituição da frota

O plano de substituição de frota inclui a compra de aquisição de um furgão para substituir o atual com 19 anos para o exercício de 2014.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O custo de aquisição e manutenção da frota é menor que a locação de veículos.

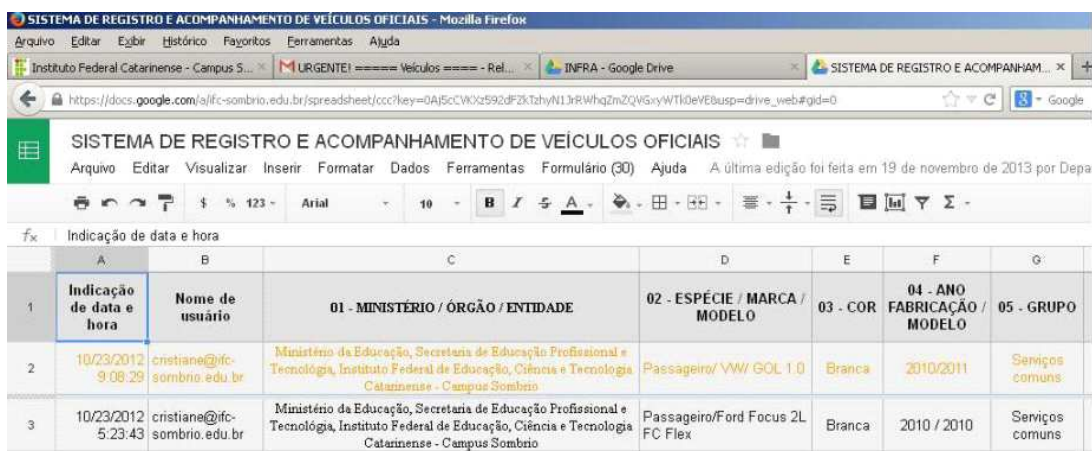
i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A estrutura de controle é realizada através de cadernetas em cada veículo e ordens de autorização, onde é feito o controle de quilometragem, o responsável pela viagem e o motorista.

CÂMPUS SOMBRIO

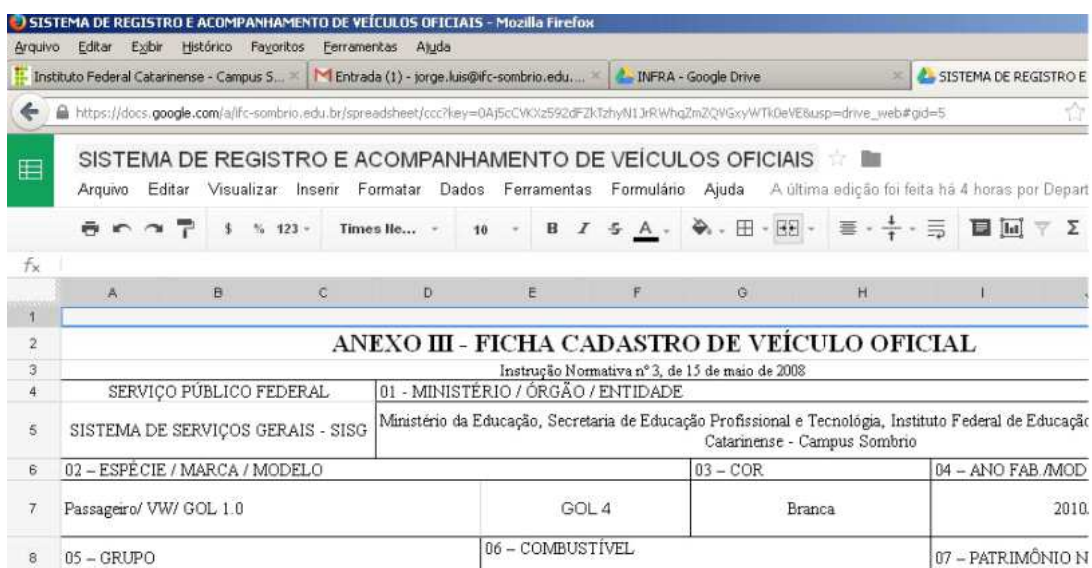
O Câmpus Sombrio tem como referência legal a Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 3, de 15 de maio de 2008, os Decretos nº 6.403, de 17 de março de 2008, e nº 67.326, de 05 de outubro de 1970, a Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, bem como a Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007.

No âmbito de gestão, a administração desenvolveu um sistema de cadastramento de veículos e formulário eletrônico, visando aos preceitos da Instrução Normativa nº 231, acima, e a facilidade de identificação de informações sobre os veículos e atendimentos de demandas relativas aos mesmos (Figuras 2 a 6, a seguir).



Indicação de data e hora	Nome de usuário	01 - MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE	02 - ESPÉCIE / MARCA / MODELO	03 - COR	04 - ANO FABRICAÇÃO / MODELO	05 - GRUPO
10/23/2012 9:08:29	cristiane@ifc-sombrio.edu.br	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio	Passageiro/VW/ GOL 1.0	Branca	2010/2011	Serviços comuns
10/23/2012 5:23:43	cristiane@ifc-sombrio.edu.br	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio	Passageiro/Ford Focus 2L FC Flex	Branca	2010 / 2010	Serviços comuns

Figura 2 – Extrato da página do sistema de registro e acompanhamento de veículos oficiais.



ANEXO III - FICHA CADASTRO DE VEÍCULO OFICIAL						
Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008						
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	01 - MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE					
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia, Instituto Federal de Educação Catarinense - Campus Sombrio					
02 - ESPÉCIE / MARCA / MODELO	03 - COR		04 - ANO FAB / MOD			
Passageiro/ VW/ GOL 1.0	GOL 4		Branca		2010	
05 - GRUPO	06 - COMBUSTÍVEL			07 - PATRIMÔNIO N		

Figura 3 – Extrato do Anexo III – ficha de cadastro no sistema de registro e acompanhamento.

SISTEMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS
 Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	01 - MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE		
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SIGS	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro		
02 - ESPÉCIE / MARCA / MODELO	03 - COMBUSTÍVEL	04 - CHASSI	
Passageiro/ VW/ GOL 1.0	Álcool/Gasolina	9BWAA05W2BI	
05 - MOTOR	06 - COR	07 - PLACA	08 - ANO FAB. / MOD.

Figura 4 – Extrato do Anexo de Vistoria no sistema de registro e acompanhamento.

SISTEMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS
 Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	01 - MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE			02 -
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SIGS	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro			
03 - ESPÉCIE / MARCA / MODELO	04 - COR		05 - ANO FAB./MOD.	
Passageiro/ VW/ GOL 1.0	GOL 4	Branca	2010/2011	
06 - GRUPO	07 - COMBUSTÍVEL		08 - PATRIMÔNIO N.º	
Serviços comuns	Álcool/Gasolina		12932	

Figura 5 – Extrato do Anexo II – Mapa de controle do desempenho no sistema de registro.

SISTEMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS

	A	B	C	D	E	F
	Nome Servidor	Número Registro CNH	Categoria	Validade	CPF	RG
1						
2	Devi de Oliveira Scarpari	1706375753	AB	3/1/2016	894.598.229-91	3142408 SSP/SC
3	Daniel Miron Brentano	1553427584	B	18/11/2015	822.130.970-20	3069196503 SJS/RS
4	Jefferson Schick	2176399421	AB	26/12/2016	782.023.029-00	2737968 SSP/SC
5	Eduardo Seibert	299696220	B	27/07/2016	558.601.760-15	2036111306 SJS/RS
6	Marleide Coan Cardoso	1516043860	B	7/10/2015	498.495.819-72	1527841 SSP/SC
7	Jackson Mallmann	2398053095	B	25/05/2017	019.957.959-84	3738120 SESP/PR
8	Carolina Braghioroli Stoll	1535351498	B	21/11/2015	018.565.579-36	2809753 SSP/SC
9	Kenia Zanella	1339993511	B	20/12/2014	029.662.169-21	3850372 SSP/SC
10	Antônio Manoel Marzoni	1554007157	AB	28/12/2015	003.007.390-23	2453066 SSP/SC

Figura 6 – Extrato do controle de condutores no sistema de registro e acompanhamento.

Do sistema de registro, o Mapa de Controle de Desempenho, as Fichas de Cadastramento e o Termo de Vistoria, anexos II, III e VIII da IN nº231, respectivamente, são gerados a partir de um único cadastro, reduzindo o retrabalho de digitações e possibilidades de divergência decorrentes.

Todos os documentos gerados compõem o arquivo cadastral e de controle da Coordenação de Transportes, integrante da estrutura organizacional do Câmpus como coordenação vinculada à Coordenação Geral de Infraestrutura, dentro do Departamento de Administração e Planejamento.

Para o sistema de controles foram estabelecidas três ferramentas auxiliares:

Requisição de Bens e Serviços – regulariza o fluxo de demandas, passando pelos escalões competentes de deferimento, evitando-se interferências verbais no processo, além do acompanhamento estatístico das mesmas (Figuras 7 e 8);

Agenda de Veículos – permite ao requisitante, e a todos os interessados, saber em um determinado dia, quais veículos já estão alocados, para quais viagens e sob quais responsáveis;

Guia de Autorização de Circulação de Veículo – é a comanda que acompanha o condutor e o veículo desde a saída até o regresso do veículo (Figura 7).

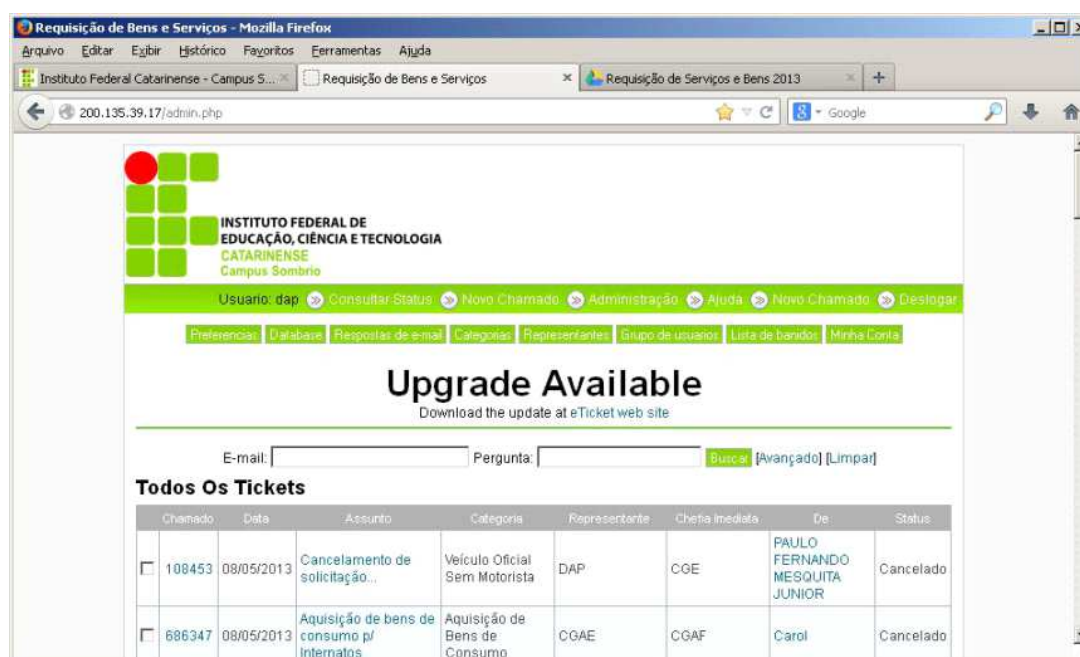


Figura 7 – Extrato do sistema de Registro de Requisição de Bens e Serviços.

Figura 8 – Extrato do Sistema de Requisição de Bens e Serviços – Guia de Circulação.

Em 2012, elaborou-se o Plano de Aquisição de Veículos, levando em consideração a composição da frota vigente e as condições e fatores de depreciação. Da análise, resultou no ingresso de 11 novos veículos, salientando que não deverá ocorrer novas aquisições ao longo da gestão.

Fatores de depreciação:

- Distâncias aproximadas de 210 km da Capital do Estado e 376 km da Reitoria em Blumenau;
- Divisão em Sede no município de Santa Rosa do Sul e Unidade Urbana no município de Sombrio, distantes cerca de 25 km;
- 8 km de estrada de terra (tendo sido maior o trecho de chão em períodos anteriores a 2011);
- Alta circulação dos veículos;
- Idade média dos veículos – Reduzido de 8,17 anos para 5,17, após a aquisição;
- Quilometragem média – Redução de 16.085,41 km para 12.309,11 km;
- Consumo médio Redução de 10,27 km/l para 7,90 km/l.

O estágio atual da Coordenação de Transportes é de aperfeiçoamento dos instrumentos já desenvolvidos e criação de ferramentas novas de auxílio à execução/gestão, principalmente com relação a vistorias, controle de consumos, manutenções preventivas, orientações a condutores e controle de documentos: licenças, multas, habilitação de condutores, entre outros, bem como o investimento em capacitação de servidores.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Instituição

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 3, de 15 de maio de 2008, os Decretos nº 6.403, de 17 de março de 2008, e nº 67.326, de 05 de outubro de 1970, a Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, bem como a Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Considerando-se o percentual de 70% de todas as requisições registradas no ano de 2013 como direcionadas para necessidades de transportes, aliado ao fato de 66% das requisições serem destinadas a atendimento de necessidades de atividades pedagógicas (que é o foco da instituição), bem como as distâncias já salientadas no item fatores de depreciação, pode-se afirmar que a importância e impacto da frota são significativos;

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Todos os veículos do Câmpus estão classificados como pertencentes ao **grupo IV – veículos de serviços comuns**, totalizando 26 veículos em 2013;

d) Média anual de quilômetros rodados

– 12.309,11 km;

Consumo médio – 7,90 m/l;

e) Idade média da frota – 5,17 anos;

f) Custos associados à manutenção da frota

Quadro 91 - Custos associados à manutenção da frota/Câmpus Sombrio

Tipo de Custo	Valor
Combustível e Lubrificantes	R\$ 119.177,46
Manutenção e Conservação de Veículos	R\$ 29.216,97
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 37.052,70
Seguros em Geral	R\$ 6.800,00
Licenciamento, Taxas e Documentação	R\$ 2.429,96
Pessoal	R\$ 118.171,03
Total	R\$ 312.848,12

g) Plano de substituição da frota

Não houve plano para aquisição de novas unidades no ano de 2013. O PPVA apresentado em 2012 foi elaborado para dar cobertura a todo o período da gestão 2012/2015;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

O alto índice de uso dos veículos, aliados a falta de ofertas com concorrência na região para prestação de serviços de locação praticamente condicionam a existência de frota própria.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Requisição de Bens e Serviços, Agenda de Veículos, Guias de Circulação, Cadastramento Eletrônico com preenchimento dos anexos II, III e VIII da IN nº 03/2008 do MPOG. Elaboração do PPVA (anexo IV) da IN nº 03/2008. Estatísticas de Demandas.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

Não elaborado estudo para terceirização da frota, mas a demanda por uso de ônibus para viagens técnicas da área pedagógica não são possíveis de atendimento pleno apenas com o ônibus/micro-ônibus, bem como com a quantidade de motoristas disponíveis na instituição, motivo pelo qual se mantém contrato com empresa de autoviação na região para atendimento de algumas demandas, objeto de estudo para efetivação, ampliação, redução ou corte da modalidade de prestação de serviços.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Empresa União de Transportes – CNPJ 82.563.891/0001-59.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

Pregão Eletrônico – SRP-09/2013; Ata nº043/2013; Vigência: 19/06/2013 a 18/06/2014; Valor Contratado R\$ R\$ 187.200,00 (ATA) e R\$ 93.600,00 (NE nº 800143); Valor Pago R\$ 49.272,96.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 3, de 15 de maio de 2008, os Decretos nº 6.403, de 17 de março de 2008, e nº 67.326, de 05 de outubro de 1970, a Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, bem como a Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007, bem como Legislação afeta aos procedimentos licitatórios de contratação de serviços.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Considerando-se o percentual de 70% de todas as requisições registradas no ano de 2013 como direcionadas para necessidades de transportes, aliado ao fato de 66% das requisições serem destinadas a atendimento de necessidades de atividades pedagógicas (que é o foco da instituição), bem como as distâncias já salientadas no item fatores de depreciação, pode-se afirmar que a

importância e impacto da frota são significativos.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Não há frota de veículos contratados.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

Não houve.

h) Idade média anual, por grupo de veículos

Não houve.

i) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos estejam não estejam incluídos no contrato firmado

Não houve.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

Juntada de cópia do disco tacógrafo, registro de ocorrências por parte dos encarregados, a cada viagem, além do acompanhamento de pelo menos um servidor em cada viagem contratada.

CÂMPUS VIDEIRA

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

O servidor, que por finalidade única e exclusiva das atribuições de suas funções na instituição, necessitar fazer uso da frota para possível deslocamento deverá encaminhar uma solicitação a seu superior para aprovação contendo todas as informações referentes a viagem e solicitando o deferimento da mesma. Após a aprovação da viagem, o servidor deverá entrar em contato com o setor responsável para realizar o agendamento de um veículo.

A legislação que regulamenta a utilização da frota de veículos na Instituição são: o *Ad-Referendum* 003/2011/Conselho Superior, a Instrução Normativa Nº 03, de 15/05/2008/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um Manual de Normas Internas que serve como reforço as demais legislações para o bom uso dos bens. Os documentos podem ser observados nos anexos I, II e III, respectivamente.

b) Importância e Impacto da Frota de veículos sobre as atividades da Instituição:

A mobilidade é parte importantíssima no alcance dos objetivos da Instituição, dando suporte aos setores administrativos e pedagógicos. A utilização da frota para transporte de servidores e cargas tem papel fundamental no apoio às atividades de setores como a Docência (professores que necessitam se deslocar para outros Câmpus Avançados para lecionar), Extensão, Pesquisa, Administração (Licitações, Orçamentos, Compras e demais setores), Gestão (no deslocamento para compromissos Institucionais), dentre tantos outros exemplos em que o deslocamento ágil e simplificado garantem a continuidade das atividades regularmente.

c) Quantidade de veículos em uso ou em responsabilidade da UJ, por grupos:

O Câmpus dispõe atualmente de 09 (nove) veículos em uso. Maiores detalhes sobre a frota podem ser visualizados conforme Quadro abaixo:

Quadro 92 – Quantitativo de veículos – Câmpus Videira

MARCA:	MODELO:	ANO:	PLACA:	CÂMPUS:	SITUAÇÃO:
Fiat	Doblô	2013	MKR – 8202	Videira	Uso
Ford	Fiesta	2009	ENM – 6357	Videira	Uso
VW	Parati	2001	MEW – 9380	Videira	Uso
VW	Parati	2008	MFV – 8819	Videira	Uso
VW	Saveiro	2012	OGL – 3451	Videira	Uso
VW	Kombi	2001	MBH – 4534	Videira	Uso
Ford	Focus	2013	MLX – 1741	Videira	Uso
Ford	Focus	2013	MLX – 1601	Videira	Uso
Massey Ferguson	292	1995	TRATOR	Videira	Uso

A classificação é dada como Geral por não haver distinção no uso individual de cada veículo. A única distinção é o caso do implemento agrícola Trator Massey 292, utilizado para suprir as necessidades do curso técnico em Agropecuária.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

A soma total de quilômetros rodados pelo grupo Geral é de 101793 Km e a média é de 12.724 Km/Veículo/Ano.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

O grupo dos veículos, contidos no item “3.3”, possuem média de idade de 8,2 anos para os veículos de transporte de passageiros e 19 anos para o Trator.

Ao final dos períodos de 2012 e 2013, foram doados alguns veículos ao Câmpus Luzerna em função da renovação da frota institucional do Câmpus Videira. Com isso, o Câmpus passou a contar com um melhor contingente de veículos, garantindo um melhor atendimento aos serviços relacionados a este setor.

f) Custos associados à Manutenção:

Os principais gastos com a frota no período de 2013 foram.:

- **Documentação:** R\$ 3.160,61 com pagamento de taxas de Licenciamento, Seguro Obrigatório DPVAT e Taxas de transferências de documentação;
- **Seguros veículos:** R\$ 4.449,00 referente aos seguros totais de todos os veículos da frota;
- **Manutenção e peças:** R\$ 33.321,71 referentes a serviços de revisões periódicas, manutenções corretivas e preventivas, bem como a substituição das peças necessárias;
- **Combustível:** R\$ 21.526,81 gastos com combustíveis.

Total Geral de Gastos com a Frota em 2013 foi no valor de R\$ 62.458,13. O custo médio geral por quilômetro rodado na frota é de 0,6135 centavos.

g) Plano de Substituição da Frota:

Com o aumento das demandas do Câmpus, se faz necessário a ampliação e renovação gradativa da frota, a fim de garantir o transporte seguro e confortável aos usuários, bem como uma maior economicidade em relação aos gastos com manutenção e consumo de combustível.

No ano de 2013, o Câmpus Videira adquiriu 3 novos veículos para viagens interinstitucionais, melhorando em conforto e segurança, o atendimento as demandas de viagens de médias e longas distâncias.

Por outro lado, três veículos foram doados ao Câmpus Luzerna e um ao Câmpus Fraiburgo. A medida visa suprir as demandas dos Câmpus que possuíam maiores necessidades pela falta dos veículos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Os principais fatores que norteiam a decisão da opção de adquirir em vez de contratar serviços de locação dos veículos são:

- **Economicidade:** a relação custo/benefício por quilômetro rodado é maior para a Instituição quando se trata de veículos próprios em relação a veículos fretados de empresas terceirizadas;
- **Disponibilidade:** estando disponíveis no Câmpus, os veículos poderão ser utilizados de maneira menos burocrática e mais rápida, facilitando assim o apoio as diversas atividades e tarefas regulares ou aquelas em situações emergenciais.

i) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A organização e utilização da frota é feita através de documentos como planilhas eletrônicas e relatórios. Esses arquivos têm a finalidade de apontar o real custo que cada veículo significa por quilômetro rodado, facilitando assim a gestão econômica da frota. Abaixo, uma rápida descrição de alguns meios de controle da frota:

- **Autorizações de Condução:** é o documento que autoriza o servidor utilizar um veículo da frota. Para fazer uso, o servidor deverá solicitar e justificar a utilização do patrimônio junto ao seu Superior, que por sua vez, após apreciação e autorização, encaminha ao setor responsável pela organização que irá preencher e autorizar o deslocamento do servidor por meio de veículo oficial;
- **Planilha de Controle de Despesas:** é uma planilha eletrônica que contém todas as despesas envolvendo os Veículos Oficiais. O lançamento dos dados na planilha é

realizado mensalmente, porém as informações são processadas durante o período anual, proporcionando maior precisão nos valores e controles econômicos da frota. Esta planilha também serve como base para inserção dos dados nos demais relatórios. Através do Anexo IV é possível observar os valores obtidos através da planilha.

REITORIA

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Mpog, nº 3, de 15 de maio de 2008 e a Resolução 03/2011 do Conselho Superior;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota de veículos é extremamente necessária para a execução dos trabalhos relacionados ao IFC;

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupo

- Veículos de Transporte Institucional: 01 veículo;
- Veículos de serviço: 11 veículos;
- Veículos de carga leve: 01 veículo;
- Total: 13 veículos;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

- Veículos de Transporte Institucional: média de 30 mil km;
- Veículos de serviço: média de 30 mil km;
- Veículos de carga leve: 200 km (caminhão laboratório);

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

- Veículos de Transporte Institucional: média de 01 ano;
- Veículos de serviço: média de 01 ano;
- Veículos de carga leve: média de 02 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota

Custos Médios:

- Seguros: R\$10.990,00 (seguro realizado para Reitoria e 02 Câmpi)
- Combustíveis: R\$65.000,00
- Revisões: R\$10.000,00
- Taxas: R\$1.000,00

g) Plano de substituição da frota

Não há Plano de substituição da frota;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Custos menores de aquisição em detrimento da locação devido a alta quilometragem rodada;

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Caderneta de controle de veículos, que fica no veículo e o servidor que utiliza anota aonde foi, a quilometragem de saída e de chegada, acompanhado dos horários, coloca seu nome, descreve os afazeres e coloca alguma observação, se necessário.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro 93 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Santa Catarina	23	20
	Blumenau	2	2
	Brusque	1	1
	Ibirama	1	1
	Videira	1	1
	Luzerna	1	1
	Rio do Sul	5	4
	Araquari	1	1
	São Francisco do Sul	1	1
	Camboriú	3	3
	Concórdia	1	1
	Santa Rosa do Sul	1	1
	Sombrio	3	1
	São Bento Do Sul	1	1
	Fraiburgo	1	1
Total Brasil		23	20
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		23	20
Fonte: SPIUNET			

Quanto ao Câmpus localizado na cidade de Videira, convém mencionar que o terreno é de propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entretanto, esta entidade concedeu o uso para o Instituto Federal por um período de 20 anos, por meio de um Termo de Comodato. A Instituição não possui imóveis no exterior.

Quadro 94 - Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152663	0926.0001.500-9	21	Bom	1.830.058,40	09/02/13			
158125	8047.0003.3500-1	21	Regular	3.481.589,49	25/09/13			7.245,93
158125	8047.0003.3500-2	21	Bom	7.900.000,00	21/10/10			
158125	8055.00006.500-6	21	Terreno	211.016,60	25/11/11			
158125	8135.00011.500-5	21	Regular	2.320.000,00	16/12/11		4.640,00	27.531,14
158125	8311.00004.500-2	21	Terreno	385.871,73	30/11/11			
158379	8379.00017.500-2	7	Bom	9.585.999,33	29/11/13			
158379	8107.00003.500-6	21	Bom	1.253.761,74	02/03/12			
158458	8291.00012.500-8	21	Bom	658.630,50	09/05/13			
158458	8291.00013-500-3	21	Terreno	275.000,00	09/05/13			
158458	8291.00014-500-9	21	Bom	23.976.461,75	09/05/13	15.345.726,28	81.652,52	154.476,51
158458	8291.00015.500-4	3	Novo	2.222.255,36	13/07/12	2.091.816,51		66.204,23
158458	8291.00035.500-3	21	bom	260.000,00	12/03/13			
158459	8025.00004.500.3	21	Bom	14.021.255,97	10/12/13			
158459	8319.00062.500-4	21	Terreno	758.840,64	09/12/11			76.498,38
158460	8061.00007.500-6	21	Terreno	142.122,33	23/07/12			
158460	8061.00008.500-1	21	Bom	17.958.518,08	23/07/12		93.859,91	270.232,95
158460	8061.00009.500-7	21	Terreno	129.743,25	23/07/12			
158461	8083.000012.500-4	21	Bom	30.776.967,93	11/03/11		11.344,31	381.409,03
158462	9967.00002.500-0	21	Bom	20.575.871,84	16/07/12			521.049,76
158462	8349.00003.500-4	21	Bom	3.270.435,22	04/10/12		182.738,53	7.579,00
158462	8349.00010.500-2	21	Bom	505.000,00	27/12/13			
158462	8349.00012.500-3	21	Bom	1.100.000,00	27/12/13			
							-	

Fonte: SPIUNET/SIAFI

Quadro 95 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Santa Catarina	3	1
	São Francisco do Sul	2	1
	Blumenau	1	
	município "n"		
	UF "n"		
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		3	1
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		3	1
Fonte SPIUNET			

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro 96 - Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.ifc.edu.br/site/index.php/dti/96-comite-de-ti/947-pdti
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registramos crítica à necessidade de avaliar o desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, em razão que a área de TI dos Câmpus e suas atividades não são subordinadas a Diretoria de Tecnologia da Informação.	

Fonte: DTI

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Desde a sua constituição, através da Portaria 160/2013 de 21 de janeiro de 2013, o Núcleo de Gestão Ambiental vem desenvolvendo ações que visam o princípio da sustentabilidade socioambiental em nosso instituto, bem como buscar o cumprimento da legislação ambiental em todos os setores.

Dentre as ações estão a elaboração de um Manual de Orientações para Ações sustentáveis, a promoção da discussão e formulação da Política Ambiental do Instituto Federal Catarinense, visando implantação e incorporação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Instituto Federal Catarinense promoveu o I Fórum de Compras Públicas Sustentáveis em agosto de 2013 para capacitar os servidores e viabilizar a construção de editais sustentáveis.

A instituição firmou um convênio de Cooperação Técnico-Pedagógica com o CDI – Comitê para democratização da Informática de Santa Catarina, com objetivo de destinar resíduos eletrônicos gerados no IFC.

Os projetos de engenharia buscam adotar tecnologias para redução de consumo ou reaproveitamento de recursos, bem como tornar os ambientes agradáveis e em acordo com as condicionantes locais e climáticas. Como exemplos podemos citar as locações das edificações, disposição dos ambientes, dimensionamento de esquadrias e proteções, adoção de captação e aproveitamento de águas pluviais, aquecimento solar de água, divisão de circuitos das luminárias e adoção de isolantes térmicos.

Por fim, os regulamentos internos, tais como os de Ensino, Pesquisa e Extensão da Instituição estão sendo alterados incluindo os princípios de sustentabilidade socioambiental.

As ações citadas fazem parte de um plano de ação do Núcleo de Gestão Ambiental da instituição, entretanto não compõem sua política de gestão ambiental, que será desenvolvida em 2014. Desta forma, o quadro referente à gestão ambiental e licitações sustentáveis foi preenchido individualmente por cada câmpus e pode ser observado no Anexo I.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Conforme motivo exposto o item anterior este quadro também foi preenchido individualmente por cada câmpus e pode ser apreciado no Anexo II.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

O **Quadro 95** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações, estando estruturado em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco

em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

Quadro 97 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - 01

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 006.906/2012-5	Acórdão nº 1457/2013 – TCU – Plenário	9.1 e 9.4	DE	Ofício 03858/2013-TC/SECEX-SC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense					100919
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) que, no prazo de 90 (noventa) dias:</p> <p>9.1.1. adote medidas no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei 8.112, de 1990, o devido processo legal visando à regularização da acumulação ilícita de cargos especificada no item 3.1. do relatório de auditoria da Secex/SC;</p> <p>9.1.2. encaminhe relatório consolidado à Secretaria de Controle Externo do TCU em Santa Catarina, comunicando as medidas adotadas e os resultados obtidos;</p> <p>9.4. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), Instituto, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e à Universidade da Fronteira Sul (UFFS), nos termos do disposto no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que estabeleçam rotinas periódicas de verificação com vistas a evitar situações semelhantes de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100919
Síntese da Providência Adotada					
<p>Atendendo a determinação do Tribunal de Contas da União, nos termos do Ofício nº 0385/2013-TCU/SECEX-SC, de 20/06/2013 e do Acórdão nº 1457/2013 – TCU – Plenário, esta Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete que o servidor de Matrícula 1106324 fosse NOTIFICADO a apresentar opção por apenas 2 (dois), dos 3 (três) cargos que atualmente acumula, no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da Notificação e, na hipótese de omissão, a Administração deveria adotar procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, através de processo administrativo disciplinar, conforme art. 133 da Lei nº 8.112/90.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>O Servidor de Matrícula 1106324 foi Notificado em 12/07/2013, conforme Termo de Notificação nº 29/2013, sendo que em 30/07/2013 recebemos do referido servidor nova Declaração de Acumulação de Cargos, na qual constam somente dois vínculos: IFC e Prefeitura Municipal de Torres/RS, acompanhada do Termo de Rescisão Contratual dos serviços prestados junto à Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota/SC.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 98 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - 02

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-045.145/2012-1	Nº 577/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.7 e 1.7.1	RE	Ofício 0076/2014-TC/SECEX-SC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense					100919
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que verifique as conclusões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar quanto ao déficit de carga horária levantada pela Controladoria-Geral da União para o servidor XXXXXXXXXX e, caso persista o mencionado déficit, adote as medidas necessárias para que o referido servidor reponha as horas devidas ou devolva aos cofres públicos os valores equivalentes às horas não trabalhadas e informe a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão sobre:</p> <p>1.7.1. o resultado das providências adotadas para cumprir a recomendação supra;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100919
Síntese da Providência Adotada					
O apontamento foi objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº 23351.000451/2011-23, com comissão constituída conforme Portaria nº 176, de 13/08/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 23351.000451/2011-23, concluiu pela não indicição do servidor Matrícula 1103602, tendo sido este isento de responsabilidades e não restando deficit de carga horária.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 99 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - 03

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-045.145/2012-1	Nº 577/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.7 e 1.7.2	RE	Ofício 0076/2014-TC/SECEX-SC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense					100919
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que [...] informe a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão sobre:</p> <p>1.7.2. a efetiva realização do cálculo dos valores a serem ressarcidos pelos ex-professores que mantinham vínculo com a Universidade do Contestado, e a remessa dessa informação à Procuradoria-geral Federal em Blumenau/SC para adoção das providências que entender cabíveis visando à reposição das quantias recebidas indevidamente pelo descumprimento da</p>					

jornada de trabalho;	
Setor Responsável pela Implementação	
Diretoria de Gestão de Pessoas	Código SIORG 100919
Síntese da Providência Adotada	
O apontamento foi objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº 23351.000451/2011-23, com comissão constituída conforme Portaria nº 176, de 13/08/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 23351.000451/2011-23 concluiu pela não indicição do ex-professores substitutos XXXXXXXXXXXX; XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXXX; recomendando, porém, o cálculo dos valores devidos em decorrência do descumprimento da jornada de trabalho e o encaminhamento para a Procuradoria-Geral Federal em Concórdia a fim de que fosse efetuada a Inscrição em Dívida Ativa e a cobrança dos valores recebidos indevidamente pelos três primeiros e a devida restituição ao erário para o último. uma vez que este é, atualmente, servidor do Instituto Federal da Bahia e se mostrou disposição em ressarcir ao erário. Os cálculos dos valores recebidos indevidamente foram realizados e os interessados notificados a repor ao erário.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 100 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - 04

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Ministério da Educação						244
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
04	TC-045.145/2012-1	Nº 577/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.7 e 1.7.3	RE	Ofício 0076/2014-TC/SECEX-SC	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense						100919
Descrição da Deliberação						
1.7. Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que [...] informe a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão sobre:						
1.7.3. a aprovação e publicação de norma regulamentadora da licença para capacitação no âmbito desse Instituto;						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas						100919
Síntese da Providência Adotada						
As Normas de Afastamento para Ações de Capacitação foram aprovadas por meio da Resolução nº 009/CONSUPER/2013, de 01/03/2013.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Os processos de Licença para Capacitação estão sendo realizados de acordo com a referida Resolução nº 009/CONSUPER/2013, de 01/03/2013.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 101 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-024.471/2013-5	Nº 6771/2013 – TCU – 1ª Câmara	1.7	DE	Ofício 15898/2013-TC/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense					100919
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação às interessadas, acompanhada das peças nºs 4 e 5 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que as interessadas tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Em atenção ao Ofício 15898/2013-TCU/SEFIP, de 17/10/2013 e, em cumprimento ao Acórdão 6771/2013 - TCU - Primeira Câmara, prolatado na Seção de 09/10/2013, o Instituto Federal Catarinense notificou as servidoras aposentadas Matrícula 1158080 (ciência em 29/10/2013) e Matrícula 1160170 (ciência em 05/11/2013) dos procedimentos a serem adotados para regularização de seus proventos de aposentadoria.</p> <p>Ocorre que foi interposto Pedido de Reexame pelas duas interessadas contra o Acórdão 6771/2013 - TCU - Primeira Câmara, proferido nos autos do processo de aposentadoria TC 024.471/2013-5, o qual foi conhecido pelo Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues com efeito suspensivo em relação a integralidade do acórdão recorrido, com fulcro nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único, do RI/TCU, e art. 48, § 2º, da Resolução-TCU 191/2006. Assim, em relação as servidoras Matrícula 1158080 e Matrícula 1160170 nenhuma deliberação de supressão da rubrica 3,17% foi realizada.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Interposição de Pedido de Reexame por parte das interessadas.					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

O OCI ao qual o IFC está vinculado, efetuou em 2013 acompanhamento da implementação de suas recomendações através da SA 201313819/03 de 13/09/2013, onde colocamos as ações que nossa instituição julga necessárias para atendê-las, estamos no aguardo de nova manifestação do referido órgão.

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

O OCI ao qual o IFC, efetuou em 2012 acompanhamento da implementação de suas recomendações através da SA 201206115-01, em 2013 novo acompanhamento foi realizado por meio da SA 201313819/03, sendo consideradas atendidas as recomendações elencadas abaixo:

Número:	Solicitação de Auditoria	Data
201206115/01		21.01.2013

Implementações decorrentes das recomendações constantes do Plano de Providências, relativo ao Relatório IFC nº 201108759:

Nota: Os Anexos citados ao longo do item 9.2 se referem à resposta à SA 201313819/03. Favor não considerá-los como parte deste Relatório de Gestão.

CONSTATAÇÃO: 070

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade em desacordo com o laudo pericial.

RECOMENDAÇÃO: 001

Proceder revisão no pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, adequando-os aos laudos então vigentes.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiterada por pendência de verificação pela CGU.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

Em janeiro/2011 e maio/2011 foram efetuadas consultas aos Diretores-gerais dos Câmpus para verificação dos setores de localização dos servidores, bem como do tempo de exposição aos agentes insalubres. Posteriormente, considerando as informações fornecidas procedeu-se aos ajustes necessários.

Ofício nº 0265/2012, de 29/03/2012

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

A recomendação encontra-se pendente por necessitar de testes de auditoria tendo por fim verificar a implementação da mesma.

RECOMENDAÇÃO: 002

Suspender o pagamento desses adicionais aos servidores localizados nas áreas não caracterizadas como insalubre ou perigosa, na forma dos respectivos laudos periciais.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiterada por pendência de verificação pela CGU.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

Foram suspensos os pagamentos dos servidores que não faziam jus aos adicionais.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

Em que pese o fato do gestor informar que já foi realizada a suspensão dos pagamentos em desacordo com os laudos, essa informação carece de testes de auditoria. Sendo assim, fica para os próximos trabalhos confirmar o atendimento da recomendação.

RECOMENDAÇÃO: 003

Proceder revisão no cadastro dos servidores no sistema SIAPE, especificamente no campo relativo a UORG de localização/exercício, a fim de adequá-los à estrutura apresentada nos respectivos laudos periciais.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiterada por pendência de verificação pela CGU.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

Foram solicitadas aos Câmpus informações referentes a todos os setores de Cada Câmpus (insalubres ou não), bem como os servidores que se encontram localizados nesses setores, a fim de criar no sistema SIAPE as UORGs correspondentes. Os encaminhamentos dos Câmpus encontram-se no Anexo IV, restando apenas a inclusão no SIAPE.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

A Unidade informou que vem adotando as medidas visando ao atendimento da recomendação. Sendo assim, fica para os próximos trabalhos verificar o cumprimento da recomendação.

RECOMENDAÇÃO: 004

Proceder revisão dos laudos periciais, adequando-os à estrutura organizacional da Unidade.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiterada por pendência de verificação pela CGU.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

Laudo emitido em 15/10/2010. Novo Laudo emitido em 02/02/2012

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

Em que pese a Entidade informar que foi emitido novo laudo, a mesma não anexou nos papéis de trabalho cópia do documento. Sendo assim, fica para futuros trabalhos analisar o respectivo laudo.

RECOMENDAÇÃO: 005

Proceder levantamento dos pagamentos indevidos, para posterior restituição ao erário na forma do art. 46 da Lei 8.112/90.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (003)**REITORIA (ANEXO XVIII)**

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 265/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 0319/2012, de 09/03/2012 (anexo I deste memorando).

Tendo em vista a verificação realizada pela equipe de Auditoria Interna do IFC (Anexo VII do Memo/DGP n° 319/2012), esta DGP providenciará a análise e conferência dos valores e notificará os servidores para posterior reposição ao erário.

Estamos procedendo a conferência dos valores.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (003)

Considerando que a Unidade ainda não procedeu o levantamento dos pagamentos indevidos, para posterior restituição ao erário, reiteramos a recomendação.

CONSTATAÇÃO: 072**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Inconsistências na concessão do auxílio-transporte.

RECOMENDAÇÃO: 002

Proceder apuração dos fatos apontados nos itens "c" e "d", adotando as providências cabíveis, fazendo-se inclusive, levantamento dos valores pagos indevidamente, em cada caso, para posterior restituição ao erário.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da

recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

A Diretoria de Gestão de Pessoas efetuou recadastramento de todos os servidores que receberam o benefício e adotou com procedimento a comprovação da despesa. Para os casos especificados nos itens “c” e “d” o pagamento foi suspenso, porém não houve reposição ao erário, tendo em vista a comprovação das despesas até aquele momento.

Ofício n° 0265/2012, de 29/03/2012

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

Em que pese o fato do Gestor informar que já foi efetuado o recadastramento, não foi efetivado o ressarcimento ao erário. Sendo assim, fica para futuros trabalhos verificar a respeito da implementação da recomendação.

CONSTATAÇÃO: 075

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Servidor aposentado com proventos proporcionais recebendo a vantagem do art. 192, inciso I da Lei 8.112/90.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar as providências cabíveis na forma do art. 143 da Lei 8.112/90, a fim de se apurar os responsáveis pelos danos causados, aplicando-se no que couber as penalidades cabíveis.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou a abertura de Sindicância para apurar os fatos (Anexo XVI).

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

O Gestor apresentou cópia de solicitação de abertura de sindicância datada de 09/12/2012, conforme anexo XVI, pag. 359. A recomendação fica mantida até o resultado da sindicância.

CONSTATAÇÃO: 076

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Inconsistências na concessão de abono de permanência.

RECOMENDAÇÃO: 001

Revisar todos os processos de concessão de abono de permanência, a fim de adequá-los às normas e orientações existentes., adotando as providências cabíveis em cada caso.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (003)

A Unidade prestou esclarecimentos assim como informações adicionais a respeito das inconsistências observadas na certidão de tempo de serviço do servidor 49103.

Ofício n° 254, de 13/11/2012

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (003)

Considerando que a recomendação contida no relatório de auditoria é genérica, ou seja para rever todos os casos de abono permanência e que a manifestação elaborada pelo IFC diz respeito a situação de somente um servidor a recomendação não foi plenamente atendida.

RECOMENDAÇÃO: 002

Solicitar à UFSC os esclarecimentos na forma do Acórdão TCU n.º 2024/2005 – Plenário, relativo ao tempo de serviço prestado na condição de aluno-aprendiz.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (003)

A Unidade prestou esclarecimentos assim como informações adicionais a respeito das inconsistências observadas na certidão de tempo de serviço do servidor 49103.

Ofício nº 254, de 13/11/2012

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (003)

Considerando que a recomendação diz respeito ao IFC fazer gestão junto ao TCU solicitando esclarecimentos a respeito do Acórdão TCU 2024/05 e que a manifestação versa sobre a situação encontrada do servidor 49103, a recomendação não foi atendida.

RECOMENDAÇÃO: 003

Buscar junto aos órgãos competentes como a Junta Comercial, Secretaria da Receita Federal do Brasil e mesmo ao INSS, as informações relativas à empresa da qual o servidor fazia parte da sociedade, referente ao período de 18/03/1970 a 28/02/1972, dando ciência a esta CGU-R/SC, das apurações obtidas.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (003)

Foram encaminhados documentos visando sanar as inconsistências observadas a respeito do servidor 49103.

Ofício nº 254, de 13/11/2012

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (003)

Considerando que só foram encaminhados documentos relacionados com o servidor 49103 e a recomendação em análise diz respeito ao servidor 1103861, a recomendação encontra-se pendente de atendimento.

RECOMENDAÇÃO: 004

Faça constar dos processos de concessão do abono de permanência o requerimento do servidor, datado e assinado, o mapa de tempo de contribuição, devidamente datado, assinado e com o carimbo do servidor responsável pela emissão, cópia da(s) certidão(ões) relativa(s) ao(s) tempo(s) averbado(s) ou o(s) processo(s) de averbação, análise da concessão justificando o deferimento ou indeferimento, conforme o caso, e a portaria de concessão onde deve constar o número do BSL e a data da publicação do mesmo.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiterada pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (003)

Foram encaminhados documentos visando sanar as inconsistências relacionadas com o servidor 49103.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (003)

Considerando que a recomendação é no sentido de fazer constar em todos os processos de concessão abono permanência requerimento do servidor, entre outros documentos, a recomendação não foi atendida.

Implementações decorrentes das recomendações constantes do Plano de Providências, relativo ao Relatório IFC nº 201112221:

CONSTATAÇÃO: 001

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Inexistência de mecanismo de detecção e existência de servidores com participação na gerência ou administração de empresa privada

RECOMENDAÇÃO: 001

Na forma do artigo 143, da lei. 8.112/90, efetuar os procedimentos necessários no sentido de apurar possíveis irregularidades relacionadas à participação dos servidores abaixo elencados na gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercendo o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário, vedação está prevista no art. 117, Inc X, da Lei nº 8.112/90: - Mat. Siape nº 26422 -1812368 – em relação ao CNPJ nº 05528012/0001-07 – NEO DIAGNOSTICO LTDA; - Mat. Siape nº 26422-1106324 - em relação ao CNPJ nº 09005775/0001-24 – DOC ASSESSORIA & SERVICOS DE SAUDE LTDA ME; - Mat. Siape nº 26422-1160544 - em relação ao CNPJ nº 05848491/0001-49 PEDRO A. CABRAL FILHO & CIA. As comissões responsáveis pela condução do processo disciplinar poderão requerer tantos e quantos documentos forem necessários para comprovar a veracidade das informações prestadas pelos servidores, inclusive documentos fiscais e comerciais de casa empresa.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP Nº 686/2012, de 25/05/2012 (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete da Reitoria esclarecimento quanto à solicitação de abertura de processo de sindicância solicitado em Nov/2011, tendo obtido a informação que a gestão anterior não tinha dado sequência ao processo e que a nova gestão está se inteirando do assunto e procederá a abertura do processo para apuração dos fatos. Esta DGP reiterou junto ao Gabinete da Reitoria a necessidade de abertura de processo de Sindicância para tratar deste assunto, conforme MEMO/IFC/PRODIN/DGP Nº 0543/2012, tendo sido constituída Comissão conforme Portaria nº 924/2012(anexo I do Memo/DGP nº 686/2012).

O servidor matrícula Siape nº 26422-1160544, já procedeu a alteração contratual para não mais figurar como administrador da referida sociedade, conforme Alteração Contratual em anexo.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Considerando que o assunto estava parado e o Gestor constituiu nova comissão, reiteramos a recomendação.

CONSTATAÇÃO: 003**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Exercício de jornada acumulada de trabalho incompatível com o cumprimento concomitante, assíduo e pontual à jornada de trabalho na Instituição e registros de descumprimento de jornada de trabalho.

RECOMENDAÇÃO: 001

Dar prosseguimento ao Processo de Sindicância de que trata o MEMO/IFC/PRODIN/DGP nº 1461/2011, de 30/11/2011 e tomar as providências dele decorrentes, no sentido de identificar todos os responsáveis pelo exercício irregular de cargo público pelo servidor Mat. SIAPE nº 26422-1160544, notadamente a chefia responsável por atestar a frequência do servidor, em função de homologação de jornada não cumprida. .

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)**REITORIA (ANEXO XVIII)**

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP Nº 686/2012, de 25/05/2012 (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete da Reitoria esclarecimento quanto à

solicitação de abertura de processo de sindicância solicitado em Nov/2011, tendo obtido a informação que a gestão anterior não tinha dado sequência ao processo e que a nova gestão está se inteirando do assunto e procederá a abertura do processo para apuração dos fatos. Esta DGP Reiterou junto ao Gabinete da Reitoria a necessidade de abertura de processo de Sindicância para tratar deste assunto, conforme Despacho de 26/04/2012, tendo sido constituída Comissão conforme Portaria nº 925/2012 (anexo III do Memo/DGP nº 686/2012).

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Considerando que o assunto estava parado, a reitoria designou nova Comissão conforme Portaria nº 925/2012, sendo assim reiteramos a recomendação até sua implementação plena.

RECOMENDAÇÃO: 002

Apurar mediante a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, e tomar as providências dele decorrentes, as possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Mat. SIAPE nº 26422-1160544, enquanto ocupante do cargo de médico/medicina do trabalho da carreira Técnico-Administrativos em Educação no serviço público federal.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP Nº 686/2012, de 25/05/2012 (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete da Reitoria esclarecimento quanto à solicitação de abertura de processo de sindicância solicitado em Nov/2011, tendo obtido a informação que a gestão anterior não tinha dado sequência ao processo e que a nova gestão está se inteirando do assunto e procederá a abertura do processo para apuração dos fatos. Esta DGP Reiterou junto ao Gabinete da Reitoria a necessidade de abertura de processo de Sindicância para tratar deste assunto, conforme Despacho de 26/04/2012, tendo sido constituída Comissão conforme Portaria nº 925/2012 (anexo III do Memo/DGP nº 686/2012).

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Uma vez que o assunto estava parado, a Reitoria designou nova Comissão conforme Portaria nº 925/2012, sendo assim reiteramos a recomendação até sua plena implementação.

RECOMENDAÇÃO: 004

Proceder à implementação de um sistema de controle de frequência efetivamente eficaz em que a leitura dos dados de entrada e de saída da instituição sejam efetuadas por mecanismos confiáveis, como o proporcionado pelos dados biométricos do servidor.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP Nº 686/2012, de 25/05/2012. (Anexo II deste memorando).

O IFC procederá estudos para verificar implementação de um sistema de controle de frequência mais eficaz.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Uma vez que a Unidade ainda realizará estudos para implementação de controle de frequência, reiteramos a recomendação.

RECOMENDAÇÃO: 006

Proceder à informatização dos dados de vínculos acumulados pelos servidores, de modo a permitir confiabilidade e agilidade na detecção de irregularidades e a consequente regularização.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiterada por pendência de verificação pela CGU.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)**REITORIA (ANEXO XVIII)**

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012. (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas procederá recadastramento anual de todos os servidores de quadro de Pessoal do IFC, a fim de verificar a existência de outros vínculos, públicos ou privados, e adotará procedimentos para informatização destes dados.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Uma vez que o Gestor informa que adotará procedimentos para informatização dos dados, mantemos a recomendação para verificação posterior da CGU do seu atendimento.

RECOMENDAÇÃO: 007

Proceder ao levantamento estatístico de afastamentos que tenham por iniciativa tratamento da própria saúde, decorrentes de sobrecarga de trabalho em vínculos acumulados. Faculta-se a utilização da unidade do Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor - SIASS para obtenção desse levantamento.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)**REITORIA (ANEXO XVIII)**

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012. (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas adotará providências junto à equipe médica do IFC para levantamento destes dados.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Uma vez que o Gestor informa que ainda tomará providências junto à equipe médica, reiteramos a recomendação até sua implementação plena.

RECOMENDAÇÃO: 008

Proceder aos descontos proporcionais nas remunerações dos servidores que deixarem de cumprir as jornadas de trabalho às quais estão sujeitas, pagando-se somente pelas horas efetivamente trabalhadas.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiterada por pendência de verificação pela CGU.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)**REITORIA**

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012 (Anexo II deste memorando). A Diretoria de Gestão de Pessoas vem efetuando os descontos referentes aos períodos não trabalhados, sempre que é constatado descumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

A Unidade informa que vem tomando medidas no sentido de atender a recomendação. Reiteramos a recomendação para verificação posterior por parte da CGU.

RECOMENDAÇÃO: 009

Providenciar apuração de todos os valores a serem restituídos ao erário e providenciar os ressarcimentos aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente por servidor.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012. (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas aguardará a finalização do processo de sindicância e o Relatório Final da Comissão processante para tomar as mediadas cabíveis.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Considerando a manifestação da Unidade quanto à pendência, reiteramos a recomendação.

CONSTATAÇÃO: 004**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Pagamento indevido correspondente a cargo de 40 horas para servidor submetido à jornada de 20 horas semanais

RECOMENDAÇÃO: 001

Tomar providências no sentido de melhor esclarecer a situação funcional do servidor Mat. 18123683 no período dos 12 meses subsequentes à data de sua admissão, haja vista as evidências apontarem para um possível consentimento por parte do servidor em assumir a jornada de trabalho de 40 horas semanais e pela qual reivindicou continuar a receber judicialmente.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012 (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete da Reitoria abertura de Processo Administrativo Disciplinar para melhor esclarecer a situação funcional do servidor, tendo sido constituída Comissão por meio da Portaria n° 829/2012 (anexo VI do Memo/DGP n° 686/2012)

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Considerando que o Gestor informa a constituição de comissão para melhor esclarecer a situação funcional do servidor, reiteramos a recomendação por não atendimento.

RECOMENDAÇÃO: 003

Demonstrar por meio de processo administrativo disciplinar a ausência de má-fé em todos os procedimentos que contribuíram para o prejuízo ao erário no valor aproximado de R\$ 49.407,00 pagos indevidamente em favor do servidor Mat. 18123683.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012.(Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete da Reitoria abertura de Processo Administrativo Disciplinar para melhor esclarecer a situação funcional do servidor, tendo sido constituída Comissão por meio da Portaria n° 829/2012 (anexo VI do Memo/DGP n° 686/2012)

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Uma vez que o Gestor informa que solicitou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar ainda não finalizado, reiteramos a recomendação.

CONSTATAÇÃO: 005**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Servidores submetidos ao regime DE, detentores de outro vínculo empregatício

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar o cálculo da parcela DE paga referente aos períodos em que os servidores abaixo relacionados mantiveram outro vínculo empregatício e o correspondente ressarcimento ao erário, bem como comprovar que todos os ressarcimentos ao erário foram realizados, passando a regularmente registrar na rubrica “diversos responsáveis” o comprometimento financeiro dos gestores da unidade para com a completa quitação do débito do servidor com a administração.

Mat. SIAPE	PERÍODO ACUMULADO COM "DE"
26422-1106094	04/08/03 a 31/12/03 26/02/04 a 12/07/04 02/08/05 a 31/11/05
26422-1038564	15/08/02 a 15/09/06
26413-1095330	18/02/02 a 11/09/02 12/08/05 a 30/08/05
26422-1105939	28/08/00 a 12/02/01
	01/03/05 a 31/08/05
26322-1096586	14/02/05 a (01/08/05)
26322-1557473	08/12/06 a 12/02/07
26322-0053965	21/02/00 a 16/10/09
26322-1554473	21/08/07a 14/12/07
	01/03/08 a19/07/08

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)**REITORIA (ANEXO XVIII)**

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012. (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas efetuará os cálculos e notificará os servidores para reposição ao erário dos valores correspondentes.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Uma vez que o Gestor informa que a Diretoria de Gestão de Pessoas ainda efetuará os cálculos, reiteramos a recomendação por não atendimento.

RECOMENDAÇÃO: 003

No caso de inexistência de regulamentação, fazer com que o Conselho Diretor regulamente como se dará o processo individual de autorização para o exercício de atividades esporádicas para os casos de servidores em regime de dedicação exclusiva, definindo as instâncias do IFC responsáveis pelo cumprimento da norma a ser regulamentada, abstendo-se, tanto a Administração como o Conselho Diretor, de autorizar a realização de atividades remuneradas concomitantemente ao exercício do cargo em regime de dedicação exclusiva, em confronto com a legislação vigente.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012 (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas está trabalhando em uma minuta de regulamentação do exercício de atividades esporádicas para submeter à apreciação do Conselho Superior do IFC.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

Considerando que a Diretoria de Gestão de Pessoas está trabalhando em uma minuta de regulamentação, reiteramos a recomendação.

RECOMENDAÇÃO: 005

Deixar absolutamente explícito nos formulários de concessão de regime de dedicação exclusiva aos servidores que pleiteiam desse regime, que qualquer situação que venha a modificar seu conteúdo, deverá ser imediatamente informado à administração, sob as penas contidas na Lei 8.112/90. Se necessário, devem ser modificados os formulários atualmente utilizados prevendo esse tipo de situação.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

REITORIA (ANEXO XVIII)

Resposta já encaminhada à CGU por meio do Ofício 422/2012/Reitoria/IFC e à UNAI por meio do Memo/IFC/PRODIN/DGP N° 686/2012, de 25/05/2012. (Anexo II deste memorando).

A Diretoria de Gestão de Pessoas incluirá nos formulários de concessão de regime de dedicação exclusiva aos servidores que pleiteiam desse regime, que qualquer situação que venha a modificar seu conteúdo, deverá ser imediatamente informada à administração, sob as penas contidas na Lei 8.112/90.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

O Gestor informa que incluirá nos formulários, no entanto não apresentou modelo desse formulário. Reiteramos a recomendação até sua plena implementação.

Implementações decorrentes das recomendações constantes do Plano de Providências, relativo ao Relatório IFC nº 243994

CONSTATAÇÃO: 041

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Ausência de informações detalhadas acerca da lotação ideal de servidores para a Reitoria e para os Câmpus.

RECOMENDAÇÃO: 001

Proceder adequado planejamento que permita a obtenção de dados concretos sobre a lotação ideal de servidores para a Reitoria e para os Câmpus, a ser atualizada segundo as alterações de diretrizes e metas institucionais, quantificando o número de servidores necessários para a Reitoria e para os Câmpus (docentes e administrativos).

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO : Reiterada pela não implementação plena pela Unidade

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (002)

CÂMPUS ARAQUARI (ANEXO IX)

O Câmpus Araquari e Câmpus Avançado de São Francisco do Sul realizou estudo para avaliar a necessidade de servidores para o desempenho ideal como entidade de ensino.

REITORIA

Até a presente data, o MEC não disponibilizou as ferramentas que norteariam a elaboração de um modelo de gestão e estrutura administrativa. Por outro lado, o IFC tem levantado às necessidades de pessoal baseado nas propostas dos gestores dos Câmpus sem critério de análise desta Reitoria.

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (002)

Considerando a manifestação da Reitoria, reiteramos a recomendação até que se obtenha um parâmetro de modelo de gestão e estrutura administrativa para levantamento da necessidade de pessoal.

CONSTATAÇÃO: 043

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atuação ineficaz da UNAI por ter estrutura inadequada.

RECOMENDAÇÃO: 003

Implementar a reestruturação e ampliação da Auditoria Interna do IFC, agilizando a nomeação dos auditores concursados e o seu treinamento, bem como conferindo equipe de apoio para que a Auditoria Interna possa desempenhar a contento suas atribuições legalmente constituídas.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

PROVIDÊNCIAS DO GESTOR (001)

"atualmente contamos com 7 (sete) auditores concursados e 2 (dois) por Portaria, distribuídos pelos câmpus e Reitoria, estamos em fase inicial de treinamento. Acreditamos que com esse número a UNAI possa desempenhar a contento suas atribuições. Para o ano de 2011 estaremos viabilizando a participação destes auditores em cursos de capacitação."

Ofício nº IFECTC/GAB/1012/2010, de 05/11/2010

ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS (001)

A UNAI foi estruturada em quantidade suficiente em quantidade, no entanto os auditores não receberam a capacitação necessária e a execução das atividades previstas no PAINT 2010 não foram executadas plenamente.

Implementações decorrentes das recomendações constantes do Plano de Providências, relativo ao Relatório IFC nº 231365

CONSTATAÇÃO: 002

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Incompatibilidade de horários informados por servidor em sua folha de ponto da EAFC com os horários registrados em controle eletrônico de ponto de outra instituição em que possuía vínculo empregatício; descumprimento de carga horária de 40 horas semanais.

RECOMENDAÇÃO: 001

Adotar mecanismo eficiente de controle de ponto e de compensação de horário para seus servidores.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 002

Publicar em boletim interno as concessões de horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, conforme previsto no artigo 98 da Lei 8.112/90.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 003

Quantificar o dano ao erário decorrente do não cumprimento da carga horária pelos servidores de identificação única de n.ºs. 13709739, 16038452, 16321324 e 16488547 no ano de 2008, e buscar junto aos mesmos o ressarcimento ao erário da quantia apurada.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 004

Apurar as responsabilidades pela aceitação de registros de horário possivelmente inverídicos nas folhas de ponto de 2008 dos servidores de identificação única de n.ºs. 13709739 e 16038452.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 005

Apurar as responsabilidades pela ausência de desconto em folha das horas não trabalhadas em 2008 pelas servidoras de identificação única de n.ºs. 16321324 e 16488547.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

CONSTATAÇÃO: 004**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Professores com regime de dedicação exclusiva detentores de outros vínculos empregatícios.

RECOMENDAÇÃO: 001

Concluir os trabalhos de apuração de descumprimento de regime de dedicação exclusiva para os servidores arrolados no fato, assim como para outros servidores que supostamente tenham incorrido na mesma falta e estejam arrolados nos processos objeto das Portarias n.º 112, de 05/08/2010; e n.º 114, de 06/08/2010;

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 002

Quantificar o dano ao erário decorrente da percepção indevida de adicional de dedicação exclusiva pelos servidores de identificação única de n.ºs. 15763242, 15544737 e 14464871, e por outros servidores que também tenham recebido o adicional indevidamente e por ventura estejam arrolados nos processos objeto das Portarias n.ºs 112 e 114, e buscar junto aos mesmos o ressarcimento ao erário da quantia apurada.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

CONSTATAÇÃO: 006**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Possibilidade de irregularidades na dispensa de servidores, com pagamento de diárias, para participação em programa de pós-graduação.

RECOMENDAÇÃO: 001

Realizar consulta junto ao Ministério da Educação ou junto à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, sobre a existência de amparo legal para as concessões objeto deste apontamento - pagamento de diárias e consequente liberação dos servidores para participarem uma vez por semana de programa de doutorado, assim como sobre as condições em que essas concessões teriam de ser realizadas, caso fossem permitidas.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

CONSTATAÇÃO: 013**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Registros em folhas de controle de ponto em desacordo com situação de trabalho evidenciada para o servidor; descumprimento de carga horária nos anos de 2008 e 2009.

RECOMENDAÇÃO: 001

Adotar mecanismo eficiente de controle de ponto e de compensação de horário para seus servidores.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 002

Apurar se houve dano ao erário decorrente do não cumprimento da carga horária pelo servidor de identificação única n.º 11036028 nos anos 2008 e 2009. Em caso positivo, buscar junto ao servidor o ressarcimento ao erário da quantia devida e apurar as responsabilidades pelo fato de o descumprimento da carga horária do servidor não ter sido apontada à época e os valores correspondentes, descontados em folha de pagamento.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

RECOMENDAÇÃO: 003

Elaborar normativo interno que regulamente a concessão de licença capacitação no âmbito da Entidade, de acordo com o Decreto n.º 5.707, de 23/02/2006 e com os princípios da razoabilidade, economicidade, conveniência e oportunidade, que regem a Administração Pública.

STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: Registrada

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O OCI ao qual o IFC está vinculado efetuou em 2012 acompanhamento da implementação de suas recomendações através da SA 201206115-01, em 2013 novo acompanhamento foi realizado por meio da SA 201313819/03, restando as recomendações elencadas abaixo como consideradas não atendidas. Novamente a gestão informou as ações que visam atender as recomendações e aguarda nova manifestação do OCI.

Número:	Solicitação de Auditoria	Data
201313819/03		13/09/2013

1. **Referência:** recomendação n.º 001 da constatação n.º 005 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto às atualizações no SPIUNET, a resposta do IFC (Camboriú) informou que, no final do mês de março do exercício corrente, tomaria posse um engenheiro, o qual auxiliaria na referida atualização do SPIUNET. Contudo, restam pendentes a comprovação de que o referido servidor já está em exercício e a efetivação do atendimento ao objeto da recomendação.

PEDIDO: Informar:

1.1 se ocorreu a posse do engenheiro, fornecendo cópia da portaria de nomeação e dos termos de posse e exercício, se for o caso;

Resposta: O servidor XXXXXXXX foi nomeado em 24/05/2013, tomou posse em 17/06/2013, conforme comprovação em anexo.

1.2 se já ocorreram as atualizações no SPIUNET. Neste caso, fornecer cópia do relatório atualizado.

Resposta: Ainda não ocorreram atualizações no SPIUNET, pois neste período o referido servidor esteve em treinamento junto ao setor de Engenharia da Reitoria do IFC. O mesmo, atualmente, vem desenvolvendo as atividades de fiscalização da construção do novo refeitório (Processo Licitatório na modalidade Concorrência 001/2012 n.º 23350.000529/2012-09) e do novo bloco de salas de aula (Processo Licitatório na modalidade Concorrência 002/2012 n.º 23350.000530/2012-25), obras em andamento, bem como na elaboração do Processo Licitatório para pavimentação do acesso do projeto Cão Guia à área central do Câmpus (Tomada de Preços 001/2013 n.º 23350.000536/2013-83), o qual será licitado ainda este ano, e na elaboração dos projetos referentes a reforma a ser realizada no Alojamento dos alunos internos do Câmpus e reforma do Ginásio de Esportes. O Câmpus solicitou auxílio ao setor de Engenharia da Reitoria (conforme consta na última resposta),

mas não obteve êxito. Uma vez que, para a unificação da área de nosso câmpus e avaliação dos imóveis, que possui 220 escrituras e 14 números de matrículas (antigas) e não localizamos os prédios antigos em nenhum registro, requer um grande volume de recursos financeiros, a Coordenação de Obras do IFC – Câmpus Camboriú irá realizar o planejamento das ações que acarretarão a atualização do SPIUNET de maneira gradual para que sejam contempladas no orçamento de cada ano.

2 Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 009 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à elaboração de manual para uso do SIASG, a resposta IFC (Reitoria/PROAD) informou que a conclusão ocorreria no final do mês de março do exercício corrente. Na S.A., solicitaremos à unidade informar se já houve conclusão do referido manual para o SIASG. Neste caso, fornecer cópia do documento constituído. Contudo, resta pendente a comprovação de que o referido documento tenha sido constituído para efetivação do atendimento ao objeto da recomendação.

PEDIDO: Informar:

2.1 se já houve conclusão do referido manual para o SIASG, prevista para o final do mês de março do exercício corrente. Neste caso, fornecer cópia do documento constituído.

Resposta: Informamos que houve de nossa parte um engano quando se falou da elaboração do manual do SIASG, na verdade este manual já existe e encontra-se disponível no site oficial www.comprasnet.gov.br, sendo que o chamado manual SIASG subdivide-se em diversos manuais específicos como: Siconv, Sicon, Sidec, Sisme, entre outros. Quando nos referimos a elaboração do SIASG, estávamos fazendo referência a preparação de um servidor para trabalhar neste sistema (SIASG) nas áreas que a Instituição utiliza. Os manuais que elaboramos e já enviados em nossa resposta anterior, foram os de: Fiscal de Contratos e Gestão de Contratos. **(ANEXO II)**

3. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 017 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao questionado instrumento legal (termo de convênio ou de parceria técnica) entre o IFC e a COOPERCAC, a resposta do IFC (Camboriú) informou que a comissão foi designada em 05/02/2013, visando elaborar um termo de convênio padrão para cooperativas-escola. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização do respectivo instrumento legal entre o IFC e a COOPERCAC.

PEDIDO: Informar:

3.1 se já houve conclusão do referido termo de convênio padrão para cooperativas-escola (comissão designada em 05/02/2013). Neste caso, fornecer cópia do documento constituído;

Resposta Reitoria: 3.1 A referida comissão concluiu em 03/10/2013 o termo de convênio padrão para as cooperativas-escola. Segue em anexo o termo com o devido parecer da Procuradoria Federal **(ANEXO III)**

3.2 se já foi firmado o novo instrumento legal (convênio ou cooperação-técnica) entre o IFC e a COOPERCAC, fornecendo cópia, se for o caso.

Respostas Reitoria: 3.2: Ainda não foi firmado o termo do convênio, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. No entanto, o Câmpus Camboriú informou por meio do ofício nº 113/2013, que as atividades da Cooperativa estão paralisadas desde Janeiro de 2013, sendo dado início ao processo de liquidação da mesma. **(ANEXO IV)**

Desde, Janeiro de 2013 todo o recolhimento relativo a comercialização dos excedentes da produção do Câmpus, vem sendo recolhida a fonte 0250.

4. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 018 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à questionada cessão onerosa (ou locação) de espaço físico à COOPERCAC, a resposta do IFC (Camboriú) diverge daquilo que foi recomendado, visto que, segundo o Parecer n.º 579/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU, referente ao Processo 23350.000357/2011-84, a orientação foi no sentido de realizar os ajustes indicados para o caso específico (o art.7º do D. 2.548, de 15/04/1998, trata do uso e guarda de bens). Assim, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Informar:

4.1 se o novo instrumento (convênio ou cooperação-técnica), caso já tenha sido firmado, prevê a utilização gratuita ou onerosa de espaço físico do IFC, fornecendo cópia, se for o caso (incluindo documento de cessão ou locação, se houver).

Resposta Reitoria: 4.1 Ainda não foi firmado o termo do convênio, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013.

Porém, consta no termo de convênio padrão cláusula que prevê a cessão onerosa:

Cláusula Segunda – Da Cooperação entre as Partes – 2. Ao Instituto compete:

e) Fomentar as condições necessárias à consecução das atividades previstas no presente convênio e seus anexos como Projeto pedagógico e Plano de Trabalho, através de Termo de Cessão de Uso pelo prazo necessário à elaboração e execução dos projetos pedagógicos. O Termo de Cessão de Uso será constituído por cessão onerosa a COOPERATIVA, cujos valores serão atribuídos de acordo com as normas legais.

5. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 019 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto às necessárias adaptações do estatuto da COOPERCAC à Portaria n.º 4.033/2005 do MEC, a resposta do IFC (Camboriú) informou que foi designada nova comissão para estudos, por insuficiência do relatório anterior. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização das respectivas adaptações estatutárias da COOPERCAC.

PEDIDO: Informar:

5.1 se a nova comissão já concluiu seus trabalhos nesse sentido, fornecendo cópia do novo relatório, se for o caso;

Resposta Reitoria: 5.1- A referida comissão concluiu os trabalhos em 03/10/2013. Segue em anexo o termo padrão com o devido parecer da Procuradoria Federal. **(ANEXO III)**

5.2 se já ocorreram as necessárias adaptações no estatuto da COOPERCAC, fornecendo cópia, se for o caso;

Resposta Reitoria: 5.2 – Ainda não ocorreram as alterações no Estatuto de forma efetiva, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. Cabe informar que o Câmpus Camboriú está em processo de liquidação da sua cooperativa (COOPERCAC).

5.3 caso ainda não tenha ainda sido alterado o estatuto da COOPERCAC, com a necessária adaptação à Portaria n.º 4.033/2005 do MEC, iniciar procedimentos para a identificação de potenciais entidades (devidamente habilitadas) interessadas em atuar no ramo ora compartilhado com aquela cooperativa.

Resposta Reitoria: 5.3 Ainda não ocorreram as alterações no Estatuto de forma efetiva, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. Cabe informar que o Câmpus Camboriú está em processo de liquidação da sua cooperativa (COOPERCAC).

6. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 020 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao alinhamento da atuação da cooperativa-escola COOPERCAC, de forma a não ocorrer desvios de finalidade, a resposta do IFC (Camboriú) informou que a entidade apenas “comercializa o excedente de produção oriunda das Unidades Educativas, com recolhimento na fonte 250 – Fonte de Recursos Próprios”. Acrescentou, novamente, que houve a emissão do Parecer n.º 579/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU e foi designada nova comissão para estudos, por insuficiência do relatório anterior. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização das respectivas adaptações estatutárias da COOPERCAC.

PEDIDO: Informar:

6.1 idem 5.1 a 5.3 (idem ao exposto nos subitens 5.1 a 5.3 da constatação 19 do mesmo relatório).

Resposta Reitoria: 6.1 (idem resposta 5.1 a 5.3)

5.1 – Se a nova comissão já concluiu seus trabalhos nesse sentido, fornecendo cópia do novo relatório, se for o caso;

Resposta Reitoria: 5.1 – A referida comissão concluiu os trabalhos em 03/10/2013. Segue em anexo o termo com o devido parecer da Procuradoria Federal. **(ANEXO III)**

5.2 se já ocorreram as necessárias adaptações no estatuto da COOPERCAC, fornecendo cópia, se for o caso;

Resposta Reitoria: 5.2 – Ainda não ocorreram as alterações no Estatuto de forma efetiva, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. Cabe informar que o Câmpus Camboriú está em processo de liquidação da sua cooperativa (COOPERCAC).

5.3 caso ainda não tenha ainda sido alterado o estatuto da COOPERCAC, com a necessária adaptação à Portaria n.º 4.033/2005 do MEC, iniciar procedimentos para a identificação de potenciais entidades (devidamente habilitadas) interessadas em atuar no ramo ora compartilhado com aquela cooperativa.

Resposta Reitoria: 5.3 Ainda não ocorreram as alterações no Estatuto de forma efetiva, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. Cabe informar que o Câmpus Camboriú está em processo de liquidação da sua cooperativa (COOPERCAC).

7. Referência: recomendação n.º 002 da constatação n.º 020 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto á licitação para exploração comercial pela COOPERCAC, a resposta do IFC (Camboriú) também informou que houve a emissão do Parecer n.º 579/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU e foi designada nova comissão para estudos, por insuficiência do relatório anterior. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização do respectivo instrumento legal entre o IFC e a COOPERCAC.

PEDIDO: Informar:

7.1 idem 5.1 a 5.3 (idem ao exposto nos subitens 5.1 a 5.3 da constatação 19 do mesmo relatório).

Resposta Reitoria: 7.1 (idem resposta 5.1 a 5.3)

5.1 – Se a nova comissão já concluiu seus trabalhos nesse sentido, fornecendo cópia do novo relatório, se for o caso;

Resposta Reitoria: 5.1 – A referida comissão concluiu os trabalhos em 03/10/2013. Segue em anexo o termo com o devido parecer da Procuradoria Federal. **(ANEXO III)**

5.2 se já ocorreram as necessárias adaptações no estatuto da COOPERCAC, fornecendo cópia, se for o caso;

Resposta Reitoria: 5.2 – Ainda não ocorreram as alterações no Estatuto de forma efetiva, pois o

termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. Cabe informar que o Câmpus Camboriú está em processo de liquidação da sua cooperativa (COOPERCAC).

5.3 caso ainda não tenha ainda sido alterado o estatuto da COOPERCAC, com a necessária adaptação à Portaria n.º 4.033/2005 do MEC, iniciar procedimentos para a identificação de potenciais entidades (devidamente habilitadas) interessadas em atuar no ramo ora compartilhado com aquela cooperativa.

Resposta Reitoria: 5.3 Ainda não ocorreram as alterações no Estatuto de forma efetiva, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. Cabe informar que o Câmpus Camboriú está em processo de liquidação da sua cooperativa (COOPERCAC).

8. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 025 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à necessidade de passar a formalizar a participação da COOPERCAC na formação dos alunos do IFC – Câmpus Camboriú, comprovando o objetivo precipuamente educativo que deve nortear a Cooperativa, a resposta do IFC (Camboriú) também informou que houve a emissão do Parecer n.º 579/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU e foi designada nova comissão para estudos, por insuficiência do relatório anterior. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização do respectivo instrumento legal entre o IFC e a COOPERCAC. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização do respectivo instrumento legal entre o IFC e a COOPERCAC.

PEDIDO: Informar:

8.1 se já houve conclusão do referido termo de convênio padrão. Neste caso, fornecer cópia do documento constituído (idem ao expresso no subitem 3.1 da constatação 17 deste mesmo relatório);

Resposta Reitoria: 8.1 A referida comissão concluiu em 03/10/2013 o termo de convênio padrão para as cooperativas-escola. Segue em anexo o termo com o devido parecer da Procuradoria Federal (ANEXO III)

8.2 se já foi firmado o instrumento legal (convênio ou cooperação técnica) entre o IFC e a COOPERCAC, fornecendo cópia, se for o caso (idem ao expresso no subitem 3.2 da constatação 17 deste mesmo relatório).

Resposta: Idem 3.2

Respostas Reitoria: 3.2 – Ainda não foi firmado o termo do convênio, pois o termo padrão foi encaminhado ao Câmpus em 16/10/2013, para assinatura, sendo dado prazo final para adequação até o dia 31/12/2013. No entanto, o Câmpus Camboriú informou por meio do ofício n.º 113/2013, que as atividades da Cooperativa estão paralisadas desde Janeiro de 2013, sendo dado início ao processo de liquidação da mesma. (ANEXO IV)

Desde, Janeiro de 2013 todo o recolhimento relativo a comercialização dos excedentes da produção do Câmpus, vem sendo recolhida a fonte 0250.

9. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 026 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao questionado instrumento legal (termo de convênio ou de parceria técnica) entre o IFC e a CONCASGO, a resposta do IFC (Reitoria) informou que a comissão foi designada em 05/02/2013, visando elaborar um termo de convênio padrão para cooperativas-escola. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização do respectivo instrumento legal entre o IFC e a CONCASGO.

PEDIDO: Informar:

9.1 se já houve conclusão do referido termo de convênio padrão (ou termo de cooperação técnica, se

for o caso). Neste caso, fornecer cópia do documento constituído (equivalente ao expreso no subitem 3.1 da constatação 17 deste mesmo relatório, mas com outra entidade);

Resposta Reitoria: 9.1 A referida comissão concluiu em 03/10/2013 o termo de convênio padrão para as cooperativas-escola. Segue em anexo o termo com o devido parecer da Procuradoria Federal. (ANEXO III)

9.2 se já foi firmado o instrumento legal (convênio ou cooperação técnica) entre o IFC e a CONCASGO, fornecendo cópia, se for o caso (equivalente ao expreso no subitem 3.2 da constatação 17 deste mesmo relatório, mas com outra entidade).

Resposta Reitoria: Já foi firmado o termo padrão de convênio pela COOPERCASGO. Sendo dado prazo para adequação até dia 31/12/2013. (ANEXO V)

10. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 028 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto às necessárias adaptações do estatuto da CONCASGO à Portaria n.º 4.033/2005 do MEC, a resposta da IFC (Reitoria) informou que foi designada nova comissão para estudos, por insuficiência do relatório anterior. Assim, estando ainda pendente a solução, cabe reiterar a recomendação para seu cumprimento pleno, a ser materializado por meio da formalização da respectiva adaptações estatutárias da CONCASGO.

PEDIDO: Informar:

10.1 se a nova comissão já concluiu seus trabalhos nesse sentido, fornecendo cópia do novo relatório, se for o caso;

Resposta Reitoria: 10.1 A referida comissão concluiu os trabalhos em 03/10/2013. Segue em anexo o termo com o devido parecer da Procuradoria Federal. (ANEXO III)

10.2 se já ocorreram as necessárias adaptações no estatuto da CONCASGO, fornecendo cópia, se for o caso;

Resposta Reitoria: 10.2 – Já em 2011, a COPERGASCO realizou algumas alterações em seu estatuto para atendimento da portaria 4033/MEC, sendo necessário com a elaboração do novo termo de convênio agora em 2013, uma reavaliação e caso necessário a devida adequação. O novo termo padrão foi assinado em 15/10/2013, sendo dado prazo para adequação até o dia 31/12/2013. (ANEXO VI)

10.3 caso ainda não tenha ainda sido alterado o estatuto da CONCASGO, com a necessária adaptação à Portaria n.º 4.033/2005 do MEC, iniciar procedimentos para a identificação de potenciais entidades (devidamente habilitadas) interessadas em atuar no ramo ora compartilhado com aquela cooperativa.

Resposta Reitoria: 10.3 – Já em 2011, a COPERGASCO realizou algumas alterações em seu estatuto para atendimento da portaria 4033/MEC, sendo necessário com a elaboração do novo termo de convênio agora em 2013, uma reavaliação e caso necessário a devida adequação. O novo termo padrão foi assinado em 15/10/2013, sendo dado prazo para adequação até o dia 31/12/2013. (ANEXO VI)

11. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 058 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à elaboração do PETI integrado, foi informado que “O IFC através da Resolução n.º 047-CONSUPER/2012 (ANEXO IV) aprovou o Plano Diretor de Informação (ANEXO V)”. Contudo, apesar da elaboração do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação, de abordagem tática) restaria pendente o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI (de abordagem estratégica).

Tais fatos são preocupantes, dada a materialidade dos empenhos realizados para as áreas de TI (cerca de R\$ 2.776.210,48 incluindo materiais e equipamentos de informática) – considerados conjuntamente os empenhos de procedimentos licitatórios e de Registros de Preços. A criticidade de

aquisições assíncronas de materiais e equipamentos de informática é acentuada tanto pela falta do PETI quanto pela seguinte informação: “São muitas as dificuldades, primeiro porque o PDI [Plano de Desenvolvimento Institucional] está desatualizado para o contexto atual e segundo porque a estrutura da TI é descentralizada” [Considerações Finais da Minuta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2012-2013, p. 29].

Destacamos que, segundo o posicionamento da SISP do MPOG, a relação entre o PDTI e o PETI: “O modelo de PDTI proposto pela SLTI abrange, além do conteúdo tático característico desse tipo de documento, alguns elementos estratégicos, os quais seriam constantes de um PETI. Essa ampliação de escopo foi necessária, pois diagnosticou-se que grande parte dos órgãos integrantes do SISP não possuíam a maturidade necessária em planejamento para utilizar esses dois instrumentos. Dessa forma, o modelo de PDTI proposto pela SLTI aborda elementos como missão, visão, valores e análise SWOT, tipicamente estratégicos, e também prevê projetos e ações necessários para o alcance dos objetivos da organização, o que é essencialmente tático.

Portanto, ao utilizar o modelo proposto pela SLTI supre-se, em parte, a lacuna existente pela ausência de um PETI. Porém, não há impedimentos para que a organização, a medida em que aprimore suas práticas de planejamento, comece a utilizar instrumentos distintos – PETI e PDTI – para aprofundar e aperfeiçoar a gestão da TI.

Ressalta-se ainda que um elemento chave para o PDTI (e PETI) é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico e as estratégias de negócio da organização, os quais são mais comumente explicitados por meio do Planejamento Estratégico Institucional – PEI. Essa integração é que habilita a TI a apoiar as estratégias organizacionais mais efetivamente, permitindo que a TI formule suas estratégias, organize seus processos e, conseqüentemente, determine os investimentos e recursos humanos em TI, orientados, sempre, pela estratégia de negócios”

[...] À medida em que um órgão aprimore suas práticas de planejamento, poderá utilizar instrumentos distintos – PETI e PDTI. O elemento chave para o PDTI (e PETI) é seu alinhamento com o planejamento estratégico e às estratégias de negócio da organização, comumente explicitados pelo Planejamento Estratégico Institucional - PEI. Isso habilita a TI a apoiar as estratégias organizacionais, permitindo que a TI formule estratégias, organize processos e, conseqüentemente, determine os investimentos e recursos humanos em TI, orientados, sempre, pela estratégia de negócio. Clique aqui para acessar a ilustração.”

[Fonte: http://www.sisp.gov.br/faq_governancati/one-faq?faq_id=13941590#13942011 – consulta em 12/09/2013].

Desse modo, somente se o PDTI contemplasse os aspectos estratégicos de planejamento de TI (além de sua abordagem tática), seria razoável sua utilização temporária para suprir, mesmo que parcialmente, a lacuna decorrente da ausência de um PETI.

O PDTI é obrigatório, segundo a IN/SLTI 04/2010, art. 4º: “[...] as contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade”. Nesse sentido, há Acórdãos do Tribunal de Contas da União-TCU sobre essa obrigatoriedade: “[...] a licitação deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor de informática [...]” (vide Acórdãos TCU: Ac. 1521/2003-Plenário; Ac. 1558/2003-Plenário; Ac. 2094/2004-Plenário; Ac. 117/2006- Plenário; 304/2006-Plenário, dentre outros).

Temos ciência do histórico da criação do IFC há cerca de 5 anos (A Reitoria criada em Blumenau, com a junção de 3 Escolas Agrotécnicas Federais, situadas em Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e 2 Colégios Agrícolas antes vinculados à UFSC, situados em Araquari e Camboriú). Isso demonstra algumas dificuldades iniciais e necessidades de ajustes e alinhamentos administrativos. No entanto, considerada a importância e magnitude dos Institutos Federais - demonstrada pela crescente estrutura institucional ocorrida nos últimos anos - a condução uníssona, integrada e consolidada do tratamento da Tecnologia da Informação é fundamental para o fortalecimento do IFC, bem como para otimizar a aplicação dos recursos tecnológicos e evitar desperdícios, observando a intercambiabilidade de equipamentos, possibilidades de aquisições conjuntas de hardware e

software, dentre outros (economicidade).

Dessa maneira, é essencial que esse instituto desenvolva e implemente o conteúdo material relacionado ao planejamento estratégico de TI, sob riscos de geração de prejuízos estruturantes, operacionais, com possíveis reflexos financeiros.

PEDIDO: Informar:

11.1 em que fase se encontra a elaboração do PETI integrado;

Resposta: Para elaboração do PETI estamos aguardando a conclusão do Planejamento Estratégico Institucional e reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional.

11.2 caso já esteja concluído, fornecer cópia do documento elaborado;

Resposta: atendimento prejudicado, pois para elaboração do PETI estamos aguardando a conclusão do Planejamento Estratégico Institucional e reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional.

11.3 Caso ainda não haja PETI, detalhar as providências adotadas no sentido de minimizar os riscos de aquisições inadequadas ou ineficientes, quando analisado o IFC como um todo (integrado).

Resposta: Temos buscado executar ações conjuntas de contratações de Tecnologia da Informação. Nestas ações conjuntas, a fase de planejamento das contratações que compete à TI é dirigida por grupos de trabalho de especialistas que definem melhor os termos referenciais dos bens e serviços. A ação de compra conjunta tem possibilitado minimizar os riscos de aquisições inadequadas ou ineficientes.

12. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 062 do Relatório RA 201108759

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto aos acordos de níveis de serviço nos contratos celebrados entre o IFC e seus fornecedores, informar:

PEDIDO: Informar:

12.1 se já houve conclusão da capacitação dos servidores envolvidos;

Resposta: Ainda não concluímos a capacitação dos servidores envolvidos nos processos que exigem este tipo de conhecimento, acreditamos que ainda este ano consigamos iniciar um ciclo de capacitação interna, com término em 2014, de modo a atender esta demanda.

12.2 se já está sendo implementada a previsão de acordos de níveis de serviço nos contratos recentes. Neste caso, fornecer cópia dos 3 últimos contratos celebrados.

Resposta: Não temos nenhum contrato de Solução de TI com este tipo de exigência.

13 a 25. Referência: Licitações e contratações de obras de engenharia (vide detalhamento ao final deste item).

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Na análise das recomendações relacionadas a procedimentos licitatórios e contratos envolvendo obras de engenharia, as manifestações dessa unidade auditada foram no sentido de que os casos apontados anteriormente referem-se a processos já concluídos, onde o posicionamento do gestor é voltado a corrigir os problemas apontados (tais como a necessidade de elaboração prévia do projeto básico; de detalhamento da composição do BDI nas propostas; indicação dos preços unitários em cumprimento à LDO e ao Acórdão TCU N.º 1.755/2004), com a diligência necessária para que as novas contratações do gênero obedeçam à legislação vigente (pois até 25/02/2013 não teria havido contratações do tipo).

Preliminarmente, verificamos a existência de procedimentos licitatórios concluídos em 2013 para obras de engenharia, mediante exame de relação obtida na obtidos na DW – data warehouse - do SIASG, por extração em 28/08/2013. Identificamos apenas o seguinte caso, com Edital de 20/02/2013: “Processo Compra n.º 23353000557201298 - Valor Empenhado de R\$ 686.104,52 - Objeto: Contratação de empresa especializada para ampliação e reforma de refeitório e cozinha - área total 879,84m. Neste caso, pode ser exclusivamente em meio digital. Mediante Tomada de Preços” (TP 03/2012). Portanto, anterior a 25/02/2013 e não incluso nos novos casos. Outros casos de serviços de engenharia identificados envolviam a contratação de elaboração projetos e

sondagens.

Considerando que a solução se dará em casos futuros, devendo ser acompanhada a efetiva implementação, deverá ser documentada a comprovação desse atendimento às recomendações, de forma que os referidos cuidados passem a incorporar as práticas administrativas e procedimentais correspondentes.

PEDIDO: Para tanto, solicitamos, para os 3 primeiros novos casos de obras de engenharia, fornecer cópias (nesta situação específica, pode ser apenas em meio digitalizado):

13.1 do instrumento de edital assinado e publicado;

13.2 das propostas com detalhamento da composição do BDI e com indicação dos preços unitários;

13.3 do contrato assinado e publicado;

13.4 da portaria de designação formal do fiscal para acompanhamento tempestivo das obras contratadas pelo IFC, nos termos do artigo 67 da Lei de Licitações;

13.5 dos respectivos termos aditivos contratuais, se for o caso.

Esses documentos servirão para avaliarmos as seguintes recomendações:

13	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241443
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de projeto básico.

14	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241516
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de detalhamento da composição do BDI nas propostas de licitações para obras de engenharia.

15	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241516
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de cumprimento da LDO no tocante aos preços unitários.

16	Referência: recomendação n.º	002	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241516
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de cumprimento do Acórdão TCU N.º 1.755/2004 no tocante aos preços unitários.

17	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241517
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de detalhamento da composição do BDI nas propostas de licitações para obras de engenharia.

18	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	004	do Relatório RA	241517
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de cumprimento da LDO no tocante aos preços unitários.

19	Referência: recomendação n.º	002	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241516
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de cumprimento do Acórdão TCU N.º 1.755/2004 no tocante aos preços unitários nos termos aditivos de contratos.

20	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241518
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de detalhamento da composição do BDI nas propostas de licitações para obras de engenharia.

21	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241518
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de cumprimento da LDO no tocante aos preços unitários nas licitações para obras de

engenharia.

22	Referência: recomendação n.º	002	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241518
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de cumprimento do Acórdão TCU N.º 1.755/2004 no tocante aos preços unitários nos termos aditivos de contratos.

23	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241519
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de elaboração de planilhas de quantitativos de novas obras ou serviços de engenharia, com decomposição de todos os serviços, de forma que seja possível expressar a composição dos custos unitários.

24	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241519
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de detalhamento da composição do BDI nas propostas de licitações para obras de engenharia.

25	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241594
----	-------------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: falta de portaria de designação formal do fiscal para acompanhamento tempestivo das obras contratadas pelo IFC, nos termos do artigo 67 da Lei de Licitações (obras com atraso e celebração de termo aditivo quando o Contrato já estava expirado) [Nesse caso, a resposta do IFC (Sombrio) informou que "Foram realizadas nomeações através de portarias designando formalmente fiscal para acompanhamento tempestivo das obras realizadas pelo IFC, sendo que entre os fiscais nomeados pelo menos um deve ser profissional da área das engenharias ou arquitetura, conforme o Memorando n.º 92/2012-ENG/PRODIN/REITORIA/IFC", acrescentando que irá se manter "vigilante ao cumprimento da legislação"].

Resposta – as informações abaixo constam do **ANEXO VII** e são para atendimento aos itens 13.1 ao 13.5. Foram tiradas no dia 25/09/2013 do SIMEC e dos referidos processos, pelo setor de engenharia do IFC, considerando a ordem de lançamento no sistema a partir do dia 25/02/2013.

1. Implantação Câmpus São Bento do Sul.

1. Dados: SIMEC ID 23602; Processo 23348.000443/2013-06; Concorrência 001/2013.
2. Situação: Uma das licitantes entrou com pedido de mandado de segurança na 2ª Vara Cível de Blumenau (5009944-51.2013.404.7205) contra a decisão da Comissão de licitação de desqualificá-la.
3. Documentos: Edital assinado publicado; Proposta vencedora com composição do BDI. Demais documentos solicitados ainda não foram produzidos.

2. Construção de novo bloco de salas de aula IFC Câmpus Araquari.

1. Dados: SIMEC ID 32796; Processo 23349.000515/2013-05; Concorrência 001/2013.
2. Situação: Edital de contratação de empresa para construção publicado dia 20 de setembro de 2013.
3. Documentos: Edital assinado publicado. Demais documentos solicitados ainda não foram produzidos.

3. Acesso do Projeto "Cães Guia" à área central do IFC Camboriú.

1. Dados: SIMEC ID 33070; Processo 23350.000536/2013-83; Tomada de Preço 001/2013.
2. Situação: Projetos finalizados e processo sob análise jurídica.
3. Documentos: Ainda não foram produzidos os documentos solicitados.

4. Ampliação e reforma de refeitório e cozinha (Câmpus Rio do Sul).
 1. Dados: SIMEC ID 32340; Processo 23353.000557/2012-98; Tomada de Preços 003/2012.
 2. Situação: Em execução com 22,25% concluído.
 3. Documentos: Edital assinado publicado; Proposta vencedora com composição do BDI; Contrato Assinado; Portaria de fiscalização.

5. Reforma e adaptação de salas de aula em laboratório de química (Câmpus Araquari)
 1. Dados: SIMEC ID 34255; Processo 23349.000479/2013-71; Carta Convite 001/2013.
 2. Situação: Licitação aberta dia 16/09/13
 3. Documentos: Edital assinado publicado. Demais documentos solicitados ainda não foram produzidos.

26 a 29 Referência: Inconsistências nos registros de dados no SIMEC (vide detalhamento ao final deste item).

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à inconsistência nos registros de dados no SIMEC, a resposta do IFC (Sombrio) informou que foram capacitados servidores nas suas várias unidades e designados formalmente para realizarem tal tarefa. Informou, ainda, que foi capacitado servidor do cargo de engenheiro lotado no Câmpus de Sombrio, hoje responsável pelos registros de dados no Sistema SIMEC (apresentou demonstrativo anterior a 25/02/2013). Adicionalmente, não restariam obras em aberto no SIMEC (anexo IV).

Além disso, a obra da Tomada de Preços n.º 02/2009 teria sido concluída em 03/09/2010 (recebimento definitivo).

Com referência à obra da Tomada de Preços n.º 03/2009, teria sido concluída em 01/07/2011 (recebimento definitivo). Essa obra teve constatada, anteriormente, ausência de Termo de Recebimento provisório ou definitivo para a obra e à atuação do atual engenheiro responsável, o que já teria sido superado.

No tocante à obra da Tomada de Preços n.º 02/2010 teria sido concluída em 05/12/2011 (recebimento definitivo) e até 25/02/2013 não teria havido novas contratações do gênero, bem como que irá se manter "vigilante ao cumprimento da legislação".

Ademais, até 25/02/2013 não teriam havido novas contratações do gênero, bem como que irá se manter "vigilante ao cumprimento da legislação".

PEDIDO: Fornecer:

26.1 cópias das Portarias de Fiscalização e do relatório dos registros no SIMEC para os 3 últimos contratos, se houver.

Esses documentos servirão para avaliarmos as seguintes recomendações:

26	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241594
----	------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: Inconsistências nos registros de dados no SIMEC.

27	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	003	do Relatório RA	241595
----	------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: Inconsistências nos registros de dados no SIMEC.

28	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	004	do Relatório RA	241595
----	------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: Ausência de Termo de Recebimento provisório ou definitivo para a obra.

29	Referência: recomendação n.º	001	da constatação n.º	002	do Relatório RA	241596
----	------------------------------	-----	--------------------	-----	-----------------	--------

Tema: Inconsistências nos registros de dados no SIMEC.

Resposta – as informações abaixo constam do **ANEXO VII** e são para atendimento ao item 26.1. Foram tiradas no dia 25/09/2013 do SIMEC e dos referidos processos, pelo setor de engenharia do IFC, considerando a ordem de lançamento no sistema a partir do dia 25/02/2013.

1. Ampliação e reforma de refeitório e cozinha (Câmpus Rio do Sul).

1.1. Dados: SIMEC ID 32340; Processo 23353.000557/2012-98; Tomada de Preços 003/2012.

1.2. Documentos: Portaria de fiscalização; Relatório do SIMEC.

2. Implantação Câmpus São Francisco do Sul.

2.1. Dados: SIMEC ID 23854; Processo 23348.001006/2012-11; Concorrência 001/2012.

2.2. Documentos: Portaria de fiscalização; Relatório do SIMEC.

3. Implantação Câmpus Brusque.

3.1. Dados: SIMEC ID 23603; Processo 23348001007/2012-65; Concorrência 002/2012.

3.2. Documentos: Portaria de fiscalização; Relatório do SIMEC.

30. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 048 do Relatório RA 243994

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto às restrições à competitividade na aquisição do edifício sede da Reitoria do Instituto Federal Catarinense, as justificativas são julgadas procedentes, especialmente pelo contexto do mercado imobiliário de Blumenau à época da aquisição (com baixa disponibilidade de imóveis compatíveis), pelo valor pago ter sido o de avaliação da Caixa Econômica Federal (valor de mercado), bem como pelo objetivo de sediar o IFC em Blumenau ter sido o de justamente apoiar a reestruturação e retomada do desenvolvimento do município afligido pelos danos decorrentes das chuvas intensas. Apesar disso, o IFC deverá manter-se vigilante para não ocorrer nova aquisição de imóvel mediante dispensa de licitação se suficiente e comprovada justificativa.

PEDIDO: Não há pedido, pois a justificativa foi aceita para as especificidades do caso.

31. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 049 do Relatório RA 243994

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao prédio-sede adquirido com empresa privada locatária instalada no segundo piso, a resposta do IFC informou que está em trâmite o processo judicial n.º 5013528-63.2012.404.7205 refere-se a locação e indenização por dano material entre outros, de autoria do IFC. Portanto, a questão está "sub judice".

PEDIDO:

31.1 comunicar-nos quando ocorrer decisão judicial com trânsito em julgado, encaminhando cópia da sentença definitiva.

Resposta: Segue cópia da última movimentação, sendo que o referido processo encontra-se na fase de instrução de provas. (**ANEXO VIII**)

32. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 008 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à garantia do adequado armazenamento do estoque de alimentos da lanchonete (dentro outras falhas), a resposta do IFC informou que foi realizada nova licitação (contrato de concessão de uso), resultando na mudança da empresa locatária daquele espaço físico. Além disso, aquela unidade do IFC também teria investido em nova edificação com local adequado para o armazenamento de produtos da cantina. Houve comprovação por meio dos anexos "IV" e "V". Portanto, a recomendação foi atendida.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação demonstrou o atendimento.

33. Referência: recomendação n.º 002 da constatação n.º 008 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao possível desvio de finalidade na utilização do espaço cedido para funcionamento da lanchonete/cantina, a resposta do IFC informou que o “espaço em que a cantina se encontra instalada é utilizado exclusivamente para a finalidade pela qual foi concedido”. Além disso, como já mencionado anteriormente, ocorreu novo contrato de concessão de uso, com mudança da empresa responsável pela lanchonete/cantina. Houve comprovação por meio dos anexos “IV” e “V”. Portanto, a recomendação foi atendida.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação demonstrou o atendimento.

34. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 010 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao questionamento sobre certificação pela entidade de cursos pagos ministrados pelo SENAC, a resposta do IFC informou que “a parceria firmada entre a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, atual IFC Câmpus Concórdia, encerrou no primeiro semestre de 2010. Ademais, informamos que sobre essa questão o Ministério Público Federal instaurou Inquérito Civil público, sob no 1.33.010.000038/2009 – 11 [...]”, para o qual ocorreu o arquivamento do referido inquérito, após as averiguações devidas. Houve comprovação por meio dos anexos “VI” e “VII”. Portanto, houve atendimento à recomendação.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação demonstrou o atendimento.

35. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 012 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao cumprimento de atividades práticas que não teriam relação com o currículo escolar e aulas práticas sem condições adequadas de segurança física – insuficiência de fornecimento de equipamento de segurança e atividades físicas incompatíveis com a capacidade dos alunos, a resposta do IFC informou que: “[...] os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio contemplam disciplinas onde o trabalho é o princípio formativo [...] o objetivo primeiro dessas Unidades Educativas e de Produção é o de criar situações de aprendizagem [...] além do conhecimento técnico adquirido, também são gerados excedentes que são destinados ao consumo dos próprios alunos [...] o desenvolvimento de todas essas atividades também demandam [...] atividades práticas de manutenção como capina do canteiro em questão. Entendemos que estas atividades, na forma e medida que são realizadas em nossa instituição, em nada trazem prejuízos para os alunos”.

PEDIDO: Não há pedido, pois a justificativa foi aceita para as especificidades do caso. Contudo, destacamos a necessidade dos gestores, cientes dessas constatações e recomendações, manterem-se vigilantes ao cumprimento da legislação concernente à segurança física e às vedações de atividades para os alunos.

36. Referência: recomendação n.º 002 da constatação n.º 012 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à exigência de disponibilizar EPIs para os alunos e que as atividades respeitem os limites das condições físicas dos alunos, a resposta do IFC informou que: “[...] É prática deste Câmpus exigir o uso de EPIs sempre que os alunos, em função das atividades de Práticas Orientadas, desenvolverem atividades que requeiram tais equipamentos. Ressalta-se também que para a realização do trabalho de campo e de apoio à moradia e refeitório a Instituição conta com servidores efetivos e contratados (terceirizados) [...]”. Houve comprovação por meio dos anexos “VIII” e “IX”. Portanto, mesmo afirmando ser prática normal daquela unidade, houve concordância no sentido realizar ações e cuidados consonantes ao atendimento à recomendação.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento, considerada a observação anterior no sentido dos gestores manterem-se vigilantes na disponibilização e exigência da efetiva utilização de EPIs.

37. Referência: recomendação n.º 003 da constatação n.º 012 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à necessidade de apurar responsabilidades pelo fato de os alunos terem executado atividades de recapeamento de rua da instituição em 1º/10/2010, a resposta do IFC informou que: “[...] Este Câmpus atenderá a recomendação”. Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO:

37.1 comunicar-nos quando ocorrer decisão final no processo de apuração de responsabilidades, encaminhando cópia dessa decisão.

Resposta: Informamos que a comissão de sindicância, designada pela Portaria n.º 141 CCON/IFC/2013, encerrou a apuração, concluindo pelo arquivamento do processo, conforme Relatório Final. Cabe informar que o referido processo, já passou pela análise e parecer jurídico da Procuradoria quanto a juridicidade das ações e deliberações tomadas. (**Anexo IX**)

38. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 014 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto à doação de bens sem entrega física dos itens aos beneficiários; materiais retirados por terceiro – impossibilidade de conclusão acerca dos bens retirados, a resposta do IFC informou que: “[...] O sistema está fase de desenvolvimento, conforme solicitação ao Setor de Processamento de Dados, em anexo X”. Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Informar:

38.1 se já houve conclusão do desenvolvimento do referido sistema e sua implantação (entrega física dos itens aos beneficiários de doação de bens). Caso contrário, informar a data prevista para sua concretização.

Resposta: O sistema está sendo desenvolvido pelo Setor de Processamento de Dados do IFC – Câmpus Concórdia. A previsão é de que ainda em novembro de 2013 o novo sistema poderá ser disponibilizado para que os testes de utilização sejam iniciados.

39. Referência: recomendação n.º 002 da constatação n.º 014 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao aprimoramento dos procedimentos de desfazimento de bens – principalmente Decreto n.º 99.658/90 – com comunicação à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a existência de itens de informática e mobiliários para desfazimento (artigo 5º), e em relação à necessidade de justificar a doação em detrimento de outras formas de alienação, assim como em relação às entidades que podem ser beneficiárias de doações advindas da Administração Pública Federal (artigo 15), a resposta do IFC informou que: “[...] Nos processos de baixa vindouros será observado o disposto na legislação, sobretudo no decreto no 99.658/90 e demais orientações”. Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento. Contudo, deve ser observada a necessidade dos gestores manterem-se vigilantes nos processos de baixa vindouros.

40. Referência: recomendação n.º 001 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: “No sistema de controle patrimonial do IFC – Câmpus Concórdia será providenciado o desdobramento da conta para cada espécie animal, conforme recomendação do Departamento de

Administração e Planejamento, anexo X". Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Informar:

40.1 se já houve conclusão do desdobramento contábil para cada espécie animal no sistema de controle patrimonial do IFC. Caso contrário, informar a data prevista para sua concretização.

Resposta: Quanto ao desdobramento contábil: Foi realizada uma consulta no plano de contas no SIAFI, e, conforme a forma que foi realizada a consulta, concluiu-se, que o plano de contas não permite desdobramento além do que já está especificado, ou seja, na conta 14212.46.00, para semoventes.

Para sanar os apontamentos da auditoria quanto ao controle insuficiente de rebanhos e de diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, foram realizadas as seguintes ações para registro e atualização de dados do rebanho do IFC – Câmpus Concórdia:

Incorporação nº 1/2013 – Proc. 23351-000485-2013-80 (processo que também consta uma relação de atualização de dados);

Incorporação nº 2/2013 – Proc. 23351-000765-2013-98;

Baixa nº 1/2013 – Proc. 23351-000486-2013-24

Baixa nº 2/2013 – Proc. 23351-000767-2013-87;

Atualização de dados nº 1/2013 – Proc. 23351.000766-2013-32. (OBS: a outra atualização que já foi feita neste ano de 2013 consta no mesmo processo da incorporação nº 1/2013).

OBS: as atualizações de dados realizadas referem-se a atualização das especificações dos registros no sistema de controle patrimonial, seja de registros antigos ou na atualização das especificações das incorporações recentes, devido ao fato de que, quando foram realizadas, ainda não existiam certos dados devido ao trâmite dos registros em órgãos externos ao IFC; essa complementação das especificações dos dados dos animais foram realizadas no sentido de permitir melhorar esse confronto de dados, com inclusão na especificação dos registros no sistema de patrimônio, no que coube para cada espécie animal, de informações quanto a espécie, raça, sexo, data de nascimento, nº do brinco interno quando do registro interno do nascimento e Projeto de Identificação de bovinos e bubalinos – PIB; os processos de incorporação e baixa foram realizados para atualizar o mais imediato possível as incorporações e baixas conforme as ocorrências de nascimentos, abates e óbitos do rebanho de semoventes do IFC – Câmpus Concórdia.

Informamos também que o sistema que permite o desdobramento contábil por espécie está sendo desenvolvido pelo Setor de Processamento de Dados do IFC – Câmpus Concórdia. A previsão é de que ainda em novembro de 2013 o novo sistema poderá ser disponibilizado para que os testes de utilização sejam iniciados.

41. Referência: recomendação n.º 002 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: "Este Câmpus mantém o levantamento dos seus semoventes atualizado conforme demonstrado no anexo XI". Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento. Contudo, deve ser observada a necessidade dos gestores manterem-se vigilantes na atualização do controle e cadastro de semoventes, bem como na regularidade de eventuais atividades e procedimentos relacionados à venda de animais.

42. Referência: recomendação n.º 003 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: "Este Câmpus mantém registro de seus semoventes atualizado, conforme demonstrado no anexo XI". Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento, considerada a observação anterior sobre a necessidade dos gestores manterem-se vigilantes na atualização do controle e cadastro de semoventes, bem como na regularidade de eventuais atividades e procedimentos voltados à venda de animais.

43. Referência: recomendação n.º 004 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: "Não é possível adotar o mesmo número do registro da CIDASC para os semoventes do Câmpus, pois um número destinado pela CIDASC a um animal do Câmpus pode ser igual ao número de um bem já patrimoniado no Câmpus, como uma cadeira, por exemplo. Assim, continuaremos a utilizar o número de registro no patrimônio o acrescido do número disponibilizado pela CIDASC". Portanto, a unidade justificou a adoção de numeração que atenda melhor ao orientado na recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento, considerada a observação anterior sobre a necessidade dos gestores manterem-se vigilantes na atualização do controle e cadastro de semoventes, bem como na regularidade de eventuais atividades e procedimentos voltados à venda de animais.

44. Referência: recomendação n.º 005 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: "O sistema está sendo providenciado, conforme solicitação ao Setor de Processamento de Dados, anexo X". Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Informar:

44.1 se já houve conclusão do desenvolvimento do referido sistema e sua implantação (controle patrimonial). Caso contrário, informar a data prevista para sua concretização.

Resposta: O sistema está sendo desenvolvido pelo Setor de Processamento de Dados do IFC – Câmpus Concórdia, e, conforme conversa com o servidor que está trabalhando no desenvolvimento, já em nov/13 o novo sistema poderá ser disponibilizado para que os testes de utilização sejam iniciados.

45. Referência: recomendação n.º 006 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: “As GRUs e RAs estão sendo emitidas identificando o efetivo pagador/recolhedor. Exemplos de guias de recolhimento, anexo XII”. Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento, considerada a observação anterior sobre a necessidade dos gestores manterem-se vigilantes na atualização do controle e cadastro de semoventes, bem como na regularidade de eventuais atividades e procedimentos voltados à venda de animais.

46. Referência: recomendação n.º 007 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: “Foi instaurado, por meio das portarias 86 de 13/09/2011, 101 de 14/04/2012 e 141 de 15/06/2012, um Processo Administrativo Disciplinar sob no 23351.000451/2011-23, para apurar as devidas irregularidades. Os trabalhos foram concluídos e o processo encontra-se na Reitoria do IFC para as devidas providências. Parecer da comissão anexo III”. Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO:

46.1 comunicar-nos quando ocorrer o atendimento ao disposto no parágrafo “15” do Parecer n.º 599/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU, encaminhando cópia dos comprovantes de ressarcimento.

Resposta: Informamos que o processo n.º 23351.000451/2011-23, encontra-se na Diretoria de Gestão de Pessoas, que está buscando elementos para viabilização das providências, quanto ao atendimento ao disposto no parágrafo “15” do Parecer n.º 599/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU.

47. Referência: recomendação n.º 008 da constatação n.º 015 do Relatório RA 231365

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA (APG):

Quanto ao controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmado pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC, a resposta do IFC informou que: “Foi instaurado, por meio das portarias 86 de 13/09/2011, 101 de 14/04/2012 e 141 de 15/06/2012, um Processo Administrativo Disciplinar sob no 23351.000451/2011-23, para apurar as devidas irregularidades. Os trabalhos foram concluídos e o processo encontra-se na Reitoria do IFC para as devidas providências. Parecer da comissão anexo III”. Portanto, a unidade acatou a recomendação, devendo ser realizado o acompanhamento do efetivo cumprimento da apuração recomendada.

PEDIDO: Não há pedido, pois a manifestação foi pelo atendimento, considerada a observação anterior sobre a necessidade de comunicar-nos quando do atendimento ao disposto no parágrafo “15” do Parecer n.º 599/2012/IFC/PFSC/PGF/AGU, incluindo comprovantes de ressarcimento.

II – PROCEDIMENTO 019700-0022-2 – Análise Preventiva de Editais

48. Com foco na Auditoria de Acompanhamento da Gestão, serão realizadas novas verificações relativas a procedimentos de aquisição de bens, obras e serviços. Para tanto, compusemos uma amostra inicial de 10 procedimentos licitatórios (exame preliminar da legalidade dos procedimentos

licitatórios concluídos em 2013.

48.1 PEDIDO: Solicitamos fornecer cópias (nesta situação específica, pode ser apenas em meio digitalizado) das seguintes peças:

48.1 do instrumento de edital assinado e publicado;

48.2 das propostas fornecidas pelos participantes;

48.3 do contrato assinado e publicado;

48.4 da portaria de designação formal do fiscal de contrato do IFC.

48.5 dos respectivos termos aditivos contratuais, se for o caso.

48.2 Esses documentos servirão para avaliarmos os seguintes processos:

48.2.1 Processo Compra n.º 23348000509201350 - Valor Empenhado de R\$ 43.000,00 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Elaboração De Estudo de Impacto de Vizinhança, atendendo a regulamentação do município de Blumenau Resolução COPLAN n.º 004/2008 e demais especificações constantes no Termo de Referência. Mediante Pregão.

48.2.2 Processo Compra n.º 23348001153201291 – Valor Empenhado de R\$ 112.000,00 – Objeto: Prestação de serviços de elaboração de projeto de extensão para capacitação de gestores universitários do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense e elaboração de seu planejamento estratégico institucional. Mediante Inexigibilidade de Licitação.

48.2.3 Processo Compra n.º 23348000550201326 – Valor Empenhado de R\$ 30.000,00 – Objeto: Capacitação de servidores do IFC: Os fundamentos políticos e epistemológicos do Ensino Médio Integrado (EMI). Mediante Inexigibilidade de Licitação.

48.2.4 Processo Compra n.º 23352000438201326 – Valor Empenhado de R\$ 1.299,00 – Objeto: Contratação de serviços de terceiros para a realização da formatura do Programa Mulheres Mil - Câmpus Fraiburgo. Mediante Dispensa de Licitação.

48.2.5 Processo Compra n.º 23353000557201298 - Valor Empenhado de R\$ 686.104,52 - Objeto: Contratação de empresa especializada para ampliação e reforma de refeitório e cozinha - área total 879,84m. Mediante Tomada de Preços.

48.2.6 Processo Compra n.º 23349000451201253 - Valor Empenhado de R\$ 14.400,00 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada de engenharia para a elaboração do projeto estrutural de fundações, conforme normas vigentes para edificações diversas do Projeto da Escola Profissionalizante do Programa Brasil Profissionalizado, adotado por este Instituto observando o laudo da sondagem apresentado pela empresa D-Geo e os projetos complementares, para atender às necessidades do IFC - Reitoria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na planilha cons[...]. Mediante Pregão.

48.2.7 Processo Compra n.º 23349000349201339 - Valor Empenhado de R\$ 10.448,00 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviço de Sondagem em 3 espaços no IFC Câmpus Araquari para construção de novas edificações. Mediante Pregão.

48.2.8 Processo Compra n.º 23349000282201332 - Valor Empenhado de R\$ 14.913,80 - Objeto: Serviço de Projetos de Engenharia para construção de novo prédio, reforma de telhado e adaptação de salas de aula em laboratórios. Mediante Dispensa de Licitação.

48.2.9 Processo Compra n.º 23354000318201317 - Valor Empenhado de R\$ 116.150,00 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa de Engenharia Especializada em Serviço de Drenagem e Construção de Aterros. Mediante Pregão.

48.2.10 Processo Compra n.º 23354000401201388 - Valor Empenhado de R\$ 14.880,00 - Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para prestação de serviços de confecção de planta de situação e implantação do Câmpus. Mediante Dispensa de Licitação.

Resposta: Segue em meio digitalizado (**ANEXO X**), constando os documentos solicitados para atendimento dos itens 48.1 a 48.5.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

A UNAI do IFC é composta por uma equipe de 11 (onze) servidores em efetivo desempenho das atividades de auditoria. Destes, 09 (nove) auditores de concurso, 01 (um) nomeado por portaria e 01 (um) auxiliar administrativo para apoio as suas atividades.

A UNAI/IFC possui auditores nos Câmpus de Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio, Videira e Reitoria. Estando subordinados hierarquicamente ao Auditor Chefe, que por sua vez esta vinculada ao Conselho Superior, prestando assessoramento ao Magnífico Reitor e Diretores dos Câmpus.

Existe uma divergência documental sobre o posicionamento hierárquico da unidade de auditoria entre o publicado no *site* do IFC, pois consta que “*a auditoria interna é vinculada ao Conselho Superior...*” e no Estatuto do IFC de agosto/2009 e Regimento Interno do IFC, aprovado pela Resolução Ad Referendum nº 012/Conselho Superior 22/06/2010, que consta “*que a auditoria interna está inserida no item II – Reitoria*” (*gabinete*).

Neste sentido, cabe esclarecer que o IFC está em processo de estudo de outros itens do estatuto do IFC, além deste acima apontado, para que as alterações possam ocorrer de uma única vez. Tais alterações e correções ocorrerão durante o exercício 2014.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

Os trabalhos realizados durante o exercício de 2013, propiciaram emitir recomendações de caráter geral que abaixo relacionamos:

1) OS nº 001/2013 (Proen – Videira – Auto índice de reprovação de alunos em disciplinas) - Recomendações contidas no Relatório Final da Ordem de Serviço nº 01/2013:

a) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira adote a tramitação estabelecida pelo artigo 6º da Resolução nº 028 – CONSUPER/2012, DE 08/05/2012, para projetos pedagógicos de cursos, sendo elaborado de acordo com a estrutura constante em seu Anexo II;

b) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional para aperfeiçoar o processo de acompanhamento de elaboração dos planos de ensino dos docentes, incluindo outras informações necessárias, como a recuperação paralela, observando-as os Projetos Pedagógicos de cada curso e as Orientações Didático-Pedagógicas Norteadoras para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFC;

c) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que realize um trabalho específico, visando levantar as reais causas dos baixos índices formados/ingressantes e que realize ações efetivas visando não repetir os referidos baixos índices;

d) Como esta constatação se refere a cursos ofertados pelos Câmpus Luzerna e Fraiburgo quando ainda eram unidades do Câmpus Videira, faz-se necessário, então, que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional para que fique atento quanto a não se repetir situações semelhantes em cursos ofertados atualmente no Câmpus Videira, especificamente quanto aos baixos índices formados/ingressantes e que realize ações efetivas visando aumentar constantemente estes índices, bem como não repetir em seus cursos atuais as altas porcentagens dos índices de Relação Desistentes / Ingressos e de Relação Cancelamentos e Desistentes / Entrantes;

e) Que a Direção-geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que realize um trabalho específico, visando levantar as reais causas dos números de alunos que estão cursando os três cursos técnicos integrados ao ensino médio, em especial o Técnico em Agropecuária, e que realize ações efetivas visando manter o maior número de alunos em cada curso;

f) Como esta constatação se refere a cursos ofertados pelo Câmpus Luzerna quando ainda era unidade do Câmpus Videira, faz-se necessário, então, que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional para que fique atento quanto a não se repetir situações semelhantes em cursos ofertados atualmente no Câmpus Videira, especificamente quanto aos índices maiores entre reprovados/ingressantes e que realize ações efetivas visando diminuir constantemente estes índices, bem como não repetir em seus cursos atuais;

g) Como esta constatação se refere à Turma Mista, que não é mais ofertada pelo Câmpus Videira, faz-se necessário, então, que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que fique atento quanto a não se repetir situações semelhantes de reprovações e que crie instrumentos para que haja acompanhamento sistemático e constante das turmas e suas respectivas disciplinas, para que não se repita em seus cursos atuais;

h) Em decorrência da anormalidade detectada quanto à disciplina de Geografia, reprovação de 100% da turma, faz-se necessário, então, que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que apure quais foram as causas de reprovação, devendo a servidora matrícula SIAPE1837371 ser parte principal deste processo, juntamente com a equipe pedagógica, estabelecendo-se, a seguir, providências e que o Departamento fique atento quanto a não se repetir situações semelhantes de reprovações e que crie instrumentos para que haja acompanhamento sistemático e constante das turmas e suas respectivas disciplinas, para que não se repita em seus cursos atuais;

i) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que realize um trabalho específico, visando levantar as reais causas dos números de alunos reprovados em disciplinas dos três cursos técnicos integrados ao ensino médio e que realize ações efetivas e formais visando equacionar o problema;

j) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que realize um trabalho específico, visando padronizar a nomenclatura e forma de preenchimento dos diários pelos professores quanto às recuperações paralelas, para equacionar o problema;

k) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que realize um trabalho específico, visando levantar as dificuldades enfrentadas pela equipe pedagógica para acompanhar as ações de recuperação por docentes e discentes e que este estudo se efetive com ações formais visando aperfeiçoar o processo;

l) Que a Direção-Geral do Câmpus Videira solicite ao Departamento de Desenvolvimento Educacional que realize um trabalho específico e formal, visando levantar as verdadeiras causas de reprovação de alunos em disciplinas dos seus cursos, visando um posterior trabalho de execução de ações e de acompanhamento pela equipe pedagógica.

2) OS n° 002/2013 (Acompanhamento PPP da UNAI, CGU, TCU) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado da Ordem de Serviço n° 002/2013; de Serviço n° 0022013:

a) Que sejam revisados, adequados e criados editais, manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle interno primário em todos os Câmpus do IFC, de maneira que os procedimentos de cada área de competência fiquem claros e padronizados;

b) Que seja orientado aos gestores para a busca de um planejamento mais consistente de suas ações e aquisições;

c) Que seja observado pelos gestores o princípio da segregação de funções;

d) Que seja providenciada e viabilizada pelos gestores a capacitação constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas auditadas, em especial de gestão de pessoas, planejamento, licitações e execução financeira e orçamentária;

e) Que seja efetuado levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de gestão de pessoas, planejamento, licitações e execução financeira e orçamentária, adequando-os a necessidade de cada Câmpus e Reitoria.

**3) OS nº 003/2013 (Controle Patrimonial – conservação e guarda dos Imóveis)-
Recomendações contidas no Relatório Consolidado da Ordem de Serviço nº 003/2013:Ordem de Serviço nº 003/2013:**

a) Que sejam revisados, adequados e criados, manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle em todos os Câmpus do IFC, de maneira que os procedimentos dos setores de almoxarifado, patrimônio e manutenção dos imóveis, fiquem claros e unificados no IFC;

b) Que seja definitivamente regularizada a situação referente a bens herdados quando da transformação em Instituto (UFSC) referente aos câmpus de Araquari e Camboriu;

c) Que seja definitivamente regularizada a situação dos bens recebidos a título de doação da ETVARPE – Escola Técnica Vale do Rio do Peixe, FEAF – Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo e Receita Federal do Brasil, relativos aos Câmpus de Luzerna, Fraiburgo e Reitoria, respectivamente;

d) Que seja efetuado pelos gestores um planejamento institucional mais consistente das ações relativas a manutenção dos imóveis, para que se possa elaborar estratégias de atendimento e definição de prioridades;

e) Que seja providenciada e viabilizada pelos gestores a capacitação constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas de almoxarifado, patrimônio e manutenção predial;

f) Que seja efetuado levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de almoxarifado, patrimônio e manutenção predial, adequando-os a necessidade da Reitoria e de cada Câmpus;

g) Que os registros referentes ao SPIUnet e SIMEC sejam mantidos devidamente atualizados pelo IFC;

h) Que seja discutido junto ao setor de informática a possibilidade do desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica, que viabilize o controle das necessidades e situações que envolvam os setores de almoxarifado, patrimônio e manutenção predial;

i) Que seja levado as recomendações apresentadas, para discussão e busca de uma solução coletiva, imediata e definitiva no CODIR.

4) OS nº 004/2013 (Controles, normas, estatuto, regimento – Reitoria/IFC)- Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 004/2013:

a) Que seja adequar a estrutura de funções gratificadas e quantitativo de servidores atuantes nas Pró-Reitorias, Diretorias e Coordenações Sistêmicas, afim de atender as demandas institucionais de cada setor;

b) Que seja revisado e adequado o organograma da Reitoria e dos Câmpus, a realidade institucional, buscando atender a questão sistêmica prevista no inciso III, do artigo 3º do Estatuto do IFC, de forma deixar claro e definido as responsabilidades de cada setor, evitando conflito de nomenclaturas, atribuições e competências;

c) Que sejam definidas e formalizadas todas as rotinas administrativas e fluxos processuais faltantes, inerentes às atribuições de cada setor verificado, deixando claro suas atribuições, competências e responsabilidades;

d) Que sejam criados os instrumentos de controle faltantes nas atividades desenvolvidas pelas unidades auditadas, de modo a oferecer segurança no desempenho das suas atribuições e competências;

e) Que quando da necessidade de criação ou extinção de coordenadorias, diretorias e pró-reitorias, seja atendido o previsto no inciso X do artigo 9º do Estatuto do IFC;

f) Que seja devidamente atualizado o Regimento Interno do IFC;

g) Que seja devidamente atualizado o Estatuto do IFC;

5) OS nº 005/2013 (Auxílio-Transporte) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 005/2013:

a) Que seja melhorado o procedimento de formalização e conferência dos bilhetes/recibos apresentados para que, na Reitoria e em todos os Câmpus, sejam analisados os comprovantes, pelos critérios de valor, data de emissão, horário de embarque, trajeto e legalidade do documento apresentado, de modo oferecer segurança à unidade auditada para pagamento do auxílio transporte a seus servidores;

b) Que seja observado pelos gestores quando da concessão do auxílio-transporte, o constante no Decreto nº 2.880/1998, Medida Provisória nº 2.165-36/2001, ON 04/2011/MPOG/SRH, Nota Técnica nº 295/2012/COGES/DENOP/SRH/MP/2010 e Lei nº 10.741/2003 e outras correlatas.

6) OS nº 006/2013 (Editais de Descentralização PROPI e PROEX) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 006/2013:

a) Que os editais de descentralização de créditos elaborados pelas pró-reitorias aos câmpus, sejam discutidos entre os setores envolvidos antes de serem divulgados, de modo parametrizar os procedimentos;

b) Que os editais contenham como anexo, modelo padrão de prestação de contas, tanto da parte orçamentária, quanto do atingimento do objeto.

7) OS nº 007/2013 (Aquisição/contratação de TI) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 007/2013:

a) Que seja implantado, **efetivamente**, rotinas e normativos relativos as aquisições de soluções de TI no âmbito do IFC, atendendo a IN nº 04/2010-SLTI/MPOG, o Guia de boas práticas de contratação de TI/SLTI/MPOG e Portaria 1968/2013 do IFC.

b) Que a Diretoria de TI em conjunto com a PROAD, elabore o fluxo processual e rotinas padronizadas para as aquisições de soluções de TI no âmbito do IFC, de forma deixar claro e definido todo o tramite de aquisições.

8) OS nº 008/2013 (Controle de frequência) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 008/2013:

a) Que a PROEN tome providências no sentido de efetivo cumprimento da legislação pertinente a elaboração de Planos Individuais de Trabalho (PITs), conforme preceitua a Lei nº 9.394/ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu art. 13, inciso II e Resolução Ad Referendum 052/2010, artigo 2º, § 2º), por parte dos docentes do IFC;

b) Que seja formalizado às chefias do IFC, quanto a necessidade de cumprimento do decreto nº 1.590/95 e Orientações para preenchimento da folha ponto emitida pela DGP;

c) Que seja criada normatização para a realização de horas esporádicas e/ou em finais de semana por servidores do IFC, quando no interesse da instituição;

d) Prezando pelo princípio da transparência e publicidade, que seja divulgado o horário de trabalho de cada servidor em local visível, inclusive informando os casos de horário especial de servidor estudante, ou qualquer outra diferenciação de horário, se houver;

e) Que seja efetuado estudo de viabilidade para implantação de sistema de controle eletrônico de frequência em todos os seguimentos laborais, no âmbito do IFC, com intuito de agilizar e dar efetividade nos controles na área de gestão de recursos humanos.

9) OS nº 009/2013 (Pronatec – controle de horas) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 009/2013:

a) Que sejam publicados e mantidos atualizados no sítio da instituição, bem como no mural de entrada do prédio, o quadro de horários de todos servidores que são bolsistas do Pronatec, atendendo ao art. 15, § 3º da Resolução nº 04 do CD/FNDE e artigo 9º da Resolução CONSUPER nº 062/2012;

b) Recomendamos que sejam observados, no cumprimento da jornada de trabalho dos servidores que prestam serviço ao Pronatec, os ditames previstos no Decreto nº 1.590/1995, resoluções do CONSUPER nº 062/2012, Resolução nº 04 do CD/FNDE, de 16 de março de 2012 e orientações emitidas pela DGP Reitoria aos Câmpus.

c) que sejam criadas pelas chefias do IFC e Pronatec, normativas, rotinas, sistemáticas de

controle e fiscalização, de modo propiciar o atendimento tempestivo das orientações contidas na Resolução nº 04 do CD/FNDE e Resolução Consuper nº 062/2012;

d) Que a coordenação do Pronatec faça de maneira formal, orientações quanto a legislação do Pronatec a todos os bolsistas;

e) Que seja efetuado levantamento pela coordenação do Pronatec, de todas as situações semelhantes as apontadas neste relatório consolidado e nos específicos de cada câmpus, que infrinjam as normativas do programa, tomando providências imediatas para saneá-las.

10) OS nº 010/2013 (processos licitatórios) - Recomendações contidas no Relatório Consolidado, referente à Ordem de Serviço nº 010/2013:

a) Que sejam revisados, adequados e criados editais, manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle em todos os Câmpus do IFC, de maneira que os procedimentos de cada área de competência fiquem claros e unificados;

b) Que seja orientado aos gestores para a busca de um planejamento mais consistente de suas ações e aquisições de modo a evitar o fracionamento de despesas;

c) Que nos pedidos as motivações e razões para a realização das aquisições/contratações, sejam substanciosas, de maneira evidenciar o porquê? para quê? e os benefícios que trarão a instituição, preferencialmente que possam ser mensuráveis;

d) Que seja observado pelos gestores o princípio da segregação de funções;

e) Que seja providenciada e viabilizada pelos gestores a capacitação constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas de planejamento, licitações e execução financeira e orçamentária;

f) Que seja efetuado levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de planejamento, licitações e execução financeira e orçamentária, adequando-os a necessidade da Reitoria e de cada Câmpus.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Quadro 102 - Índices de atendimento das recomendações

Câmpus	Quantidade Recomendações Exaradas	Quantidade Recomendações Atendidas	Quantidade Recomendações Reiteradas	Índice de Atendimento (%)
Reitoria	186	102	84	54,8
Araquari	252	237	15	94,0
Camboriú	253	188	65	74,3
Concórdia	52	51	01	99,0
Rio do Sul	132	132	0	100,0
Sombrio	370	323	47	87,3
Videira	71	41	30	57,8
TOTAIS	1.316	1.074	242	81,6

O quadro acima demonstra que a UNAI emitiu 1.316 (um mil trezentas e dezesseis) recomendações abrangendo os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2013. Foram reiteradas 242 (duzentos e quarenta e duas) recomendações pelo não atendimento pleno. A UNAI considera importante o atendimento das recomendações num total de 1.074 (um mil e setenta e quatro), o que corresponde a um percentual de 81,6% (oitenta e um, vírgula seis por cento), demonstrando o reconhecimento e o esforço dos gestores em querer fazer bem e atender as necessidades da Instituição, e dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas auditadas, que muitas vezes não o fazem melhor por falta de pessoal e capacitação.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

A UNAI efetua anualmente um trabalho de acompanhamento quanto à implementação das recomendações por ela exaradas, através do PPP (Plano de Providências Permanente).

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna;

A UNAI anualmente monitora os resultados decorrentes dos seus trabalhos, mas não possui sistema informatizado para este monitoramento.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

A certificação de que a alta administração tomou conhecimento das recomendações feitas pela UNAI é feito por meio de encaminhamento do Relatório Consolidado (em meio físico e digital: e-mail) ao Reitor da Instituição e aos Diretores Gerais, além de apresentar estes resultados em reuniões do Codir (Conselho de Dirigentes). O IFC ainda não possui uma matriz de risco, sendo a aceitação dos riscos pela não implantação das recomendações inerentes à gestão.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre os riscos elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna;

O IFC ainda não possui uma matriz de risco de modo que possa classificar os riscos de seus processos, mas a alta gerência toma conhecimento de todas as recomendações para implementar soluções, ficando os riscos de não implementação inerentes à gestão.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Quadro 103 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1	1	6
	Entregaram a DBR	1	1	6

	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	245	186	371
	Entregaram a DBR	245	186	371
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Fonte: DGP/SIAPE				

Os ocupantes de Cargos Eletivos e Funções Comissionadas, obrigados a entregar a Declaração de Bens e Renda, não o fizeram especificamente no momento da posse, final do exercício de Cargo, Emprego ou Função e no Final do Exercício Financeiro, visto que todos autorizaram o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do decreto n.º 5.483, de 30 de junho de 2005, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 de Lei n.º 8.429/1992 e no Art. 1º da Lei n.º 8.730/1993, bastando, portanto, a apresentação da autorização uma única vez.

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações

A atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei n.º 8.730/93, são feitas da seguinte forma:

- a) Providências adotadas pela UJ em relação as pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR: todas as pessoas obrigadas pela Lei n.º 8.730/93 a apresentar a DBR, apresentaram a autorização de acesso à base de dados da Receita Federal;
- b) Identificação da unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR: Diretoria de Gestão de Pessoas;
- c) Existência ou não de sistema informatizado para o gerenciamento: não há sistema informatizado. O gerenciamento é feito por meio de planilha eletrônica;
- d) Forma de recepção das DBR: a autorização de acesso à base de dados da Receita Federal é recebida em papel;
- e) Realização ou não de algum tipo de análise, pela UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida: a UJ não faz nenhum tipo de análise nas Declarações de Imposto de Renda dos servidores;
- f) Formas de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações: o formulário de autorização de acesso à base de dados da Receita Federal, quando do ingresso em cargo efetivo, é arquivado na pasta funcional dos servidores. O formulário de autorização dos detentores de cargos e funções são arquivados em arquivo próprio.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Em relação às medidas administrativas adotadas para apurar responsabilidades por ocorrência de dano ao erário, informamos que foram contabilizados 03 (três) casos finalizados no ano de 2013, os quais foram objetos de medidas administrativas internas, a saber:

Processo n.º 23348.000888/2012-05: Processo Administrativo Disciplinar (servidores submetidos ao Regime de Dedicção Exclusiva, detentores de outro vínculo empregatício). Os servidores envolvidos foram penalizados, incluindo a reposição ao erário;

Processo n.º 23348.000429/2012-13: Apuração de fatos constantes na SA N.º 201112221/02. Os servidores envolvidos foram penalizados, incluindo a reposição ao erário;

Processo n.º 23348.001038/2013-05: Sindicância instaurada para apurar furto de notebook – Reitoria. O servidor envolvido não foi penalizado.

Em tempo, informamos que não houve nenhuma ocorrência de tomada de contas especiais no exercício de 2013.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

O IFC tem a administração descentralizada, conferindo aos câmpus autonomia financeira. Por isto, os dados dos sistemas SIASG e SICONV são atualizados por servidores responsáveis em cada câmpus. Sendo assim, todas as declarações referentes à inserção e atualização de dados nestes sistemas estão apresentadas no Anexo III. A seguir é apresentada a declaração do responsável da Reitoria.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O IFC mantém o setor de Ouvidoria, com servidor designado pela Portaria nº 098/2012, de 16/01/2012, DOU de 17/01/2012. O setor seguiu o modelo geral adotado pelas outras ouvidorias das Instituições Federais Brasileiras ao encampar o SIC – Serviço de Atendimento ao Cidadão por atuar de forma integrada com os mesmos, ao disponibilizar espaço e operacionalidade dos serviços no mesmo ambiente, porém mantendo as características distintas dos mesmos, bem como suas peculiaridades.

A Ouvidoria fez 715 atendimentos, em 2013, distribuídos da seguinte forma:

- Quantidade de acessos recepcionados pelo e-mail da Ouvidoria: 454
- Quantidade de acessos recepcionados pessoalmente: 10
- Quantidade de acessos recepcionados através de visitas externas: 02
- Quantidade de acessos recepcionados por formulário eletrônico Fale com: 41
- Quantidade de acessos recepcionados por formulário físico: 02
- Quantidade de acessos recepcionados pelo e-mail da SIC: 169
- Quantidade de acessos recepcionados pelo SISTEMA PADRÃO SIC: 24
- Quantidade de câmpus visitados: 05
- Quantidade de câmpus atendidos: 08

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Da mesma forma como exposto no item 9.6 as declarações dos contadores de cada câmpus estão apresentadas no Anexo IV.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1 MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

a) Contratos Temporários

Ingressos no Exercício 2013													
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Substitutos	0	3	6	9	5	2	3	9	2	6	0	1	46
Temporários	0	0	7	7	12	2	6	8	4	6	3	2	57
TOTAL	0	3	13	16	17	4	9	17	6	12	3	3	103
Egressos no Exercício 2013													
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Substitutos	9	2	7	1	2	0	7	3	2	2	2	15	52
Temporários	4	6	0	0	1	0	6	2	1	2	1	14	37
TOTAL	13	8	7	1	3	0	13	5	3	4	3	29	89
Quantitativo Mensal - Exercício 2013													
Quantitativo dez/2012:		84											
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Quant. Inicial	84	71	66	72	87	101	105	101	113	116	124	124	84
Ingressos	0	3	13	16	17	4	9	17	6	12	3	3	103
Egressos	13	8	7	1	3	0	13	5	3	4	3	29	89
Total	71	66	72	87	101	105	101	113	116	124	124	98	98

Exercício 2012	Quant. Inicial	84
	Quant. Final	98

b) Servidores Efetivos

Ingressos no Exercício 2013													
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Nomeações	27	3	38	32	6	6	1	20	20	4	1	0	158
TOTAL	27	3	38	32	6	6	1	20	20	4	1	0	158
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Redistribuição	0	0	0	1	1	1	2	1	2	1	5	0	14
TOTAL	0	0	0	1	1	1	2	1	2	1	5	0	14
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Reintegração	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Egressos no Exercício 2013													
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Exonerações	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Vacâncias	0	4	0	6	1	5	6	2	3	0	0	1	28
<i>Aposentador.</i>	0	3	0	1	0	3	0	1	3	0	0	0	11
<i>Posse Carg In</i>	0	1	0	5	1	2	6	1	0	0	0	1	17
TOTAL	0	4	0	6	1	5	6	2	3	0	0	1	28

	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Redistribuição	0	0	0	4	1	3	1	1	0	1	1	1	13
TOTAL	0	0	0	4	1	3	1	1	0	1	1	1	13

Quantitativo Mensal - Exercício 2013													
Quantitativo dez/2012:	957												
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Quant. Inicial	957	982	981	1019	1042	1046	1045	1041	1059	1078	1082	1087	957
Ingressos	27	3	38	34	7	7	3	21	22	5	6	0	173
Egressos	2	4	0	11	3	8	7	3	3	1	1	2	45
Total	982	981	1019	1042	1046	1045	1041	1059	1078	1082	1087	1085	1085
	Exercício 2012		Quant. Inicial	957									
			Quanti. Final	1085									

INATIVOS - APOSENTADORIAS

Concedidas no Exercício 2013													
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Concessão	0	0	3	1	0	2	1	1	2	1	0	0	11
TOTAL	0	0	3	1	0	2	1	1	2	1	0	0	11

Encerradas no Exercício 2013													
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Exclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
* Exclusão por falecimento													
Quantitativo Mensal - Exercício 2013													
Quantitativo dez/2012:	71												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Quant. Inicial	71	71	71	74	63	63	65	66	67	69	70	69	71
Concessão	0	0	3	1	0	2	1	1	2	1	0	0	11
Término	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	71	71	74	75	63	65	66	67	69	70	69	69	81

Exercício 2013	Quantitativo Inicial	71
	Quantitativo Final	81

PENSÕES CIVIS

Concedidas no Exercício 2013													
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Concessão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Encerradas no Exercício 2013													
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL
Exclusão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

*Exclusão no sistema com data 30/11/2012, porém na folha de pagamento foi excluída em janeiro/2013

Quantitativo Mensal - Exercício 2013													
Quantitativo dez/2012:	16												
	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	TOTAL

Quant. Inicial	16	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	16
Concessão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Término	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	16
	Exercício 2012		Quant. Inicial	16									
			Quant. Final	16									
Observações: 1) Há 15 pensões civil (15 instituidores) concedidas para 16 beneficiários													

12.2 REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

1. Cedidos:

Cargo em Comissão: 01 servidor para Instituto Federal do Pará;

Função Gratificada: 01 servidor para Ministério da Fazenda

Função Gratificada: 01 servidor para Ministério Público do Trabalho

2. Remoções

Remoções – Exercício 2013				
Modalidade	Mês	Câmpus Origem	Câmpus Destino	Total
De Ofício – Interesse Administração	Fevereiro	Rio do Sul	Reitoria	7
	Março	Araquari	Camboriú	
	Julho	Ibirama	Camboriú	
	Outubro	Ibirama	Blumenau	
	Outubro	Ibirama	Blumenau	
	Novembro	Luzerna	Sombrio	
	Novembro	Ibirama	Blumenau	
A Pedido – Acompanhar Cônjuge	Novembro	Ibirama	Blumenau	1
A Pedido – Motivo de Saúde	Junho	Araquari	Concórdia	3
	Setembro	Fraiburgo	Luzerna	
	Dezembro	Videira	Sombrio	
A Pedido – Critério Administração	Janeiro	Blumenau	Reitoria	40
	Janeiro	Rio do Sul	Concórdia	
	Janeiro	Rio do Sul	Blumenau	
	Janeiro	Reitoria	Concórdia	
	Janeiro	Concórdia	Blumenau	
	Janeiro	Videira	Luzerna	
	Fevereiro	Araquari	Camboriú	
	Fevereiro	Ibirama	Fraiburgo	
	Fevereiro	Luzerna	Araquari	
	Fevereiro	Luzerna	Blumenau	
	Fevereiro	Reitoria	São Francisco do Sul	
	Abril	Reitoria	Rio do Sul	
	Abril	Araquari	Camboriú	
	Junho	Fraiburgo	Videira	
	Junho	Videira	Luzerna	
	Junho	Concórdia	Videira	
	Julho	São Francisco do Sul	Araquari	
	Julho	Videira	Camboriú	
	Julho	Araquari	Camboriú	
	Julho	Araquari	Blumenau	
	Julho	Videira	Camboriú	
	Agosto	São Francisco do Sul	Araquari	
	Agosto	Blumenau	Camboriú	
	Agosto	Videira	Fraiburgo	
	Setembro	Videira	Sombrio	
	Setembro	Sombrio	Fraiburgo	
Setembro	Rio do Sul	Blumenau		

	Outubro	Sombrio	Camboriú	
	Outubro	Reitoria	Blumenau	
	Outubro	Blumenau	Reitoria	
	Outubro	Reitoria	Concórdia	
	Novembro	Blumenau	Camboriú	
	Novembro	São Francisco do Sul	Brusque	
	Novembro	Blumenau	Reitoria	
	Dezembro	Rio do Sul	Brusque	
	Dezembro	São Francisco do Sul	Araquari	
	Dezembro	Videira	São Bento do Sul	
	Dezembro	Blumenau	Rio do Sul	
	Dezembro	Rio do Sul	Blumenau	
	Dezembro	Luzerna	São Bento do Sul	
TOTAL				51

3) DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS

a) Aceleração de Promoção

Titulação	Quantidade
Especialização	08
Mestrado	26
Doutorado	22

b) Incentivo a Qualificação

Titulação	Quantidade
Médio	05
Técnico	05
Graduação	37
Especialização	54
Mestrado	27
Doutorado	-

c) Progressão por Capacitação

Nível de Capacitação	Quantidade
II	70
III	130
IV	24

d) Progressão por Desempenho

Classe e Nível	Quantidade
DI 02	07
DII 01	04
DII 02	24
DIII 01	01

DIII 02	100
DIII 03	132
DIII 04	11
DIV 01	08
DIV 02	11
DIV 03	24
DIV 04	13

e) Progressão por Mérito

Padrão de Vencimento	Quantidade
02	50
03	160
04	10
05	07
06	05
07	16
08	01
09	03
10	15
11	72
12	06
13	02
14	06
15	12
16	07

f) Revisão da Progressão por Titulação – 305 concessões

g) Retribuição por Titulação

Titulação	Quantidade
Aperfeiçoamento	02
Especialização	09
Mestrado	73
Doutorado	43

h) Promoção – 11 concessões

i) Alteração Jornada de Trabalho

Carga horária	Quantidade
De 20h para 40h	01
De 30h para 40h	01
De 40h para DE	03
De 40h para 30h	02
De 40h para 20h	03

j) Auxílio-funeral: 01 concessão

4) OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

a) Horário Especial para servidor Estudante:
Técnicos Administrativos em Educação: 35
Professores: 83

b) Diversos

Processo	Quantidade
Afastamento do País	42
Afastamento para cursar pós-graduação stricto sensu	27
Auxílio-Natalidade	36
Auxílio Pré-Escolar	71
Licença Capacitação	50
Afastamento por Casamento	19
Afastamento para doação de sangue	12
Afastamento por falecimento em pessoa da família	24
Licença Gestante	24
Licença para tratar de interesses particulares	2
Licença paternidade	24
Licença Prêmio	4
PIQIFC	6
Concessões de substituição remunerada	467

13 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005

Nesta seção serão apresentados os indicadores de desempenho do Instituto Federal Catarinense seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União. Tais orientações estão presentes no acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário, que instituiu que as Instituições Federais de Ensino devem adotar a utilização de um rol de indicadores mínimos para servir de parâmetro de acompanhamento por parte dos órgãos fiscalizadores, bem como da sociedade em geral,.

Em 2010, os indicadores de desempenho não puderam ser comparados com indicadores de anos anteriores, visto que somente em 2010 o IFC consolidou sua gestão. No ano de 2009, por ser o ano de implantação dos Institutos Federais, as escolas agrotécnicas e as escolas vinculadas às universidades que compuseram esta instituição tinham sua gestão individualizada, impossibilitando, desta forma, a consolidação das informações para a devida extração dos indicadores. Esta realidade pode ser percebida no Relatório de Gestão de 2009, onde os dados foram apresentados de forma esparsa e individualizada.

Nesta edição, a instituição conta com os dados consolidados dos anos de 2010 e 2011 e 2012 para

traçar comparativos com os dados de 2013, contudo, serão feitas análises somente do triênio 2011-2013.

13.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

13.1.1 Relação candidato/vaga

Quadro 104 – Relação Candidato/Vaga – especificações de cálculo

Objetivo	Identificar a relação candidato/vaga
Método de Cálculo	
Definições	<i>Inscrições</i> : número de inscrições para vestibular e processos seletivos <i>Vagas ofertadas</i> = número de vagas ofertadas em editais de oferta de vagas por meio de vestibular , processos seletivos e outras formas de ingresso.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Em 2013, o IFC contabilizou 14.368 inscrições (ENEM/SISU, vestibular, exame de classificação e outras formas de seleção), sendo que foram ofertadas 3.782 vagas, alcançando o índice de 3,80 candidatos por vagas ofertadas.

Quadro 105 – Comparativo da Relação de Candidato/Vaga com anos anteriores

Relação de candidato/vaga	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	4,38	3,61	3,80	-17,6	5,26
Inscritos	19.847	14.721	14.368	-25,8	-2,40
Vagas	4.532	4.078	3.782	-10,0	-7,26

Observa-se que este indicador sofreu um aumento de 5,26% em relação a 2012. Olhando os componentes do indicador observa-se que tanto o número de inscritos quanto o número de vagas sofreram redução em relação ao ano anterior. Percebe-se que o componente “vagas” é o componente que mais impacta no aumento da relação de candidatos/vagas. A redução no número de vagas ocorreu por conta de uma redução na oferta de cursos de formação inicial e continuada durante o ano de 2013 e porque alguns câmpus encerraram cursos técnicos na modalidade subsequente para abrir cursos integrados no ano de 2014. Isso ocorreu, por exemplo, nos câmpus de Luzerna, Ibirama e São Francisco do Sul.

Quadro 106 – Relação Candidato/Vaga – especificações por câmpus

Câmpus	Vagas	Inscritos	Índice
Araquari	392	2.174	5,55
Blumenau	135	200	1,48
Camboriú	599	3.207	5,35
Concórdia	500	2.816	5,63
Fraiburgo	100	200	2,00
Ibirama	150	192	1,28
Luzerna	155	155	1
Rio do Sul	470	1.764	3,75

São Francisco do Sul	372	119	0,32
Sombrio	425	1.881	4,43
Videira	484	1.660	3,43
Total	3.782	14.368	3,80

Dados de ingresso coletados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC.

13.1.2 Relação de Ingressos/Alunos

Quadro 107 – Relação de ingressos/alunos – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos
Método de Cálculo	
Definições	<i>Número de ingressantes</i> : corresponde ao número de alunos que ingressaram por meio de vestibular, exame de seleção ou outra forma. <i>Número de alunos matriculados</i> : corresponde ao total de matrículas ativas (matrículas ativas de períodos anteriores + ingressantes + matrículas reativadas).

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IFC contabilizou em 2013 um total de 3.617 alunos ingressantes e 9.889 matriculados. Dessa forma, a taxa de ingresso em relação ao total de alunos foi de 36,58%. Estabelecendo um comparativo com os anos anteriores chega-se ao quadro mostrado na sequência.

Quadro 108 – Comparativo da Relação de ingressos/alunos com anos anteriores

Relação de ingressos/aluno	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	59,9%	43,0%	36,58%	-28,2	-14,93
Ingressos	4035	3939	3.617	-2,4	-8,2
Matriculados	6736	9152	9.889	35,9	8,1

Observou-se uma redução no indicador relação de ingressos/alunos, o que é um resultado esperado até que os cursos atinjam um processo de fluxo contínuo, ou seja, os cursos atingindo o último ano tentem a ter um mesmo número de concluintes e um mesmo número de ingressantes, e assim o indicador tente também a chegar a um valor bem determinado.

Levando em consideração a análise apresentada no relatório anterior “...considerando que o número de matriculados do IFC tende a se equilibrar próximo a 10.000 e o número de ingressantes entre 3.000 e 4.000 por ano, é de esperar que o indicador fique entre 30% e 40%” constata-se que o indicador realmente está ficando dentro desta margem.

Quadro 109 – Relação de ingressos/alunos – especificações por câmpus

Câmpus	Ingresso	Matriculados	Índice (%)
Araquari	343	1.111	30,87
Blumenau	116	275	42,18
Camboriú	645	1.887	34,18
Concórdia	521	1.482	35,16
Fraiburgo	113	177	63,84
Ibirama	138	272	50,74
Luzerna	155	447	34,68

Rio do Sul	495	1.397	35,43
São Francisco do Sul	119	204	58,33
Sombrio	418	1.421	29,42
Videira	554	1.216	45,56
Total IFC	3.617	9.889	36,58

Dados de ingresso e de matriculados coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data referência: 01/01/2012 a 31/12/2012.

Novamente há um destaque para os câmpus mais novos (Blumenau, Fraiburgo, Ibirama, São Francisco do Sul), que apresentam altos índices de ingressantes/matriculados.

13.1.3 Relação de concluintes/alunos

Quadro 110 – Relação de concluintes/alunos – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.
Método de Cálculo	
Definições	<i>Número total de alunos matriculados:</i> corresponde ao total de matrículas ativas. <i>Número de concluintes:</i> corresponde ao número de alunos que integralizaram os créditos.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O número de concluintes do IFC, no ano de 2013, foi de 1.607, num total de 9.889 matriculados, portanto, a taxa de concluintes em relação ao total de alunos foi de 18,99 %.

A evolução dos componentes do indicador para os anos de 2011, 2012 e 2013 pode ser observado no quadro seguinte.

Quadro 111 – Comparativo da Relação de concluintes/alunos com anos anteriores

Relação de concluintes/aluno	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	15,2%	22,0%	18,99%	44,7	-13,7
Concluintes	1.023	2.010	1.607	96,5	-20,0
Matriculados	6.736	9.152	9.889	35,9	8,1

Houve uma redução do indicador quando comparado ao ano anterior, e um crescimento comparado a 2011. De modo geral observa-se uma tendência dele ficar na casa de 20% nos próximos anos. Isso pode ser explicado pela duração média dos cursos entre 3 e 4 anos e considerando também a evasão.

Quadro 112 – Relação de concluintes/alunos – especificações por câmpus

Câmpus	Concluintes	Matriculados	Índice (%)
Araquari	153	1.111	14,22
Blumenau	63	275	22,91
Camboriú	289	1.887	16,75
Concórdia	376	1.482	25,37
Fraiburgo	24	177	13,56
Ibirama	17	272	6,25
Luzerna	62	447	29,75

Rio do Sul	160	1.397	19,47
São Francisco do Sul	10	204	4,90
Sombrio	184	1.421	14,87
Videira	269	1.216	24,51
Total	1.607	9.889	18,99

Dados de concluintes e matriculados coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2012 a 31/12/2012.

13.1.4 Índice de Eficiência Acadêmica

Quadro 113 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar a eficiência das Instituições
Método de Cálculo ¹	
Definições	<i>O Número de concluintes</i> corresponde ao número de alunos que integralizaram os créditos. <i>O número total de matriculados finalizados</i> considera os que integralizaram mas também aqueles que desistiram oficialmente do curso na secretaria acadêmica ou deixaram de frequentar o curso por mais de 50 dias.
Método de Cálculo ²	
Definições	<i>Número de concluintes</i> : mesmo do método ¹ . <i>Número de ingressos ocorridos por período equivalente</i> : é um valor que depende de cada curso considerado. Por exemplo, se for um curso de 3 anos com conclusão no final de 2012, deve-se contabilizar todos os estudantes que ingressaram no curso no início do ano de 2010.

¹Utilizado no cálculo automático extraído do SISTEC e definido como procedimento a ser utilizado pelo Ofício-Circular Nº006/2013/DDR/SETEC/MEC.

²Previsto no acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O primeiro método verifica, dentre aqueles que deixaram de estar em curso no ano de 2013, quantos foram porque concluíram com sucesso o curso ou integralizaram os créditos devendo somente o estágio. Por outro lado, o segundo método verifica dentre aqueles que ingressaram no começo do curso quais conseguiram concluir com êxito.

Para o ano de 2013 será utilizado o método de cálculo², assim como no ano anterior. Os resultados comparativos estão no quadro seguinte.

Quadro 114 – Comparativo do Índice de eficiência acadêmica com anos anteriores

Índice de eficiência acadêmica	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	25,4%	58,0%	55,0%	-	-5,17
Concluintes + Integralizados	1.023	2.010	1.878	96,48%	-6,57
Ingressos por período equivalente	4.035	-	-	-	-
Matriculados finalizados (concluintes + integralizados + evadidos + desligados + transferidos externos)	-	3.468	3.415	-	-1,53

Observou-se uma redução de 5,17% no índice de eficiência acadêmica do ano de 2013 em relação ao ano de 2012. Como a análise dos componentes separados mostra, isso é devido, principalmente, à redução no número de concluintes e integralizados, o que evidencia que a evasão ou a retenção do fluxo escolar aumentaram. No caso, o próximo indicador confirma que a retenção do fluxo escolar subiu (mais de 15%).

Quando 115 – Índice de Eficiência Acadêmica

Câmpus	Concluintes	Matriculados Finalizados	Índice (%)
Araquari	158	262	60,31
Blumenau	63	145	43,45
Camboriú	316	617	51,22
Concórdia	376	572	65,73
Fraiburgo	24	67	35,82
Ibirama	17	54	31,48
Luzerna	133	222	59,91
Rio do Sul	272	606	44,88
São Francisco do Sul	10	45	22,22
Sombrio	211	315	66,98
Videira	298	510	58,43
Total IFC	1.878	3.415	54,99

Dados de concluintes e de matriculados finalizados coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2012 a 31/12/2012.

13.1.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Quadro 116 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.
Método de Cálculo	
Definições	<i>Número total de alunos matriculados:</i> corresponde ao total de matrículas ativas. <i>Número de concluintes</i> corresponde ao número de alunos que integralizaram os créditos.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IFC contabilizou, em 2013, entre reprovações, trancamentos e transferências um total de 2.367 matrículas, dentre um número total de matriculados igual a 9.889. Isso significa que o índice de retenção do fluxo escolar é 23,94%. Estabelecendo um comparativo com os anos anteriores tem-se:

Quadro 117 – Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores

Índice de retenção do fluxo escolar	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	5,3%	20,8%	23,94%	290,4	15,1
Retidos	359	1901	2.367	429,5	24,5
Matriculados	6736	9152	9.889	35,9	8,1

Chama a atenção o crescimento do número de retidos de 2012 para 2013. Contudo, em partes isso é compreensível porque o SISTEC não tem informações sobre reprovações. Na extração de dados são considerados retidos aqueles que não concluíram o curso no prazo estipulado. Como no ano de 2013 vários cursos superiores chegaram ao final de suas primeiras turmas, o número total de retidos sofreu um acréscimo pois os alunos que já se encontravam retidos nestes cursos no ano anterior não apareciam no sistema.

Quadro 118 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações por câmpus

Câmpus	Retidos	Matriculados	Índice (%)
Araquari	263	1.111	23,67
Blumenau	82	275	29,82
Camboriú	617	1.887	32,70
Concórdia	232	1.482	15,65
Fraiburgo	0	177	0
Ibirama	41	272	15,07
Luzerna	181	447	40,49
Rio do Sul	213	1.397	15,25
São Francisco do Sul	21	204	10,29
Sombrio	417	1.421	29,35
Videira	300	1.216	29,35
Total IFC	2.367	9.889	23,94

Dados de retidos e de matriculados coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2012 a 31/12/2012.

13.1.6 Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral

Quadro 119 – Relação de alunos/docente em tempo integral – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral (ADTI)
Método de Cálculo	
Definições	<i>Número total de alunos matriculados:</i> corresponde ao total de matrículas ativas. <i>Número de docentes:</i> considera que docentes substitutos ou temporários de 40 horas e docentes com dedicação exclusiva (DE) equivalem a 1 e docentes substitutos ou temporários de 20h equivalem a 0,5.

Fonte: Acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Quadro 120 – Distribuição dos docentes situação e regime de trabalho

Contagem de Docentes	Efetivo DE 40	Subs. E Temporário 40 horas	Substituto e Temporário 20 horas	Total (pessoas)	Total (aplicando os pesos)
Total	543	103	29	675	660,5

Dados coletados junto à Diretoria de Gestão de Pessoas após consultas realizadas ao SIAPE.

O IFC em 2013 contabilizou um total de 9.889 alunos matriculados para um total de 660,5 docentes em tempo integral. Com isto a relação de alunos por docente em tempo integral foi de 14,97.

Estabelecendo um comparativo com anos anteriores chega-se ao quadro:

Quadro 121 – Relação de Alunos por Docente em Tempo Integral

Relação de alunos/docentes em tempo integral	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	12,9	15,8	14,97	22,5	-5,25
Matriculados	6736	9152	9.889	35,9	8,1
Docentes	519	581	660,5	11,9	13,68

Observa-se que ocorreu uma redução deste indicador. Isso se deve às contratações de professores ocorridas no segundo semestre. Espera-se que no próximo ano o número de matriculados se eleve e o indicador torne a subir.

13.1.7 Índice de Titulação do Corpo Docente

Quadro 122 – Índice de Titulação do Corpo Docente – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar o índice de titulação do corpo docente – efetivos e substitutos
Método de Cálculo	
Definições	A titulação do corpo docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

Fonte: Acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O índice de titulação do corpo docente do IFC em 2013 foi de 3,87, considerando que neste ano o corpo docente foi composto por 53 graduados, nenhum aperfeiçoado, 82 especialistas, 407 mestres e 148 doutores. Um comparativo do índice de titulação do corpo docente com os anos anteriores pode ser visto no quadro seguinte. É fácil perceber que houve um crescimento expressivo no número de mestres e doutores. O indicador não prevê distinção entre substitutos, temporários e efetivos, porém, a maior parte dos docentes sem pós-graduação são substitutos ou temporários, ou seja, se fossem considerados somente os docentes efetivos, o índice de titulação seria ainda maior.

Quadro 123 – Índice de Titulação do Corpo Docente

Índice de titulação do corpo docente	2011	2012	2013	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	3,71	3,84	3,87	3,50	0,8
Graduados	56	48	53	-14,29	10,42
Aperfeiçoados	1	0	0	-100	0
Especialistas	64	73	82	14,06	12,33
Mestres	355	339	407	-4,51	20,06
Doutores	86	124	148	44,19	19,35

Os dados sobre a titulação dos docentes foram extraídos dos Cadastros do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

13.1.8 Gastos correntes por aluno

Quadro 124 – Gastos correntes por aluno – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País
Método de Cálculo	
Definições	<i>Total de gastos correntes:</i> total de gastos – investimentos – precatórios – inativos/pensionistas. <i>Alunos Matriculados:</i> total de matrículas no mesmo ano (matrículas no período anterior + ingressos + matrículas reativadas)

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Em 2013, o total de gastos correntes do IFC foi de R\$ 152.117.236 e o número de matrículas do ano foi de 9.889. Dessa forma, dividindo-se os gastos totais pelo número de matrículas obteve-se o valor de R\$ 15.382,47, o que representa um aumento de 26,17% comparado a 2012.

Quadro 125 – Comparativo dos gastos correntes por aluno para os anos de 2012, 2011 e 2010.

Gastos correntes por aluno	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	14.092,83	12.192,20	15.382,47	-13,5	26,17
Total de Gastos Correntes	94.929.324,48	111.582.985,75	152.117.236,00	17,5	36,33
Alunos Matriculados	6736	9152	9.889	35,9	8,1

Os dados de matriculados foram coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2012 a 31/12/2012 e os dados contábeis foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) relativos à data de 31/12/2012 e de relatórios de gestão anteriores.

Analisando os componentes do indicador verifica-se que o total de gastos correntes sofreu o maior acréscimo de 36,33%. Seriam necessários 12.477 matriculados para manter os gastos correntes por aluno no mesmo nível do ano anterior.

13.1.9 Percentual de gastos com pessoal

Quadro 126 – Percentual de gastos com pessoal – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais
Método de Cálculo	
Definições	<i>Gastos totais:</i> Gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa exceto os gastos com bolsa formação. <i>Gasto com pessoal:</i> Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O gasto com pessoal do IFC de acordo com a definição acima foi de R\$ 109.893.328,00 em 2013. Os gastos totais apresentados foram R\$ 181.075.865,00, o que gerou um percentual de 60,69%.

Quadro 127 – Comparativo do percentual de gastos com pessoal em anos anteriores

Percentual de gastos com pessoal	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	74,74%	61,49%	60,69	-17,73	-1,30
Gastos com Pessoal	70.954.794,86	83.857.671,22	109.893.328,00	18,18	31,05
Total de Gastos*	94.929.324,48	136.369.606,45	181.075.865,00	43,65	32,78

* É calculado tomando o total de gastos – gastos com bolsa formação

Embora o indicador tenha sofrido uma redução de apenas 1,30%, nota-se novamente um aumento expressivo nos gastos com pessoal, fruto do aumento no número de servidores e da qualificação destes servidores em programas de pós-graduação *lato e strictu sensu*. Contudo, os gastos totais acompanharam este crescimento e o indicador permaneceu estável.

13.1.10 Percentual de gastos com outros custeios (exclusive benefícios)

Quadro 128 – Percentual de gastos com outros custeios – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais
Método de Cálculo	
Definições	<i>Gastos totais</i> : Gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa. <i>Gasto com outros custeios</i> : Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação)

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IFC em 2013 teve um gasto de R\$ 34.334.985,00 em despesas com outros custeios exceto pagamento de benefícios. Os gastos totais, como apresentado anteriormente, somaram R\$ 181.075.865,00. Isso significa que o percentual de gastos com outros custeios foi de 18,96%.

Quadro 129 – Comparativo do percentual de gastos com outros custeios com anos anteriores

Percentual de gastos com outros custeios	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	29,22%	19,69%	18,96%	-32,62	-3,71
Gastos com outros custeios	27.741.124,55	26.852.637,45	34.334.985,00	-3,20	27,86
Total de Gastos	94.929.324,48	136.363.606,45	181.075.865,00	43,65	32,79

Nota-se que o indicador sofreu uma redução de 3,71% de 2012 para 2013. O valor absoluto do gasto com outros custeios teve um aumento de 27,86%, inferior aos 32,79% do aumento dos gastos totais. Embora o indicador sugira o contrário, foram usados mais recursos para o custeio das atividades do IFC.

13.1.11 Percentual de gastos com investimentos

Quadro 130 – Percentual de gastos com investimentos – especificações de cálculo

Objetivo	Quantificar o percentual de gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos
Método de Cálculo	
Definições	<i>Gastos totais:</i> Gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa. <i>Gasto com investimentos e inversões financeiras:</i> despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição. As inversões financeiras são as despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidade ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou seguros.

O percentual de gastos com investimentos do IFC em 2013 foi de 15,99%. Esse resultado é obtido dividindo-se o total de investimentos e de inversões financeiras que foi de R\$ 28.958.629,00 pelos gastos totais R\$ 181.075.865,00.

Quadro 131 – Comparativo do percentual de gastos com investimentos e inversões financeiras com anos anteriores

Percentual de gastos com investimentos	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2011 p/ 2012 (%)	2012 p/ 2013 (%)
Indicador	29,70%	14,61%	15,99%	-50,81	9,45
Gastos com investimento	28.201.220,08	19.920.105,44	28.958.629,00	-29,36	45,37
Total de Gastos	94.929.324,48	136.369.606,45	181.075.865,00	43,65	32,79

Houve um aumento de 9,45% no indicador, contudo, se for feita uma análise comparando o valor absoluto de gastos em investimento dos anos de 2011 e 2013 observa-se que foram muito próximos.

13.1.12 Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Quadro 132 - Número de Alunos por Renda per Capita Familiar

Objetivo	Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Método de Cálculo	Não definido.
Definições	Não há.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Nos relatórios de gestão dos anos de 2010 e 2011 foram apresentadas tabelas mostrando os percentuais de alunos para diferentes faixas de renda familiar. Tais dados eram extraídos do Sistema Informações Gerenciais (SIG) de acordo com a pesquisa e cadastro realizado pelos Pesquisadores Institucionais nos Câmpus e Câmpus Avançados. Contudo, o SIG foi descontinuado e deixou de ser alimentado, sendo assim, esta informação não esteve disponível para o relatório 2012.

Para este ano foi feita uma coleta de dados com objetivo de identificar o perfil de renda familiar *per capita* dos estudantes do IFC. A metodologia adotada consistiu em verificar a renda *per capita* familiar de 50% dos alunos ingressantes no ano de 2013 em todos os cursos técnicos e superiores de graduação. Os resultados estão destacados no quadro seguinte.

Quadro 133 - Número de Alunos Matriculados por Renda *per capita* Familiar

Câmpus	RFPC < 0,5 SM	0,5 <= RFPC < 1,0 SM	1,0 <= RFPC < 1,5 SM	1,5 <= RFPC < 2,0 SM	2,0 <= RFPC < 2,5 SM	2,5 <= RFPC < 3,0 SM	3,0 <= RFPC
Araquari	0	13	40	20	17	26	45
Blumenau	1	2	6	3	0	1	0
Camboriú	64	98	45	10	9	3	0
Concórdia	3	38	0	61	1	53	48
Fraiburgo	1	9	15	19	2	0	0
Ibirama	0	28	24	0	0	0	0
Luzerna	0	11	38	14	0	4	4
Rio do Sul	113	68	26	10	3	2	2
SFS	19	26	10	4	1	1	0
Sombrio	52	53	49	0	25	3	8
Videira	27	69	78	23	11	19	15
TOTAL	280	415	331	164	69	112	122

Observa-se que 1.026 de um total de 1.493 amostras possuem renda *per capita* familiar inferior a 1,5 SM, ou seja, 68,72%. E que apenas 122 de 1.493, 8,17% tem renda superior a 3,0 SM. Isso mostra que as políticas de inclusão social estão propiciando o ingresso de estudantes com baixa renda.

Quadro 134 - Resultados dos indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	2011	2012	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Relação de candidato/Vaga = (Inscrições / Vagas)	4,38	3,61	3,80
	Relação Ingressos/Aluno	Relação de Ingresso/Aluno = (número de alunos ingressantes / Número total de alunos matriculados) * 100	59,9%	43,0%	36,58%
	Relação Concluintes/Aluno	Relação de Concluintes/Alunos = (Número de Concluintes / Número total de alunos matriculados) * 100	22,0%	15,2%	18,99%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Eficiência acadêmica = (Número de Concluintes / Número total de matriculados finalizados) * 100	25,4%	58,0%	54,99%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Índice de retenção do fluxo escolar = (Número total de retidos/Número total de matriculados)* 100	5,33%	20,8%	23,94%

	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Relação de alunos / Docente em tempo integral = (Número de alunos matriculados / Número de docentes)	13,0	15,8	14,97
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos correntes por aluno = (Total de Gastos / Alunos matriculados)	R\$ 14.092,83	R\$ 12.192,20	15.382,47
	Percentual de Gastos com Pessoal	Percentual de Gastos com pessoal = (Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS) * 100	74,74%	61,49%	60,69%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Percentual de Gastos com Outros Custeios = (Total de Gastos com outros Custeios / Gastos TOTAIS) * 100	29,22%	19,69%	18,96%
	Percentual de Gastos com Investimentos	Percentual de gastos com investimentos = Total de Gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras / Gastos TOTAIS	29,7%	14,61%	15,99%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Não definido	-	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Índice = $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5)/(G+A+E+M+D)$ G = graduados, A = aperfeiçoados, E = especialistas, M = mestres e D = doutores	3,71	3,84	3,87

ANEXO I

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CÂMPUS RIO DO SUL

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				x	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			x		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				x	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				x	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.				x	
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		x			
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
Considerações Gerais:					

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CÂMPUS VIDEIRA

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais:					

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CÂMPUS ARAQUARI

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE AMBIENTAL, CERTIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X X X X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				XX X X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA				XX X X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X X X X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X X	X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				XX X	
Considerações Gerais:					

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CÂMPUS CONCÓRDIA

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? O Campus nos processos licitatórios tem incluído os aspectos da logística reversa e a aquisição preferencial de produtos com embalagens recicláveis, produtos biodegradáveis, produtos recarregáveis, produtos com declarações emitidas pelo IBAMA, produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, produtos que respeitem os limites de composição fixados pela legislação pertinente.				X	
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A mensuração exata não é possível, no entanto, considerando-se o quantitativo das aquisições efetuadas estima-se um impacto considerável sobre o consumo de energia elétrica e de água.				X	
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? O Campus adquiriu materiais reciclados, como: embalagens recicláveis, cartuchos de toner remanufaturados, papel reciclado.				X	
Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Nos procedimentos licitatórios existe preferência para a aquisição de bens/materiais passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento, tais como aquisição de papel e embalagens recicláveis, cartuchos de toner recarregáveis.				X	
No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º e/ou art. 13).				X	
A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 					X
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CÂMPUS IBIRAMA

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação			
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X		
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X			
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X			
Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X			
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X			
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X
Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X			
No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º e/c art. 13).	X			
A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X			
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X
Considerações Gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CÂMPUS SOMBRIO

2010

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro A.8.1 a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação			
	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X	
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X			
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X	
Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X			
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X	
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X	
Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X			
No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X	
A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
Considerações Gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicável ao contexto da UJ.				

ANEXO II

Câmpus Camboriú

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1.300 resmas	600 resmas	500 resmas	R\$26.000,00	R\$5.000,00	R\$3.810,00
Água	3.246 m3	3.867 m3		R\$15.131,00	R\$19.505,19	R\$7.334,34
Energia Elétrica	187.357 kwh	277.369 kwh		R\$92.252,60	R\$235.498,53	R\$189.303,93
			Total	R\$133.383,60	R\$260.003,72	R\$200.448,27

Fonte: DAP Câmpus Camboriú

CÂMPUS CONCÓRDIA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1.860 resmas	1.528 resmas	2.760 resmas	R\$26.691,00	R\$15.004,00	R\$21.693,00
Água	0	0	0	0	0	0
Energia Elétrica	815.704 kwh	739.906 kwh	839.520 kwh	R\$323.589,27	R\$344.384,00	R\$391.357,00

			Total	R\$350.280,27	R\$359.388,00	R\$413.050,00
--	--	--	--------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: DAP Câmpus Concórdia

Câmpus Sombrio

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	3.393 resmas	1.404 resmas	1.674 resmas	R\$37.323,00	R\$11.077,56	R\$13.341,78,00
Água	549 m3	604 m3	---	R\$1.627,63	R\$1.892,48	R\$ 265,50
Energia Elétrica	601.803 kwh	632.919 kwh	---	R\$279.226,47	R\$381.374,92	R\$320.803,48,00
			Total			

Fonte: DAP Câmpus Sombrio

Câmpus Fraiburgo

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2013	2012		
Água	268 m3	81 m3	R\$1.313,06		R\$364,40	
Energia Elétrica	30.629 kwh	9.720 kwh	R\$12.901,07		R\$4839,42	

Fonte: DAP Câmpus Fraiburgo				

Câmpus Rio do Sul

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2000 resmas	1711 resmas	1326 resmas	R\$ 18.800,00	R\$ 14.032,08	R\$ 10.874,65
Água	970 m3	509 m3	242 m3	R\$ 6.354,84	R\$ 3.156,43	R\$ 1.214,65
Energia Elétrica	789.607,00 kwh	710986 kwh	711567 kwh	R\$ 300.347,69	R\$ 304.145,35	R\$ 279.884,52
			Total	R\$ 325.502,53	R\$ 321.333,86	R\$ 291.973,82
Fonte: DAP Câmpus Rio do sul –SIMEC – SIAFI 2013.						

Câmpus Videira

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.042 resmas	1.633 resmas	1.242 resmas	R\$ 19.314,50	R\$ 13.553,90	R\$ 10.308,60
Água	2.089m3	4.632 m3	4.282 m3	R\$ 14.569,18	R\$ 29.885,91	R\$ 14.601,87
Energia Elétrica	342.591 kwh	310.104 kwh	214.400 kwh	R\$ 141.186,49	R\$ 175.894,35	R\$109.000,00
			Total	R\$ 175.070,17	R\$ 219.334,16	R\$ 133.910,47

Fonte: DAP Câmpus Videira

Reitoria / Câmpus Blumenau /Câmpus Ibirama

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	739.323 resmas	675.766 resmas	515.638 resmas	R\$ 57.519,28	R\$ 49.261,45	R\$ 25.744,64
Água		2.032 m3	392 m3	R\$ 32.444,24	R\$ 9.764,34	R\$ 1.208,53
Energia Elétrica		216.288 kwh	155.356 kwh	R\$ 98.302,12	R\$ 134.745,89	R\$88.478,64
			Total	R\$ 188.265,64	R\$ 193.771,68	R\$ 115.431,81

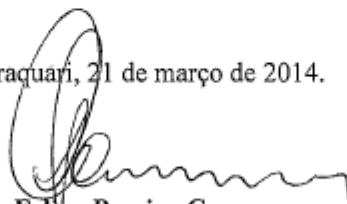
Fonte: DAP- Reitoria

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, Felipe Pereira Canaver, CPF nº 009.262.459-61, Diretor de Administração e Planejamento, exercício no IF Catarinense Câmpus Araquari, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Araquari, 21 de março de 2014.



Felipe Pereira Canaver

009.262.459-61

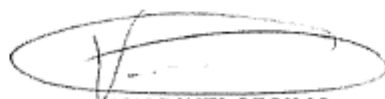
Diretor de Administração e Planejamento

IF Catarinense – Câmpus Araquari

DECLARAÇÃO

Eu, **Valdinei Cecílio**, CPF nº 037.295.019-17, **Diretor de Administração e Planejamento Substituto**, cargo exercido no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus São Francisco do Sul** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Francisco do Sul, 26 de março de 2014.



VALDINEI CECILIO

Diretor de Administração e Planejamento Substituto
Portaria nº 45/2013 – DOU de 23/05/2013
IFC – Câmpus São Francisco do Sul

DECLARAÇÃO

Eu, Rosângela Aguiar Adam, CPF nº 538.605.279-91, Diretora Geral, exercido no Instituto Federal Catarinense Câmpus Videira - SC declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Videira, 14 de Março de 2014.



Rosângela Aguiar Adam

CPF: 538605.279-91

Diretora Geral

IFC Câmpus Videira - SC

DECLARAÇÃO

Eu, Flávia Regina Back, CPF nº 009.377.599-70, Assistente em Administração, exercido na UG 152254 – IF Catarinense – Câmpus Blumenau declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 13 de março de 2014.



Flávia Regina Back
009.377.599-70

Assistente em Administração/IF Catarinense – Câmpus Blumenau

DECLARAÇÃO

Eu, MARCEL AMARAL DAOUD, CPF nº 983.314.500-00, Diretor de Administração e Planejamento, exercido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus Camboriú, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de Março de 2014.



Marcel Amaral Daoud
Diretor do Departamento de Administração
e Planejamento
IFC - CAMPUS CAMBORIÚ
Portaria conjunta nº 177/GDG/IFC-CAM/2012
CPF 983.314.500-00

DECLARAÇÃO

Eu, Jolcemar Ferro, CPF: 405.505.080-15, Diretor Geral, exercido no Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Concórdia, 13 de março de 2014.



JOLCEMAR FERRO
Diretor Geral IFC – Campus Concórdia
CPF: 405.505.080-15

DECLARAÇÃO

Eu, **Andressa Thais Schwingel**, CPF nº **02780294930**, Diretora de Administração e Planejamento, exercido no Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ibirama, 14 de Março de 2014.

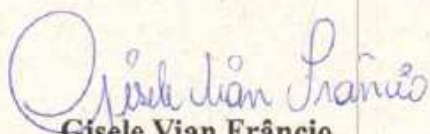


Andressa Thais Schwingel
Diretora de Administração e Planejamento
Portaria nº 142 de 20/11/2012
Campus Avançado de Ibirama

DECLARAÇÃO

Eu, Gisele Vian Francio, CPF nº 006.333.949-80, Diretora do departamento de Administração e Planejamento, exercido no IFC Câmpus Luzerna, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 13 de Março de 2014.



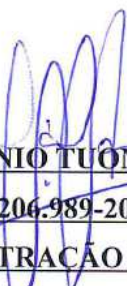
Gisele Vian Francio

Diretora do Departamento de Administração e Planejamento
IFC Câmpus Luzerna
Portaria nº 12 de 14/11/2012.

DECLARAÇÃO

Eu, **Luiz Antônio Tuon Rosso**, CPF nº 450.206.989-20, Diretor de **Administração e Planejamento**, exercido no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 24 de março de 2014.



LUIZ ANTÔNIO TUON ROSSO

450.206.989-20

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORT. Nº 693 DE 25/02/2013

DOU DE 26/02/2013

DECLARAÇÃO

Eu, **Marco Antonio Imhof**, CPF nº 77699181972, **Diretor de Administração e Planejamento**, exercido no **Instituto Federal Catarinense - Câmpus Rio do Sul**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

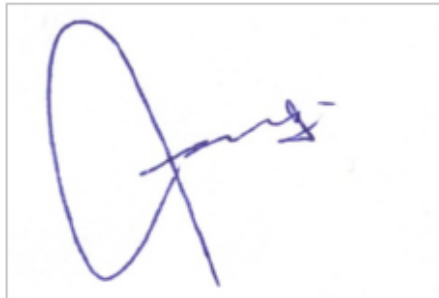
Brasília, 13 de março de 2014.


MARCO ANTÔNIO IMHOF
Diretor do Dpto de Administração
e Planejamento
Port. nº 025/2012 de 30/01/2012

DECLARAÇÃO

Eu, **JORGE LUÍS DE SOUZA MOTA**, CPF nº **782.827.567-68**, **Diretor do Departamento de Administração e Planejamento**, exercido no **Câmpus Sombrio**, do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 13 de março de 2014.



Jorge Luis de Souza Mota

782.827.567-68

Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – Portaria nº 20 de 09/01/2012, DOU de 11/01/2012

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Araquari		158459	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA; b) Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB; c) Falta de atualização monetária dos ativos permanentes; d) Falta depreciação, amortização de ativos permanentes; <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Araquari	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Felipe Pereira Canever	CRC nº	031476/O-3

Observações da administração:

Em relação ao item *a*, no ano de 2013, os saldos de entrada do SIAFI não conferiram com os saldos de entrada do SIGA (sistema implantado em 2011), ainda não foi realizado nenhuma baixa.

Quanto ao item *b*, em 2013, os saldos de entrada do SIAFI foram equivalentes ao SIGA, exceto no item acervo bibliográfico que apresenta diferença em virtude do lapso temporal das comunicações entre o setor de biblioteca, patrimônio e financeiro.

No tocante aos itens *c* e *d* não foi atualizado os valores dos ativos permanentes, pois o sistema SIGA não evoluiu o suficiente para aplicar a depreciação, amortização e exaustão nos bens do IFC, além disso foi constatado que a UFSC repassou com divergência de saldos os bens patrimoniais para o IFC, divergência estas entre o sistema de controle paralelo e o SIAFI.

Cabe ressaltar que a demonstração de fluxo de caixa e do resumo econômico não são mencionadas, pois não estão disponibilizadas no SIAFI.


 Felipe Pereira Canever
 CRC/SC nº. 031476/O-3
 SIAPE nº. 1756389
 IFC - Campus Araquari

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE			152254
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Falta de depreciação por ausência de aplicativo voltado para tal finalidade; b) Ausência de transferência de bens permanente e de consumo por parte da reitoria; c) Indisponibilidades dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriú	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n.º	031441/O-8

Sandro Marcos Levati
 Contador
 CRC nº 031441/O-8
 SIAPE: 1837163
 DAPIER/CAMPUS CAMBORIÚ

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE			154706
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Unidade Gestora ainda sem movimento;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camborin	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n°	031441/O-8

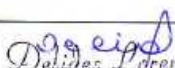
Sandro Marcos Levati
 Contador
 CRC n° 031441/O-8
 SIAPE: 1037163
 DAVIC/CAMPUS CAMBORI

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE		158460	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Falta de depreciação por ausência de aplicativo voltado para tal finalidade; b) Falta de reavaliação dos bens móveis e imóveis; c) Falta de controle almoxarifado por ausência de aplicativo destinado a tal finalidade; d) Detalhamentos de despesa incorretos em função de "entendimentos" adversos; e) Indisponibilidades dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriu	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC nº	031441/O-8


 Sandra Marcos Levati
 Contador
 CRC nº 031441/O-8
 SIAFI: 1837163
 DAVIC/CAMPUS CAMBORIÚ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Concórdia			158461
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Depreciação - Os bens do Balanço Patrimonial não foram depreciados, devido a falta de software adequado.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Concórdia	Data	17 de março de 2014
Contador Responsável	Delides Lorensetti	CRC n.º	20683


 Delides Lorensetti
 Contadora
 Portaria n.º 100 de 14.07.97

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UJ
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE			152662
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Não houve movimentação no exercício de 2013.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriu	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n°	031441/O-8

Sandro Marcos LEVATI
 Contador
 CRC nº 031441/O-8
 INAPE: 1827/13
 DADUF/CAMPUS CAMBORIÚ


QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE			152253
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Falta de depreciação por ausência de aplicativo voltado para tal finalidade; b) Indisponibilidades dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriu	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n°	031441/O-8

Sandro Marcos Levati
 Contador
 CRC n° 031441/O-8
 SIAFI 1837/63
 DAP/FC/CAMPUS CAMBORIÚ


QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE		152663	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Falta de depreciação por ausência de aplicativo voltado para tal finalidade; b) Relatórios de baixa de estoque e permanente, não entregues em tempo hábil; c) Indisponibilidades dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriu	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n°	031441/O-8


 Sandro Marcos Levati
 Contador
 CRC n° 031441/O-8
 SIAFI: 1937163
 DAPM/CAMPOS CAMBORIÚ

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE		158125	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Falta de depreciação por ausência de aplicativo voltado para tal finalidade; b) Falta de reavaliação dos bens móveis e imóveis; c) Falta de amortização de intangíveis em tempo hábil; d) Indisponibilidades dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriu	Data:	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n.º	031441/O-8



 Sandro Marcos Levati
 Contador
 CRC n.º 031441/O-8
 SIAFI: 1837163
 DAPREX/CAMPUS CAMBORIÚ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul			158458
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio do Sul	Data	13 de Março de 2014
Contador Responsável	Ana Maristela Opaloski Piedade	CRC n.º	CRC/SC 027689/O-6


 Ana Maristela Opaloski Piedade
 Contadora CRC/SC 027689/O-6
 I.F.C. - Campus Rio do Sul

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE			152290
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Falta de depreciação por ausência de aplicativo voltado para tal finalidade; b) Controle de RMA e RMB ineficientes; c) Indisponibilidades dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Camboriu	Data	14/03/2014
Contador Responsável	Sandro M. Levati	CRC n°	031441/O-8


 Sandro Marcos Levati
 Contador
 CRC n° 031441/O-8
 SIAFI: 1627163
 DAP/CO-CAMPUS CAMBORIU

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – Câmpus Sombrio			Código da 158462
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Falta de depreciação por ausência no aplicativo voltado para tal finalidade; b) Falta de reavaliação de bens móveis e imóveis.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Santa Rosa do Sul	Data	18/03/2014
Contador Responsável	<i>Sandra Burin Sbardelotto</i> Sandra Burin Sbardelotto	CRC nº	020826/O-5

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Videira			158379
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante ao:</p> <p>a) Demonstrativo Patrimonial, que não consta com a devida depreciação de Ativos Permanentes, as quais não foram feitas devido a falta de um sistema de controle patrimonial que permita apurar adequadamente a depreciação.</p> <p>b) Não constam no SIAFI as Demonstrações de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, estabelecidas pela NBC T 16.6, aprovada pela Resolução n.º 1.133/2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Videira	Data	13/03/2014
Contador Responsável	Liliane Josefa Orso	CRC n.º	SC-030016/O


Liliane J. Orso
 Contadora
 CRC/SC 030016-O
 IFC Câmpus Videira